

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho — Cr\$ 6.500

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 5.000 • Ano VIII • Nº 79

MOÇAMBIQUE
10 anos de
independência



SUDÃO DEPOIS DO GOLPE

Angola,
terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Moçambique: dez anos de independência

A 25 de junho de 1975, sob uma intensa chuva e perante representantes de toda África, do governo português (então chefiado pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves — ele próprio presente às cerimônias com numerosa comitiva), o presidente Samora Machel proclamava a independência de Moçambique. Ficava para trás uma epopéia humana a respeito da qual ainda muito pouco foi escrito mas que está ao nível da saga vietnamita ou argelina, ou ainda das lutas latino-americanas contra o colonialismo espanhol, mais de um século e meio antes. Com a independência de Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, pouco depois (a da Guiné-Bissau já tinha sido proclamada em 1973), o continente africano superava uma etapa colonial de longos séculos, ficando somente bolsões como o caso do Saara espanhol, da Namíbia e da então Rodésia, que, com as novas condições criadas com a proclamação da República Popular de Moçambique, veio a acelerar o seu próprio processo emancipador, tornando-se o Zimbábue.

Nesta edição, o nosso diretor, Neiva Moreira, lembra aqueles dias históricos dos quais ele foi testemunha privilegiada, quando lá chegou representando os *cadernos do terceiro mundo* que, na época, não tinham nem um ano de fundados.

Dez anos depois, é necessário denunciar as agressões permanentes que a jovem república africana suporta por parte de grupos financiados e apoiados pelos sul-africanos, com a cumplicidade dos que perderam privilégios e regalias quando a Frelimo assumiu o poder. Neiva Moreira chama a atenção para o papel que o governo da Nova República pode desempenhar no apoio ao processo moçambicano, ao qual define como se situando na vanguarda das lutas dos povos emergentes naquelas latitudes.

Nossa capa também é um tema africano: a nova situação no Sudão depois da queda de Numeiri, que ocupou o poder por mais de década e meia, e as perspectivas que se abrem para uma real mudança no maior país do continente negro.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio
(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro

Juan Somavía

Henry Pease García

Aquino de Bragança

Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista Mensal nº 79

Junho - 1985

Preço de Capa: Cr\$ 5.000

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves

Departamento de Arte:

Samaral (editor), Sonia Freitas, Miguel Efe

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza (Brasil), Cristina Assis (Portugal)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94 -
Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicaragua: Arqueles Morales

Apartado 576 - Managua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Marantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserrat Filho, Herbert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rumrill, David Fig. A.W. Singham, Alex Mashini, Laurine Platsky, Ana Maria Urbina, Ligia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Gridvia Kuncar, Hugo Neves, Otomiel Martínez, Deborah Huttington, Alan Nairn, Rodrigo Jauberth, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casnader, Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvarez, Carlos Núñez, Pablo Mariñez, Mario de Cautin, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

EDIÇÕES REGIONAIS

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tels.: 580-4476 / 580-4326

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro.

RJ - Telef: 242.1957 - Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,

GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-50

Telex: 42720 CTM-TE-P

• *Edições em espanhol*

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán -

Telef: 689-1740 - 04040 México, D.F.

RIO DA PATRA

Diretores:

Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belice City. **BÉLGICA:** SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Coop-Books Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA:** Guillermo Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:** Centro Popular de Educación "Vecinos", San José. **EQUADOR:** DINACUR, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Praire News Agency, Chicago, Ill. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Librería del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, Ill. Food for Thought, Amherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, DC. Bookworks, San Francisco, CA. **FRANÇA:** L'Harmattan Libraire Center. Paris. Ekinoe, Biarritz. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Roma. **MÉXICO:** Mais de 100 livrarias em todo país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NICARÁGUA:** Imelsa, Managua. **PANAMÁ:** Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná, 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dìjornal, Rua Joaquim António de Aguiar, 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería Paliques, Ponce. La Tertulia, Río Piedras. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Fondo Editorial, São Domingos. **CEDEC,** São Domingos. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Librería Latinoamericana, Estocolmo. **URUGUAI:** Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideo. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

cadernos do
**terceiro
mundo**

Aproveite já!

Nova promoção com mais brindes

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas de Jornal do País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do Jornal do País
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do Jornal do País
1 assinatura da revista	4 semanas do Jornal do País

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

<p>Desejo receber: () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 48.000);</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão: Tel:</p>	<p>em</p> <p>De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ em</p> <p>() cheque nominal ou () vale postal — Ag. Central — em nome da Editora Terceiro</p> <p>Mundo Ltda.</p> <p>Dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolho:</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão: Tel:</p>
<p>Desejo receber: () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 48.000);</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão: Tel:</p>	
<p>Desejo receber: () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 48.000);</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão: Tel:</p>	
<p>Desejo receber: () Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 48.000);</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão: Tel:</p>	

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 — grupos 104/105/106 — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241 — Tel.: (021) 242-1957

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 79, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: não-assinante já assinante assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data: / /

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.



AS CLASSES PERIGOSAS - BANDITISMO URBANO E RURAL

de Alberto Passos Guimarães
É nas classes perigosas, principalmente durante as fases de crise e de depressão, que florescem as "sementeiras" da capangagem, dos esquadrões-da-morte, dos agentes da repressão e do banditismo rural-urbano, problemas cada vez mais frequentes que estão arrastando a sociedade brasileira a uma verdadeira guerra social. 206 pág.

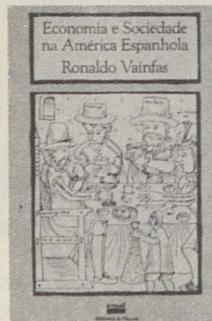
E-56 Cr\$ 24.000



RELIGIÃO E SOCIEDADE 11/3

Revista do Iser (Instituto de Estudos da Religião)
Este número contém, entre outros, os seguintes artigos: Afirmções Pessoais. A presença individual nas histórias de Padre Cícero (Candance Slater); Ética, poder e política: umbanda, um mito-ideologia (Renato Ortiz); e Terapia Espirita no Rio de Janeiro por volta de 1900 (Donald Warren). 115 pág.

E-58 Cr\$ 10.000



ECONOMIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA ESPANHOLA

de Ronaldo Vainfas
O livro constitui uma breve síntese da história colonial hispano-americana, dirigida, principalmente, aos alunos de história e demais ciências humanas, onde são abordadas algumas das questões essenciais da conquista e colonização da América pelos espanhóis.

E-57 Cr\$ 13.500



APESAR DO BLOQUEIO UM REPÓRTER CARIÓCA EM CUBA

De Mário Augusto Jakobskind
"Não adianta tapar a boca, fechar os olhos e fazer barulho para que não ouçamos o que Cuba está fazendo. Os 'três macaquinhos' da censura não conseguem esconder a realidade cubana" (João Saldanha). 105 pág.

E-52 Cr\$ 10.000,

- 6 Cartas
- 8 Panorama Tricontinental
- 15 Editorial – O ocaso de Reagan
- 18 Matéria de capa – Sudão: Um futuro incerto, Carlos Castilho

África

- 27 Opinião – Moçambique: Dez anos depois, Neiva Moreira
- 30 Saara Ocidental: A intransigência de Hassan 2º, Carolina Quina
- 35 São Tomé e Príncipe: Privatização ou pragmatismo?, Baptista da Silva
- 40 África do Sul: A luta dos mineiros negros
- 44 Pretória fecha duas universidades
- 45 Costa do Marfim: A crise sucessória

América Latina

- 51 Plano para invadir o Uruguai, Eduardo Varela
- 55 Uruguai – Tupamaros: Uma nova etapa, Carlos Núñez
- 59 Honduras: Economia em fase crítica, Horacio Castellanos Moya
- 60 Peru: O avanço da esquerda, um legado de Velasco
- 64 Haiti: O clero se rebela contra a ditadura, Armando Lampe
- 67 República Dominicana: Cai o prestígio do governo, Pablo A. Mariñez

Oriente Médio

- 70 Líbano: O colapso israelense, Beatriz Bissio

Ásia

- 75 O eixo Washington-Tóquio-Seul, A. Prado

Cultura

- 79 Galeano: Porquê “Memória do fogo”
- 81 Notas

- 82 Revistas do 3º Mundo

- 83 Livros do 3º Mundo

Comunicação

- 84 Paradoxos sobre políticas alternativas, Roberto Remo

Documento

- 88 Desenvolvimento e dependência, Muto Ichiyo
- 94 Notas de Economia

- 96 Humor



Moçambique:
10 anos de independência



Grael denuncia plano
para invadir o Uruguai



A aliança militar Japão-EUA

Carta do Mês

Recebemos cópia de uma carta endereçada por V.C. Mohan, da Malásia, ao ex-presidente da Funai, Nelson Marabuto, com um pedido de divulgação que estamos atendendo dada a importância da iniciativa, maior ainda se levarmos em conta que o problema dos índios brasileiros merece a análise e a solidariedade de instituições da longínqua região asiática do Pacífico.

Os direitos dos índios no Vale do Javari

Presidente Nelson Marabuto
Funai
Brasília, DF — março 1985

A Appen (*Asia-Pacific Peoples Environment Network*) é uma coalizão de mais de duzentos grupos, criada em 1983 para reunir todos os diversos povos e grupos não-governamentais na região asiática do Pacífico. O objetivo é recolher e divulgar informações relativas ao problema do meio-ambiente, assim como apresentar reivindicações ecológicas dos povos e grupos da região a governos, agências da ONU, meios de comunicação, institutos de pesquisa e entidades educacionais. A coalizão mantém relações com organizações congêneres na América Latina, na África e em outros países do Terceiro Mundo através do SAM (*Sahabat Alam Malaysia*), que é o coordenador da Appen.

O SAM e membros da Appen estão extremamente preocupados atualmente com os repetidos e rumorosos atos de desprezo e desrespeito em relação aos índios do Vale do Javari, na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas. Nós sabemos que os índios se viram envolvidos em violentos choques com membros da Funai e da Petrobrás, e que houve mortes nesses conflitos. Também tomamos conhecimento com consternação das repetidas invasões das terras indígenas por madeireiros, bem como das mortes causadas em ambos os lados por essas invasões.

Solicitamos, respeitosamente, a sua colaboração no sentido de que sejam adotadas providências imediatas com vistas à ratificação do acordo firmado entre a Funai e a Petrobrás, de modo a atender às necessidades dos índios e às determinações legais que asseguram os direitos deles às suas reservas, assim como a

compensação no caso da exploração dessas terras por não-índigenas.

Reiteramos a nossa preocupação ante o desrespeito aos direitos humanos e esperamos que possa nos comunicar as medidas adotadas para garantir que os direitos à terra dos índios do Javari sejam plenamente respeitados, de acordo com a legislação brasileira e com o Direito Internacional.

V.C. Mohan — Encarregado de Relações Internacionais da Appen — Penang — Malásia.

Desnuclearizar o Continente Africano

É a segunda vez que escrevo para cadernos do terceiro mundo solicitando um melhor esclarecimento relativo à política belicista dos racistas da África do Sul. Afinal quem ajuda a África do Sul a produzir armas nucleares?

Segundo a imprensa em geral, presentemente encontram-se, no mínimo, 40 especialistas norte-americanos em física nuclear trabalhando na África do Sul e violando o tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares, assinado pelos EUA. Ao todo, segundo dados incompletos, 265 especialistas norte-americanos foram enviados, desde 1973, para a África do Sul e cerca de 90 físicos sul-africanos fizeram estágio nos Estados Unidos. Além disso, Washington participou ativamente na criação de um centro de pesquisas atômicas, em Pelindaba, através de fornecimentos de dois reatores atômicos de grande potência.

Assinale-se, ainda, que os EUA e a África do Sul assinaram um acordo secreto sobre fornecimentos de urânio enriquecido a Pretória, até o ano 2007. Já foram fornecidos 100 quilos do urânio, suficientes para criar 10 bombas atômicas. Em setembro de 1983, a administração dos EUA firmou um acordo secreto segundo o qual as companhias norte-americanas se encarregarão dos dois reatores atômicos no centro de Koeberg.

Quando a imprensa norte-americana publica informações de que pelo menos 40 especialistas dos Estados Unidos trabalham, no âmbito da energia atômica, em instalações nucleares da África do Sul, os funcionários responsáveis do Departamento de Estado e do Ministério da Energia dos Estados Unidos, fingem não estar a par disso.

Entretanto, André Van Hoerden,

porta-voz do Departamento sul-africano para o fornecimento de energia elétrica, reconheceu, na cidade do Cabo, que os especialistas em física nuclear norte-americanos trabalham nos centros atômicos da África do Sul e acentuou que os norte-americanos ajudam a África do Sul a elaborar planos de emergência. Não é fácil entender de que planos se tratam.

Como se pode explicar o fato de Pretória se negar a assinar o tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares e a colocar os seus reatores e instalações sobre o controle da Agência Internacional de Energia Atômica?

Todavia, os Estados Unidos continuam a cooperar com a África do Sul no campo nuclear. A atual administração revogou várias restrições, fazendo com que Pretória passasse a ocupar, segundo estatísticas oficiais de 1981 a 1983, o terceiro lugar na lista dos clientes dos EUA que recebem tecnologias nucleares.

A ajuda dos EUA e de outras potências ocidentais à África do Sul na criação do potencial atômico foi energicamente condenada na recente sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque.

Os chefes de Estado africanos, reunidos em Addis-Ababa, em 1984, voltaram a apelar para a transformação do Continente Africano numa zona desnuclearizada. A União Soviética também exortou reiteradamente as potências ocidentais a renunciarem à cooperação nuclear com o regime do *apartheid*, mas o Ocidente ignora esses apelos. Entretanto, as armas nucleares à disposição dos racistas sul-africanos ameaçam a paz, não só na África, mas também em outras regiões.

Plácido João de Almeida — Luanda — Angola.

Quantos mundos existem?

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos os amigos e amigas que contribuem de algum modo para o bom andamento da revista.

cadernos do terceiro mundo ocupa, sem dúvida, um lugar de destaque entre aqueles que tornam possível a realização do trabalho de informar.

(...) Antes de terminar, aqui ficam as seguintes questões: o que é e quais são os países do Terceiro Mundo? Existem também primeiro e segundo mundos?

Domingos Manuel Neto — Luanda — Angola

O papel dos militares I

(...) Acabo de ler o artigo de René Dreifuss intitulado "O novo papel dos militares" e achei-o bastante oportuno e realista para o momento presente, para toda sociedade brasileira, tanto civil como militar, como ponto de partida para uma reflexão profunda sobre o autoritarismo existente na sociedade brasileira e em cada um de nós, em particular.

Breno V. Gomes — Campo Grande — MS — Brasil.

O papel dos militares II

Há dois anos sou assinante dos cadernos. Nesse período, apesar de ter apreciado sobremaneira a seção "Cartas", não me dispusera, ou não me motivara o suficiente, para pronunciar-me na aludida seção sobre as excelentes matérias publicadas na revista, não obstante estivesse sempre tentado a fazê-lo. Entretanto, lendo a entrevista do jurista Raymundo Faoro

("Constituinte já") e, sobretudo, o artigo de René Dreifuss ("O novo papel dos militares"), em cadernos nº 77, não me contive. Estou lhe enviando os parabéns, por tão apropriadas e oportunas reportagens, esclarecedoras e necessárias, neste momento de aspiração do povo brasileiro por uma verdadeira democracia. Por oportuno, seria bastante interessante que os militares tomassem conhecimento dos artigos em pauta, para melhor se situarem dentro das funções que lhes cabem no contexto exigido por uma Constituição realmente democrática.

José R. Filho — Amélia Rodrigues — BA — Brasil.

Excelente cobertura

Achei excelente a matéria de capa sobre a Colômbia (nº 76), um país que merece grande atenção dessa revista. Uma outra reportagem de alto nível foi sobre "Os custos da guerra",

que documentava a grande pressão de Washington sobre a sofrida Nicarágua.

Antonio Brasileiro — Salvador — BA — Brasil.

Sobre o Guia do Terceiro Mundo

(...) Recebemos o *Third World Guide* e já o utilizamos na preparação de nossos programas Norte-Sul sobre o tema "Artesanato e Artesãos". O Guia é um importante exemplo de cooperação Sul-Norte.

Anne-Marie Hollenstein — Radio DRS — Zurique — Suíça.

(...) Dei uma primeira olhada e penso que vocês produziram algo extraordinário. Aceitem meus parabéns.

Claude Alvares — jornalista — Goa — Índia.

(...) Será de grande utilidade em nosso instituto.

T. Mulya Lubis — presidente do Yayasan Lembaga Bantuan Hukum — Indonesia (Instituto Indonésio de Assistência Legal).

Intercâmbio

- **José Gonçalves Filho**
Rua Hércules Florence, 41/apt. 45
São Paulo — SP — CEP: 01.015
Brasil
- **Braima Djaló**
Rua do Porto — Bafatá - Guiné-Bissau
- **Antonio Brasileiro**
Rua Artur Silva, nº 35 — Acupe de Brotas — Salvador — BA
CEP: 40.000 — Brasil
- **Francisco Antônio Cristóvão**
Escola Nacional de Aviação Militar
Comandante Bula — C.P. 140 — D.A.A. — Negage — Uíge — Angola
- **José S. Freitas**
Rua Baixa dos Coqueiros, 33
Matatu — Brotas — Salvador — BA
CEP: 40.000 — Brasil
- **Zacarias Miranda Domingos**
C.P. 18.784 — Luanda — Angola
- **Lilian Teresa O. Bittencourt**
Rua Intendente Cunha Menezes,
257/303 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 20.731 — Brasil
- **Lisboa Iemuze Raposo**
Hospital Central da Beira
C.P. 1613 — Beira — Sofala
Moçambique
- **José Cruz Domingos**
C.P. 5740 — Luanda — Angola
- **Arnaldo Benio**
C.P. 6103 — Luanda — Angola
- **Domingas Silvestre Joaquim Jay**
Maculuço — Rua da Liga Africana
C.P. 6043 — Luanda — Angola
- **Abel Correia Matias**
C.P. 1308 — Benguela — Angola
- **Carlos Severino Sambongo Filipe**
C.P. 39 — Benguela — Angola

- **Augusto Camaty**
C.P. 39 — Benguela — Angola
- **Esperança Lia Severino Filipe**
C.P. 696 — Benguela — Angola
- **Armando Chilota Filipe**
C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Vicente Gomes António**
C.P. 362 — Kuito — Bié — Angola
- **Arlindo Timoteo S. Filipe**
a/c de Samuel Sambongo F.
C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Olga Ruth Sambongo F.**
a/c de Samuel Sambongo F.
C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Armando Chilala S. Filipe**
a/c de Samuel Sambongo F.
C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Mateus Cristóvão**
C.P. 14.606 — Luanda — Angola
- **José Sommer**
Rua Jequié, 74 — Itoupava
Blumenau — SC — Brasil
- **José Antonio da Silva "Zecas"**
C.P. 1073 — Malange — Angola
- **Fernando E. M. Rodrigues**
C.P. 23.084 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 20.922 — Brasil
- **Armando Claudino**
Rua Alvaro de Almeida, nº 21
C.P. 1606 — Benguela — Angola
- **Lígia Maria Bohn**
Pinheiro Machado, 2694/1003
Santa Maria — RS — CEP: 97.100
Brasil
- **Miguel Domingos António**
C.P. 14.199 — Bairro Ngola Kiluangi
Zona 16 — Luanda — Angola
- **Marcos M. R. Sousa**
Av. Santa Cruz, 543 — entrada 6/
apt. 203 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 21.710

- **Domingues Francisco Milange**
C.P. 1639
Rua 8 de Dezembro casa nº 22
Luanda — Angola
- **Salvador Luís Nuvunga**
C.P. 338/2 — Nampula — Moçambique
- **André Tanga Ali**
C.P. 32, Luena, Moxico — Angola
- **Maria de Fátima Craveiro**
Rua dos Lírios, Lote c, r/c, dto
2725 Mem-Martins — Portugal
- **Plácido João F. de Almeida**
Posta Restante da Precol-CTTA
Luanda — Angola
- **Gualdino Miguel Francisco Ferreira**
Bairro Neves Bendinha
Rua das Violetas — Bloco 23/casa 4
Luanda — Angola
- **Gadjay Choquisso F.**
- **Eusébio Alé Chico**
- **José Lopes Jura**
C.P. 338/2 — Nampula — Moçambique
- **Augusto Manuel dos Santos**
Rua Afonso de Albuquerque, n.º 25
C.P. 1728 — Benguela — Angola
- **Miguel Pedro António**
a/c de Gaby — C.P. 245
Cabinda — Angola
- **René Angelo Sadi**
C.P. 3952 — Luanda — Angola
- **Ana Maria**
C.P. 12428 — Maianga — Luanda
Angola
- **Adelino N'difa**
Rua Mário de Andrade
Zona Comercial — C.P. 1411
Lobito — Angola
- **Miguel Mateus B. Pedro**
C.P. 6558 — Luanda — Angola
- **Antônio Miguel Pedro "Mingle"**
C.P. nº 18143 — Luanda — Angola

Uma rede de cooperação no Terceiro Mundo

□ Uma organização internacional terceiro-mundista, a Rede do Terceiro Mundo (RTM) se encontra em processo de fundação, com o impulso inicial dado pela Associação de Consumidores de Penang (CAP), na Malásia. Segundo o presidente da CAP, S. M. Mohd Idris, "a Rede do Terceiro Mundo é uma tentativa de criar uma voz independente que possa falar clara e energeticamente em nome da maioria dos povos nos países em desenvolvimento".

CAP, em Penang, que reuniu 100 participantes de mais de 20 países, em sua maioria do mundo em desenvolvimento¹. Nessa conferência, discutiu-se uma ampla gama de problemas que afetam o Terceiro Mundo, desde a crise da dívida externa até o impacto da cultura ocidental nas sociedades em desenvolvimento. Ao terminar a reunião, os participantes sentiram que a rodada de declarações, a forma usual, não era suficiente como resultado e que aquela era uma boa

ções existentes foram expressos na conferência. "Os governos frequentemente são ineptos, corruptos ou indiferentes", declararam os participantes.

As organizações internacionais, ou seja, o Banco Mundial, a Comissão Brandt ou o Grupo dos 77, estão controladas pelas nações ricas ou suportam o peso da burocracia, além de restringirem seus trabalhos aos canais diplomáticos, acrescentaram. A Rede é uma tentativa de transferir a iniciativa em favor de mudanças para organizações não-governamentais e, embora vá se centrar exclusivamente em temas de interesse para o Terceiro Mundo, também deseja vincular-se a grupos e indivíduos tanto no Norte quanto no Sul.

"No entanto, a maior parte de nossas energias serão destinadas a criar vínculos entre países do Sul", explicou Martin Kohr, diretor de pesquisas da CAP. "A Rede servirá para colocar povos da Ásia, África, Oriente Médio e América Latina em contato", acrescentou.

"Deve acontecer um ressurgimento das instituições democráticas no Terceiro Mundo para contrabalançar a manipulação de nossa política por parte das superpotências. Existem alternativas para os modelos de desenvolvimento ocidental que atualmente dominam os países do Sul e a Rede articulará esses princípios e trabalhará ativamente em favor deles", declarou Kohr. No entanto, cabe se perguntar o que uma organização dessa natureza poderá fazer. Os organizadores da Rede esperam que uma combinação de flexibilidade e informalidade lhes permitirá atuar para responder rapidamente a acontecimentos no Terceiro Mundo. Por exemplo, no caso do recente de-



Fac-símile do 1º número do Boletim da RTM, cujo objetivo é melhor informar os leitores dos países em desenvolvimento

"Ainda não existe uma visão comum capaz de mobilizar os povos do Terceiro Mundo. O que existe é um vácuo no cenário mundial que nem os governos nem as organizações internacionais ocupam", declarou. Na sua opinião, a Rede do Terceiro Mundo é uma tentativa de relançar esse espírito e esse otimismo. "Não se farão mudanças no Terceiro Mundo até que seus povos se ponham de pé e falem por si mesmos", afirmou Mohd Idris.

O impulso inicial veio de uma conferência realizada em novembro do ano passado pela

oportunidade para passarem à ação.

A RTM é o resultado da tentativa de manter os assistentes à conferência em contato entre si e estabelecer novos vínculos que permitam ampliar seu âmbito. A CAP foi designada para desempenhar as funções de Secretaria da Rede, com o objetivo de coordenar planos e dar seguimento às atividades. Os mais variados sentimentos de frustração e aborrecimento contra organiza-

¹cadernos do terceiro mundo esteve representado na conferência de Penang por nosso editor para a América Latina, Roberto Remo Bissio.

sastre químico ocorrido em Bhopal, na Índia, a Rede teria podido agir com presteza para pressionar governos e agências da Organização das Nações Unidas (ONU).

A RTM poderá preparar um breve e bem fundamentado documento para apontar a responsabilidade das empresas transnacionais no Terceiro Mundo. O documento poderá ser enviado a governos, agências da ONU e meios de comunicação, além de que, os membros da Rede terão possibilidade de tornar sua a causa dos seus respecti-

vos países.

Uma das preocupações fundamentais da organização será a de compartilhar e disseminar informação e, como parte dessa atividade, o Secretariado em Penang prepara um serviço de notícias da Rede.

Esse serviço informativo espera contribuir para mudar a imagem usual do Terceiro Mundo que aparece na imprensa ocidental e tornar os leitores dos países em desenvolvimento mais conscientes dos problemas de cada um e dos esforços que são feitos para superá-los.

Além disso, existem planos de realizar trabalhos de pesquisa sobre alguns dos mais importantes assuntos do Terceiro Mundo, que eventualmente seriam distribuídos na forma de memorandos da RTM, serviços noticiosos ou de livros.

As possibilidades da Rede são infinitas, segundo a opinião de Mohd Idris. "Diz-se que uma viagem de mil quilômetros começa com o primeiro passo. Com a formação da Rede, já demos o primeiro passo. Agora, devemos manter o ritmo", concluiu o presidente da CAP. (Wayne Ellwood)

Argentina: congelam depósitos em dólares

□ Todos os depósitos bancários em dólares foram congelados a partir de maio passado, na Argentina, por decisão das autoridades monetárias, com o objetivo de impedir a retirada maciça de divisas, depois que entidades bancárias foram fechadas semanas antes. A medida terá vigência de 120 dias. Calcula-se que na praça de Buenos Aires existam, aproximadamente, 800 milhões de dólares depositados no sistema de investimentos.

As medidas adotadas pelo Banco Central argentino, unidas à incerteza criada na praça por falta de segurança oferecida por algumas entidades, poderá provocar a fuga de capitais para o exterior em busca de outros centros financeiros.

Montevideu é a praça com maiores possibilidades para a captação de uma parte da poupança argentina que for desviada para o estrangeiro. Alguns influentes depositantes anunciaram que estão dispostos a iniciar uma batalha judicial com o propósito de obter a restituição dos depósitos congelados.

De acordo com a disposição oficial, os poupadores só poderão optar por receber "bônus externos" (certificados em dólares emitidos pelo Estado argentino) no final do prazo de seu investimento.

Essa operação representaria uma perda aproximada de 25%, porque os bônus externos estão fixados entre 70 e 80% de seu

valor nominal na série de 1984, que é a oferecida aos depositantes em dólares.

Essa medida está relacionada com as negociações que a Argentina realiza atualmente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para que o organismo reabra seu crédito ao país, suspenso desde março passado pelo não-cumprimento, por parte do governo de Buenos Aires, dos itens do acordo econômico.

A dívida externa chega aos 50 bilhões de dólares e, até o momento, não há indícios que permitam vislumbrar a possibilidade de um acordo.



Alfonsín: a negociação com o FMI não parece ser fácil

Brasil perante a crise centro-americana

□ O impulso a uma política brasileira de apoio a uma solução negociada e pacífica para a crise centro-americana e a promoção do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Nicarágua para romper o bloqueio econômico decretado pelos Estados Unidos, são dois dos objetivos fundamentais da conferência internacional que se realiza na cidade do Rio de Janeiro de 11 a 14 de junho corrente.

Definida como "O Brasil diante da crise centro-americana", a conferência é organizada pela Coordenação Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais (Cries), pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (IRI/



M.A. Cavalcante

O ministro Olavo Setúbal

PUC) e o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc).

Da mesma participação, além de intelectuais, profissionais e os presidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), destacadas figuras dos meios político, social e cultural de todos os países centro-americanos, dos Estados Unidos e de várias nações européias.

O objetivo da conferência é obter conclusões úteis que auxiliem o novo governo brasileiro a traçar uma política internacional coerente, que oriente suas relações com aquela região em crise e que estimule o desenvolvimento de uma relação especial do Brasil com o Grupo de Contadora.

Encontros semelhantes serão realizados no mesmo mês e com os mesmos participantes em Buenos Aires, Montevidéu e Lima.

O Mercado Comum Centro-Americano em crise

□ O futuro do Mercado Comum Centro-Americano não parece ser muito animador pela escassez de divisas dos países da área. A essa conclusão, chegaram os economistas e altos funcionários governamentais que participaram da reunião do Conselho Monetário Centro-Americano, que se realizou em São José da Costa Rica, em meados de maio passado.

As instituições emissoras de moedas dos países da América Central esgotaram sua capacidade de financiar os saldos devedores resultantes do intercâmbio comercial, mediante emissões internas de moeda, sem receber dólares em troca de suas expor-

tações. Diante da difícil situação que o comércio na região atravessa, o presidente do Banco Central da Costa Rica propôs que o intercâmbio para as importações seja regulado e as exportações sejam iguais.

Atualmente, a dívida dos países centro-americanos com a Costa Rica já ultrapassa os 310 milhões de dólares e a impossibilidade das nações devedoras de pagarem suas contas tem obrigado o Banco Central costarricense a emitir moeda no valor de 300 milhões de dólares, para pagar as exportações dos empresários, contra dólares que não tem recebido dos compradores dos demais países da área.

Criado na década de 60, o Mercado Comum Centro-Americano tem como propósito estimular o desenvolvimento comercial entre os países da região, um aspecto considerado básico para a reativação da indústria. Por isso, uma diminuição substancial da atividade comercial poderia significar uma queda na produção, com a consequente recessão econômica e o aumento do desemprego.

O Conselho Monetário Centro-Americano encomendou à sua Secretaria Executiva a elaboração de uma proposta para pagar as dívidas bilaterais. Ao mesmo tempo, foram analisadas possíveis medidas como a instalação e utilização de um mercado de trocas para controlar o aumento das dívidas sem prejudicar a atividade do Mercado Comum Centro-Americano.

Nicarágua-Honduras: aumenta a tensão fronteiriça

□ Se se concretizarem os planos contra-revolucionários de mobilizar todas as forças concentradas na região fronteiriça de Jalapa, a tensão entre a Nicarágua e Honduras poderia chegar a seu ponto mais alto e desembocar num conflito armado entre ambos os países.

A situação, que inclusive poderia servir de pretexto para deixar livre o caminho para uma intervenção norte-americana na Nicarágua, motivou o pedido do comandante Humberto Ortega, ministro da Defesa nicaraguense, ao chefe das forças armadas de Honduras, general Walter López, de manter um contato bilateral.

A iniciativa nicaraguense de promover o encontro dos altos chefes militares envolveu também o Panamá, que teria sido consultado para que servisse de "ponte" entre os dois países. Nesse sentido, dirigentes nicaraguenses formalizaram contatos com o general Antonio Noriega, chefe das forças armadas panamenhas, que mantém boas relações com a Nicarágua. Calcula-se que Noriega poderia se constituir no principal mediador entre os exércitos de Honduras e Nicarágua.

Em recentes declarações, o comandante Humberto Ortega admitiu que a situação de conflito se manterá enquanto o governo de Honduras não expulsar os contra-revolucionários dos acampamentos de Las Vegas e Arenales que eles possuem em território hondurenho, próximo à fronteira com a Nicarágua, no departamento (estado) de Paraíso. "Se atirarem em nós, responderemos ao fogo e é possível que tanto nós, soldados nicaraguenses, como os hondurenhos, tenhamos

cruzado a fronteira devido às características do terreno", afirmou Ortega.

A Nicarágua propôs recentemente no Grupo de Contadora a formação de uma comissão que investigue a situação fronteiriça. No entanto, a proposta foi recusada pelo governo de Honduras, o que, para alguns observadores, parece indicar que esse país não quer reconhecer oficialmente a presença de acampamentos contra-revolucionários em seu território.

tensificará nos próximos meses para procurar acabar com os últimos redutos dos comandos infiltrados no interior do país, mas advertiu que essa mesma situação "traz implícito o perigo de que, diante desse fracasso, os Estados Unidos tentem uma intervenção militar direta na Nicarágua".

Enquanto isso, aumentam os esforços para uma pacificação da região atlântica nicaraguense por meio de um acordo definitivo do governo sandinista com importantes setores indígenas, em especial a etnia misquita, e pôr fim, assim, a um conflito iniciado há três anos.

O ministro do Interior, Tomás Borge, anunciou que será reconhecida a autonomia da região e que uma proposta nesse senti-



Bruce Jones, da CIA, comandando um grupo "contra" na fronteira

A ofensiva das forças combinadas do Exército Popular Sandinista e das Milícias fez fracassarem, nos últimos meses, os objetivos desestabilizadores que os Estados Unidos perseguem por meio dos grupos armados que atuam a partir de bases hondurenhas e costarriquenhas. O ministro da Defesa da Nicarágua anunciou que essa ofensiva se in-

do será discutida com Brooklyn Rivera, dirigente máximo da organização indígena Misurasata.

No mês de abril passado, o governo sandinista e a organização Misurasata conseguiram um acordo em virtude do qual foram libertados mais de 100 militantes desse grupo, que tinham participado de ações armadas contra o governo de Manágua.

Vietnã: dez anos depois

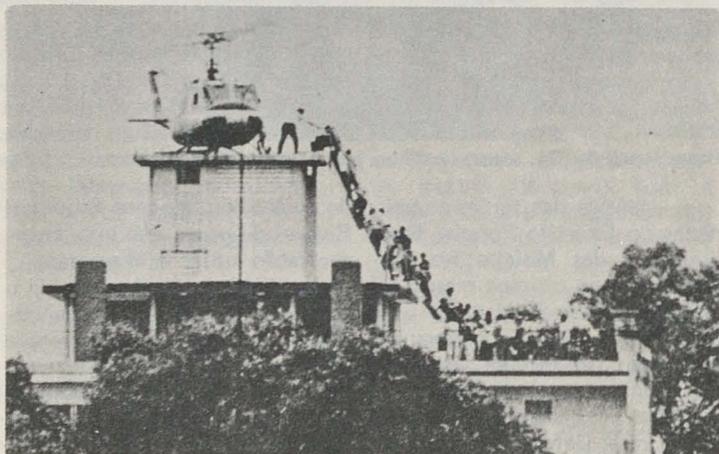
□ Quando o último helicóptero *Chinook-46* decolou do terraço da sede da missão norte-americana em Saigon (hoje, Ho Chi Minh), levando a bordo o embaixador norte-americano Graham Martin, com a bandeira de seu país enrolada sob o braço, e os últimos 11 *marines*, fechava-se o pano para uma guerra de 15 anos e o mundo assistia à maior derrota militar da história dos Estados Unidos. Era a madrugada do dia 30 de abril de 1975 e as forças da Frente de Libertação do Vietnã já eram donas da cidade. Simbolicamente, no outro extremo da atual Ho Chi Minh, um tanque com bandeiras vermelhas e a estrela amarela derrubava os portões do palácio do governo, do qual também alguns dias antes tinha fugido o presidente-fantochete Nguyen Van Thieu, com três toneladas e meia de ouro.

A agressão sofrida pelo Vietnã por parte da maior potência militar não tem precedentes na história contemporânea: sobre seu território foram lançadas mais bombas que todas as empregadas na 2ª guerra mundial, armas químicas e bacteriológicas foram

experimentadas e populações inteiras foram torturadas e massacradas. Mas nada pôde impedir a libertação e a reunificação do país, que tinha sido dividido a partir de 1956, quando os Estados Unidos instalaram e fortaleceram o regime de Ngo Dinh Diem, numa clara violação dos acordos estabelecidos dois anos antes em Genebra.

Com a fundação, em 1960, da Frente de Libertação Nacional, começou a "segunda resistência", dessa vez contra o imperialismo norte-americano e os sucessivos governos instalados em Saigon pelos presidentes Johnson, Nixon e Ford.

Sob a palavra-de-ordem "o partido dirige, o Estado administra e o povo é dono", a 2 de julho de 1976 o país se reunifica como República Socialista do Vietnã e, paulatinamente, começa a tarefa de reconstrução nacional. O pesadelo passou e hoje — dez anos depois da vitória popular — o Vietnã é um país independente, construindo o socialismo, e tem uma ativa presença nos foros e lutas do Terceiro Mundo.



Os últimos norte-americanos fogem de Saigon

Argentina: Videla responsabilizado pela morte de ex-presidente boliviano

O general Jorge Videla, ex-presidente militar da Argentina, foi responsabilizado pela morte do ex-presidente boliviano Juan José Torres, ocorrida em 1976 em San Andrés de Giles, a 70 quilômetros de Buenos Aires. A acusação foi feita pela própria viúva de Torres, Emma Obleas de Torres, ao pedir, na capital argentina, que seja finalmente esclarecido o assassinato do marido.

O general Torres, que chegou ao poder em 1970, foi derrubado no ano seguinte por um sangrento golpe chefiado pelo coronel Hugo Bánzer. Ele se refugiou então, como asilado político, na Argentina, onde apareceu morto em 2 de junho de 1976, depois de haver sido sequestrado na véspera.

O assassinato de Torres é relacionado ao do general chileno Carlos Prats, ocorrido à mesma época em Buenos Aires.

A viúva de Torres informou que, uma vez achado o cadáver do seu marido, as autoridades militares argentinas não permitiram que familiares ou representantes da família assistissem à autópsia. O governo militar do general Videla determinou inclusive que fossem submetidas a severo controle as pessoas que compareceram ao velório.

Agora, quase nove anos depois do assassinato, o general Videla está sendo submetido a julgamento por violações dos direitos humanos. E o esclarecimento do assassinato de Torres é pedido também pelo atual presidente da Bolívia, Hernán Siles Zuazo.

PARAGUAI: Grande manifestação contra Stroessner

"Stroessner, assassino de camponeses" e "Pinochet, Stroessner e Somoza são a mesma coisa" foram alguns dos gritos lançados por mais de cinco mil pessoas, principalmente camponeses, que se manifestaram na maior concentração de protesto contra o presidente Stroessner, realizada no mês de maio passado, em Assunção, no Paraguai.

Presidente desde maio de 1954, o general Alfredo Stroessner assumiu o poder através de um golpe de estado e não escondia, na época, a sua admiração pelo nazismo. Euclides Azevedo, do Partido Revolucionário Ferebrista, um dos que apoiaram a manifestação, considerou que o Paraguai também entrou na "década da queda das ditaduras". O Acordo Nacional que convocou a manifestação é uma coligação que abrange, além deste partido, o Liberal Radical Autêntico, o Democrata Cristão e o Movimento Popular Colorado.

Esse foi o quarto comício que a oposição realizou em Assunção desde 1982 e, durante as duas horas que durou, a polícia manteve vigilância mas não houve qualquer incidente.

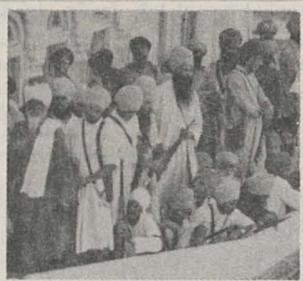
NAMÍBIA: Nujoma prevê independência até final do ano

O presidente da Swapo, Organização do Povo do Sudoeste Africano, Sam Nujoma, afirmou no mês de maio passado, em Lusaka, que a proclamação da independência da Namíbia se verificará

até ao final deste ano, segundo indicou a Agência Zambiana de Notícias, *Zana*.

Nujoma, que agradeceu o apoio material e moral que a comunidade internacional tem dado à sua organização em favor da causa namibiana, acusou o governo norte-americano de colaborar com Pretória na criação de um bantustão na Namíbia, de acordo com a sua política autodenominada de "compromisso construtivo" com a África do Sul. Ao concluir, Sam Nujoma reafirmou que apesar de todas as manobras sul-africanas, a sua organização está decidida a prosseguir a luta armada, até a vitória final.

ÍNDIA: Conspiração sikh descoberta nos EUA



Militantes sikhs

A Câmara dos Deputados do Parlamento da Índia expressou sua "grande tranquilidade" pela conspiração contra a vida do primeiro-ministro Rajiv Gandhi descoberta nos Estados Unidos pelo FBI. Quase todos os oradores do governo e da oposição que participaram do debate de duas horas felicitaram o FBI por ter desbaratado a conspiração de um grupo de *sikhs* residentes naquele país. E declararam que Gandhi de-

ve ir em frente na sua visita aos EUA programada para este mês de junho. Adiar ou cancelar a viagem significaria "uma grande vitória dos extremistas *sikhs*", disse um dos deputados.

ARGENTINA: Protesto por base britânica nas Malvinas



Os porta-aviões não bastam: base aérea britânica nas Malvinas

A Argentina protestou energicamente perante a Organização dos Estados Americanos (OEA) pela construção de uma base aérea britânica nas Malvinas.

O ministro das Relações Exteriores, Dante Caputo, garantiu que a conversão nas Malvinas numa poderosa base militar "constitui uma grave ameaça à segurança de nossa nação, à paz e à tranquilidade de nossa região e, por conseguinte, à paz e à tranquilidade no mundo".

O governo da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher inaugurou o novo aeroporto de *Mount Pleasant* nas Malvinas, a 12 de maio passado. Londres mantém a opinião de que a base é necessária para proteger as ilhas de qualquer tentativa argentina de reafirmar sua soberania sobre elas, reivindicada por Buenos Aires há mais de 150 anos.

Bandung: o despertar dos povos colonizados

Os esforços conjuntos dos povos do Terceiro Mundo para superarem as limitações e condicionamentos herdados do colonialismo e do imperialismo começaram a se consolidar há 30 anos, quando se realizou em Bandung, de 18 a 24 de abril de 1955, a primeira reunião de líderes dos países da África e Ásia.

A conferência, qualificada por seu anfitrião, o então presidente da Indonésia, Ahmed Sukarno, como a primeira "intercontinental de gente-de-cor da história da humanidade", reuniu 24 países cujos problemas comuns lhes permitiram assinar os princípios de Bandung, apesar de suas importantes diferenças ideológicas e políticas.

Analisados a partir da perspectiva do tempo, os princípios consagrados em Bandung continuam com plena vigência e estão presentes na batalha dos países terceiro-mundistas por uma nova



Sukarno, o anfitrião em Bandung

ordem internacional. Dez foram os princípios aprovados por unanimidade pelos representantes do Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja (atual Campúchea), China Popular, Egito, Etiópia, Filipinas, Costa do Ouro (atual Gana), Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Sião (atual Tailândia), Síria, Sudão, Turquia, República Democrática do Vietnã,

Vietnã do Sul e Lêmen do Norte: 1) respeito aos direitos humanos fundamentais de acordo com a carta das Nações Unidas; 2) respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; 3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todos os países, grandes ou pequenos; 4) não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outros países; 5) respeito ao direito de cada país de se defender, individual ou coletivamente, de acordo com a carta da ONU; 6) repúdio à participação das tarefas de defesa coletiva, destinada a servir aos interesses particulares das grandes potências; 7) renúncia a atos ou ameaças de agressão ou emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país; 8) solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e acordo perante tribunais, assim como outros meios pacíficos que os países interessados poderão escolher, segundo a carta da ONU; 9) estímulo aos interesses mútuos e à cooperação; 10) respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Barbados: criado o Partido dos Trabalhadores

Foi criado em Barbados um partido político marxista para se opor ao desafio da tradicional dominação da cena política da ilha pelos partidos centristas.

George Belle, secretário geral do Partido dos Trabalhadores de Barbados (WPB), anunciou a criação da organização numa cerimônia da qual participaram partidários e representantes de partidos de esquerda da região caribenha.

Tradicionalmente, o poder

político em Barbados sempre se repartiu entre o Partido Trabalhista de Barbados (BLP), atualmente no governo, e o oposicionista Partido Trabalhista Democrático (DLP).

Barbados, uma sociedade conservadora e muito religiosa, manteve-se à parte dos intensos debates ideológicos e dos conflitos que se alastraram na região do Caribe nos anos 70 e que deram origem a várias organizações políticas marxistas.

A ilha, aliada próxima dos Es-

tados Unidos, em 1983, ajudou a coordenar a invasão a Granada pelas forças militares norte-americanas.

Mesmo antes de sua criação como partido político, o WPB foi objeto de críticas dos meios de comunicação locais. Seus líderes tiveram que mudar a data da cerimônia à última hora, depois que os donos do local originalmente alugado mudaram de opinião.

Entre os representantes da região caribenha, compareceram o Partido Operário da Jamaica (WPJ), o Partido Progressista Popular da Guiana (PPP), o Partido Comunista de Guadalupe e o Movimento Unido Popular (UPM) de San Vicente e Granadinas.

O ocaso de Reagan

A imagem de Ronald Reagan como "superlíder" dos Estados Unidos e do conservadorismo ocidental, que atingiu o apogeu com a sua reeleição por notável maioria, está se deteriorando rapidamente, nos Estados Unidos e no resto do mundo.

A chegada de Reagan à presidência foi em grande parte favorecida por duas teses. Uma delas sustentava que a longa série de derrotas que os Estados Unidos haviam sofrido no plano internacional era devida, unicamente, à falta de firmeza e decisão, bem como à pusilânime renúncia ao uso da força, dos antecessores de Reagan. Como vemos, uma tese simplista, segundo a qual bastaria que o Tio Sam mostrasse e — se necessário — usasse novamente o seu punho de ferro, para que o país recuperasse a liderança do mundo conquistada após a 2ª guerra mundial.

A outra tese de Reagan e dos seus seguidores menosprezava a política econômica dos últimos presidentes norte-americanos — tanto democratas quanto republicanos — e, por conseguinte, a tradição econômica dos Estados Unidos desde o *New Deal* do presidente Franklin Delano Roosevelt. Essa tradição, cultivada pelos discípulos norte-americanos do teórico John Maynard Keynes, podia ser sintetizada na fórmula "economia mista", ou seja, no emprego das alavancas estatais para fomentar o crescimento produtivo e o emprego, assim como para dissimular as crises e as contradições próprias do capitalismo.

Apoiado na escola monetarista — sobretudo nas teses do maior expoente dessa linha econômica, Milton Friedman —, Reagan garantiu, enfaticamente, que a solução dos problemas estava no fim da intervenção estatal na economia: além de não serem de forma alguma cerceados, os empresários ainda deveriam receber novos estímulos, mediante a redução de impostos.

O fim da ingerência governamental conduziria, automaticamente, ao reordenamento da economia, que passaria da recessão à expansão, e

daí por diante a um contínuo crescimento, com pleno emprego. Fatos e números demonstram, contudo, que ameaças e mesmo o uso da violência não bastam para converter mitos em realidades.

No plano político, a última conferência de cúpula dos chefes de governo das sete principais potências capitalistas, realizada em Bonn no início de maio, mostrou as limitações que Reagan enfrenta na tentativa de impor a sua liderança aos parceiros dos Estados Unidos e de levá-los a apoiar a sua linha dura. Antes de embarcar para a capital alemã, o invasor de Granada decretou o boicote econômico contra a Nicarágua. Mas, ao invés de contar com a compreensão e o apoio que esperava, teve que enfrentar em Bonn as críticas unânimes dos aliados a um ato de violência ostensivamente contrário à política do Grupo de Contadora, que é apoiada pelos governos europeus.

A reunião de Bonn e o giro de Reagan pela Europa deixaram claro que os aliados europeus dos Estados Unidos divergem da atual política de Washington com relação à Nicarágua e à América Central. A Espanha foi, talvez, o país em que essa divergência se tornou mais evidente. Primeiro, no plano popular, através das multidões que saíram às ruas para protestar contra a presença de Reagan. Depois, no plano governamental: Reagan acabara de partir quando o primeiro-ministro Felipe González recebeu, calorosamente, o presidente nicaraguense Daniel Ortega, para que, juntos, reafirmassem a amizade entre os dois países e condenassem o embargo norte-americano. A homenagem que Reagan prestou aos mortos na última guerra mundial no cemitério alemão de Bitburg, onde estão enterrados membros das famigeradas SS de Hitler, foi criticada em todo o mundo. Até o Congresso dos Estados Unidos se pronunciou em uníssono contra essa visita, o que indica que a atitude presidencial foi rejeitada pela sociedade norte-americana. É óbvio que os efeitos dessa rejeição transcendem o imediato. A política de "guerra fria" seguida por Reagan desde o início do seu governo provocou tensões desnecessárias e extremamente perigosas nas

relações Leste-Oeste. A tal ponto que ele foi obrigado a conter-se, a moderar o tom e o conteúdo das suas declarações sobre a União Soviética, e a retomar negociações que a sua própria política havia bloqueado.

A opinião pública norte-americana e mundial já percebeu que o zigue-zague político de Reagan esconde o reconhecimento de um fracasso. E isso num momento em que a velha cúpula soviética, alvo preferido da propaganda ocidental, cede o lugar a uma nova geração de dirigentes comunistas, liderados por Mikhail Gorbachov. A nova equipe do Kremlin transmite uma imagem de renovação e dinamismo que, independentemente dos êxitos que possa obter a longo prazo, já se projeta no cenário internacional e pega desprevenido um Reagan que não consegue manter a iniciativa e teme ser lançado à defensiva por um rival com ampla e rápida capacidade de manobra.

É provável que as relações com o Leste se tornem ainda mais difíceis para Reagan, que não consegue, como também demonstrou o encontro de Bonn, convencer os seus aliados das vantagens da sua "guerra nas estrelas".

Segundo observadores, o sucesso da política econômica de Reagan durante o seu primeiro quadriênio na presidência contribuiu mais para a reeleição do que o seu comportamento belicoso no panorama internacional. Agora, muitos analistas acham que Reagan poderia ter sido derrotado ou conseguido apenas uma vitória apertada, se as eleições fossem realizadas seis meses depois, em virtude da inquietante situação atual da economia norte-americana.

A verdade é que o atual morador da Casa Branca não tomou ao pé da letra a receita monetarista. E uma importante nuance do que se convencionou chamar de "*reaganomics*" foi a utilização de um mecanismo bem conhecido por Roosevelt e seus sucessores: o estímulo às atividades produtivas através da expansão dos gastos públicos. Em pouco tempo, o governo se endividou cada vez mais para reativar a economia, sobretudo a indústria militar. A captação de recursos federais foi um dos fatores que elevou, fortemente, as taxas de juros bancários, sugando capitais de todos os mercados, revalorizando o dólar e agravando os problemas dos demais países, especialmente das nações endividadadas do Terceiro Mundo.

O afluxo de capitais parece ter tido efeitos mais negativos do que positivos na economia

norte-americana, já que eles serviram para financiar o déficit fiscal e a expansão do consumo, e só em pequena escala se converteram em investimentos produtivos.

Certo é que o encarecimento do dólar reduziu a competitividade dos produtos norte-americanos nos mercados internacionais, ao mesmo tempo em que barateava os bens estrangeiros no mercado interno. A consequência lógica foi um grande aumento das importações e uma queda abrupta das exportações. Resultado final: calamitosos déficits comerciais, que, ano após ano, assinalam novos recordes na era de Reagan.

O presidente norte-americano respondeu aos que o criticaram por não conter os alarmantes déficits, dizendo que não entendiam de economia. Segundo ele, a expansão econômica, ao aumentar o volume de negócios das empresas e o consumo privado, incrementaria ao mesmo tempo o volume de impostos arrecadados. E isto, juntamente com alguns cortes orçamentários, eliminaria aos poucos o déficit federal.

Lamentavelmente para o presidente, não foi isso que ocorreu. Em 1983 e ainda no primeiro semestre de 84, o Produto Nacional Bruto norte-americano cresceu muito rapidamente. Mas, já no segundo semestre de 84, registrava-se brusco declínio. Vejamos os dados oficiais do período. No primeiro semestre de 84, o crescimento do PNB foi de 8,5%; no trimestre seguinte, de 1,6%; e no último trimestre do ano passado, de 4,3%, embora este seja, tradicionalmente, um período de maior atividade, em decorrência das festas de fim de ano. Já no primeiro trimestre de 85, o aumento do PNB foi de apenas 0,7%, índice inferior à previsão governamental, que era de 1,3%. A inversão de tendência em relação ao início de 84 é inegável. Resta saber se a economia norte-americana se prepara, como garante a Casa Branca, para uma "suave aterrissagem", depois de haver superado a recessão e atravessado um período de vigoroso crescimento, ou se ela se encaminha para uma recessão ou para um período depressivo. Como afirmaram os partidários de Reagan, a "suave aterrissagem" significaria que, após os índices de expansão, o PNB passaria a crescer de 3,5 a 4% ao ano, ritmo sem dúvida satisfatório. Para este ano, o índice previsto era de 3,9%. Mas, após a divulgação do índice de crescimento do primeiro trimestre, a previsão teve que ser revista, o que desencadeou uma onda de pessimismo

nos círculos econômicos.

A verdade é que houve uma freada na economia norte-americana, embora ainda não se possa dizer com segurança qual será a tendência futura.

Em compensação, já é certo que a única garantia de um crescimento satisfatório no corrente ano se baseia numa política expansiva da Europa Ocidental e do Japão. Em outras palavras: a função de "locomotiva" da economia capitalista, desempenhada nos últimos anos pelos Estados Unidos, passaria a ser assumida pelos seus parceiros. Os países da Europa Ocidental, no entanto, prevêem índices de crescimento menores do que no ano passado e não estão em condições de desempenhar o papel dinâmico que Washington espera deles.

É nessa conjuntura que surge o "novo" Reagan, descobrindo que o déficit fiscal assumiu proporções alarmantes e que é necessário atenuá-lo. De fato, o déficit federal acumulado atingiu a fabulosa soma de 1,7 bilhão de dólares, o que equivale a mais que o dobro da dívida externa conjunta do Terceiro Mundo. "Cada homem, cada mulher e cada criança norte-americanos" — lamentou Reagan — "deve hoje 8 mil dólares".

Tanto Reagan como as duas câmaras do Congresso tratam agora de reduzir, gradativamente, o déficit federal. O presidente aceitou as mudanças adotadas pelo Senado com relação aos gastos com a defesa: um corte de 56 bilhões de dólares no orçamento do próximo ano e o congelamento de um déficit de 171,4 bilhões de dólares. Mas, para chegar a esse resultado, o Senado, controlado pelos republicanos, teve que imprimir cortes em 13 programas sociais, o que não será aceito pela Câmara dos Representantes, dominada pelos democratas. Seja como for, o déficit continuará sendo demasiadamente elevado.

Mas, os problemas não acabam aí. O minguado crescimento do PNB implicará arrecadações fiscais inferiores às previstas, agravando ainda mais o déficit. Diante de um tal quadro, os especialistas recomendam uma política voltada para o barateamento do dinheiro, facilitando os investimentos produtivos. A queda das taxas de juros provocaria, contudo, a emigração dos capitais que contribuíram para financiar o déficit fiscal e, em parte, a economia norte-americana. Tal medida poderia ainda estimular a inflação, cujo índice, para o ano, foi um pouco inferior a 4,2%, previsto para o primeiro trimestre deste ano.

A situação é, portanto, difícil para Reagan: os instrumentos antes utilizados se mostram ineficazes e os novos são de idoneidade duvidosa, inclusive porque não há condições políticas para aplicá-los com energia.

Não é de estranhar que os tropeços políticos e econômicos tenham acarretado um declínio da popularidade presidencial. Segundo pesquisas de opinião, a política de Reagan era aprovada, em janeiro passado, por 68% dos norte-americanos. Quatro meses depois, a taxa havia caído para 54%. Trata-se — conforme observou um especialista — de "uma das quedas mais rápidas e clamorosas jamais sofridas por um presidente norte-americano reeleito".

Pode-se contra-argumentar que 54% continua sendo um índice elevado — o que é certo. Mas, o importante, no caso, é que a brusca mudança de tendência é paralela aos desacertos da Casa Branca.

Se a tendência se mantiver nos próximos meses, o que poderá fazer a equipe presidencial? Na política internacional, o governo Reagan teria, praticamente, que inverter as suas posições.

Somente com uma política de distensão em face da União Soviética e uma política menos agressiva (e menos onerosa com relação ao déficit fiscal), bem como de menor ingerência, na Nicarágua e em El Salvador, Reagan poderia encurtar as distâncias que o separam, atualmente, dos seus aliados ocidentais e tornar-se um líder aceito e respeitado por eles. É difícil imaginá-lo nesse papel.

No campo econômico, só um milagre ou o descobrimento de uma fórmula mágica poderiam devolver a Reagan a imagem triunfante que exibiu ainda há poucos meses. Pois não há como vislumbrar uma solução sem um súbito e excepcional crescimento do PNB, e uma drástica redução do déficit fiscal. Mas, como obter essa redução com a expansão do PNB?

Se não houver essa milagrosa recuperação, a economia norte-americana atravessará, no melhor dos casos, um período de oscilações, com índices de crescimento moderados ou medíocres. Ou então, na pior hipótese, sofrerá uma recaída recessiva. No primeiro caso, o declínio da popularidade presidencial prosseguiria talvez mais lentamente e a sucessão seria incerta. No segundo, o declínio seria rápido e indistigável. E o acaso de Reagan significaria o fracasso do neoconservadorismo norte-americano e a volta dos democratas ao poder.

Um futuro incerto

Quase dois meses depois da derrubada do general Gaafar Numeiry, o governo chefiado pelo comandante do exército, Abdel Rahman Sowar al-Dahab nomeou um ministério civil, iniciou contatos com os partidos políticos e promoveu uma abertura gradual em relação à Líbia e Etiópia, dois países vizinhos com os quais o antigo governo estava em pé-de-guerra permanente há vários anos. Foram medidas importantes que provocaram uma sensível redução das tensões políticas e sociais na região norte do Sudão e expectativa na parte sul, onde guerrilheiros estão em choque com tropas regulares há mais ou menos dois anos.

O general Dahab tem, no entanto, pela frente uma grave situação econômica provocada pelo caos financeiro e administrativo deixado por seu antecessor. Quando o novo governo começar a materializar suas propostas econômicas, a sua posição política ficará clara e os partidos sudaneses terão a chance de saber se o regime militar pretende tomar medidas que alterem em profundidade os vários pontos de estrangulamento responsáveis pela crise crônica que atinge o país há várias décadas. Ou se a abertura inicial não passou de uma manobra para ganhar tempo.

O golpe contra Numeiry foi, na verdade, uma manobra da cúpula militar para se antecipar a uma previsível rebelião de militares jovens de tendência nacionalista. O general Dahab havia sido nomeado ministro da Defesa no dia 23 de março, numa decisão pessoal do ex-presidente sudanês, que provocou uma enorme surpresa

O novo regime militar promove algumas mudanças importantes, mas isso não assegura a sua estabilidade pois os problemas pendentes são muitos. Entre eles, o maior desafio para o general Al Dahab provém das atividades do Exército Popular de Libertação

nos meios políticos de Cartum. É que, desde a sua ascensão ao poder em 1969, Numeiry sempre guardou para si o cargo de ministro da Defesa como uma forma de controlar o exército e impedir conspirações. A nomeação foi feita três dias antes do presidente deposto partir para Washington, numa viagem desesperada e cujo objetivo principal era tentar reconquistar o apoio norte-americano para seu cambaleante governo. Pouco mais de uma semana depois de assumir o Ministério da Defesa, Dahab derrubou o presidente que o nomeara, num movimento que contou com o apoio da alta cúpula do exército e que foi deflagrado depois de consultas com o Egito e os Estados Unidos.

A troca de generais em Cartum foi, ao que tudo indica, um movimento acompanhado de perto pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado norte-



Só após as primeiras medidas econômicas, ficará claro o que querem os militares

americano, que há tempos vinham estabelecendo contatos estreitos com a alta hierarquia do exército, marinha e aeronáutica do Sudão, diante da visível deterioração da posição de Numeiry.

O general Dahab, no entanto, era, dentro da cúpula militar, um oficial pouco conhecido e que havia conseguido ficar, em boa parte, imune às acusações de corrupção e favoritismo político. Assim, ele acabou sendo escolhido para chefiar o golpe porque estava menos comprometido que seus colegas com as arbitrariedades do regime deposto e poderia ser mais facilmente aceito pelos jovens oficiais e partidos políticos, que, com certeza, teriam reagido violentamente caso um militar da chamada "velha guarda" assumisse o poder.

A mudança de governo aconteceu num momento em que a classe média e os grandes sindicatos da região norte do Sudão estavam rebelados contra as medidas econômicas adotadas por Numeiry para satisfazer ao FMI e que haviam provocado uma alta espetacular nos preços dos produtos alimentícios básicos. Para continuar recebendo verbas do Fundo, o governo deposto teve que acabar com os subsídios à alimentação, uma medida que havia sido adiada o mais possível porque Numeiry sabia que ela provocaria greves e protestos de rua capazes de abalar seu regime. Mas a pressão dos bancos internacionais foi mais forte e muito possivelmente proposital.

O ex-presidente já era considerado uma carta fora do baralho nos grandes centros financeiros internacionais devido à sua incapacidade de manter o controle interno num país tido como fundamental para os interesses geopolíticos dos Estados Unidos no Oriente Médio e no norte da África. O FMI também sabia que o fim dos subsídios, num momento de alta impopularidade para o regime, provocaria uma rebelião e, por isso, quase não haveria chances de sobrevivência para Numeiry. A decisão de aumentar as pressões econômicas, materializada numa notícia do jornal *Washington Post* semanas antes do golpe, completa o quadro e indica que a derrubada de Numeiry seguiu um *timing* pré-estabelecido.

Mas, embora as evidências de que a mudança de governo tenha sido articulada em Washington sejam muitas, a personalidade do general Dahab e os

desdobramentos do golpe podem fazer com que os rumos do novo governo não sejam exatamente aqueles pretendidos pelo Departamento de Estado norte-americano. O novo presidente pertence a uma família tradicional da seita islâmica *Khatmiya*, que sempre teve uma forte influência política no norte do Sudão, especialmente na burguesia comercial. O general Dahab é simpático ao Egito, segue as prescrições islâmicas no que se refere à proibição ao álcool e é contra o islamismo radical da influente Irmandade Muçulmana. Ao mesmo tempo, é tido como íntegro, pouco inclinado a manobras políticas e desinteressado em continuar no poder por prazo indeterminado.

Em Cartum, se afirma que o general Al-Dahab não teria nem vontade e nem aptidão para envolver-se no jogo de maquiavelismo político implan-



A economia do Sudão está em crise pela corrupção do regime de Numeiry

tado por seu antecessor. Mas, ao mesmo tempo, lhe falta o carisma de Numeiry e a autoridade necessária para impor-se diante das várias facções políticas antagônicas em que o Sudão se dividiu durante os 16 anos de autoritarismo.

O projeto político

No terreno político, o novo governo necessita de um apoio popular mínimo, sem o qual ele acabará sendo destruído pelas rivalidades existentes entre os membros da hierarquia militar. No momento, Dahab procura estabelecer ligações duradouras com os partidos tradicionais, como o *Umma* — dominado pela aristocracia *ansar*, ligada ao meio rural — e o Partido Unionista. Seu principal articulador político é o general Taj al-Din Abdulla Fadul, o comandante-em-chefe do exército e um militar responsável no passado por inúmeras críticas a Numeiry. Foi ele que organizou os primeiros encontros entre o Conselho Militar

Supremo (de 15 membros e chefiado pelo general Al-Dahab) com os partidos políticos. Foi também o militar encarregado de buscar os primeiros contatos com os guerrilheiros do sul visando a uma trégua e posteriormente a algum tipo de acordo de paz.

Logo depois de assumir o poder, o general Al-Dahab suspendeu a Constituição, a lei islâmica *sharia* implantada há quase dois anos por Numeiry, e prometeu resolver o problema criado pela virtual divisão do país em duas partes, por causa da rebelião no sul. Prometeu também devolver o poder aos civis, primeiro num prazo de seis meses, mas depois o estendeu para um ano. Na verdade, o novo regime não tem muitas alternativas fora de um entendimento com os partidos. A alta cúpula militar está com seu prestígio político ainda abalado pelas ligações com o regime deposto e pelas acusações de corrupção, graças ao envolvimento

com a controvertida Comissão Econômica Militar, um organismo criado no governo anterior para organizar as compras do exército, mas que acabou se transformando numa verdadeira empresa onde as denúncias de roubo pairam sobre quase todos os seus responsáveis.

Logo depois do golpe, o governo realizou reuniões com os líderes dos partidos *Umma*, Unionista, Comunista, Baasista e Socialista Islâmico. Na primeira reunião, os partidos aproveitaram-se das debilidades do regime militar para forçar a inclusão de civis no governo, já que originalmente o general Al-Dahab pretendia dar apenas três cargos importantes para dirigentes ou delegados partidários. A situação evoluiu mais ainda após a segunda e a terceira reunião entre militares e civis, quando foi decidido que, além do Conselho Militar, seria formado um ministério integralmente composto de civis. Institucionalmente, o ministério ficaria

Dahab, um general discreto

□ O general Abdel Rahman Sowar al-Dahab tem 55 anos e sempre esteve ausente dos grandes acontecimentos políticos. Quase toda a sua carreira foi feita dentro dos quartéis, onde adquiriu a fama de profissional, íntegro, religioso, mas, ao mesmo tempo, sempre fiel a seus superiores. Sua família é muito religiosa e ele é casado com uma parente de Hamza Mirghani, um dos principais líderes da seita *Khatmiya*, que tem muita influência no norte do Sudão.

Al-Dahab, que quer dizer "pulseira de ouro", serviu na Inteligência Militar do exército em 1957, seguindo dez anos depois para os Estados Unidos para um curso de comando na infantaria.



General Al-Dahab: personalidade introvertida

Em 1969, foi destacado para a embaixada do Sudão em Uganda, numa época em que os guerrilheiros da *Anyanya* recebiam a maior parte de suas armas através do território ugandense. Mas Dahab ficou pouco tempo no posto porque se recusava a servir bebidas alcoólicas em cerimônias diplomáticas, um fato que provocou atritos com seus superiores.

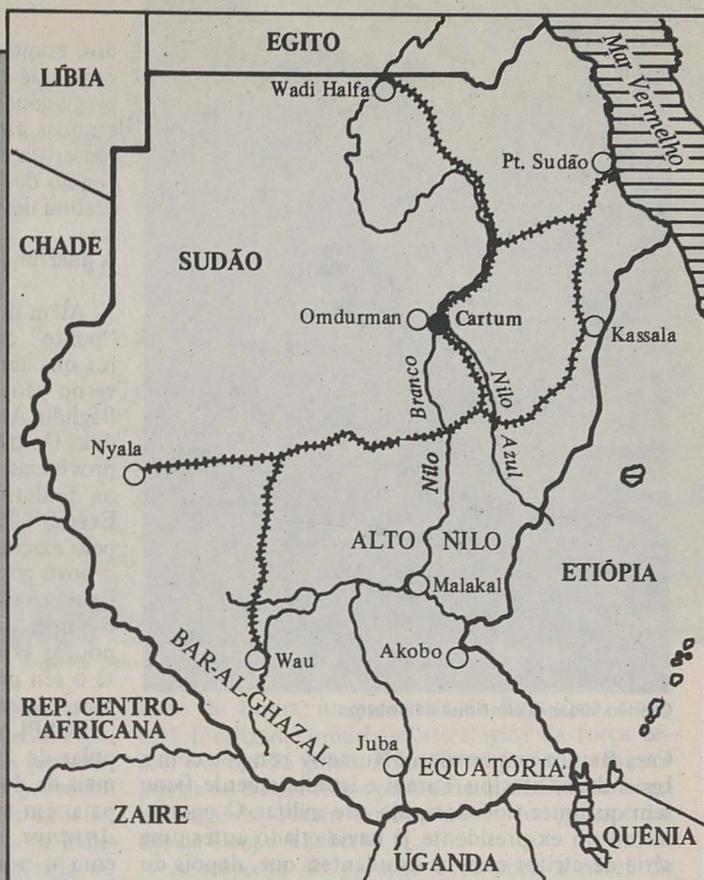
Em 1975, ele foi nomeado brigadeiro e mandado para o comando das unidades militares em Juba, no sul. A guerra civil terminou naquele ano, mas sua permanência na região provocou novos atritos porque os sulistas desconfiavam dele. Em 1982, quando o vice-presidente da República, general Abdel Khalil, e 22 outros altos oficiais denunciaram a corrupção na alta cúpula do governo de Numeiry, este demitiu todos os participantes do movimento. Na onda de promoções que se seguiu, o agora chefe de governo foi elevado à categoria de general e, em 1983, passou a ocupar o cargo de chefe do estado maior do exército. Em março, foi nomeado comandante geral e ministro da Defesa, enquanto Numeiry criou para si o cargo de supremo comandante.

Seus colegas de farda definem Al-Dahab como um militar avesso à publicidade e a qualquer tipo de carisma. Não gosta do jogo político e algumas vezes chega a ser ingênuo. Também não procura mostrar-se autoritário e nem enérgico, embora seja radicalmente contrário à corrupção e não admita indisciplina. Seus amigos afirmam que terá muita dificuldade para adaptar a sua personalidade introvertida ao complexo jogo político que enfrentará no encaminhamento do seu projeto de passar o poder novamente aos civis, através de uma nova Constituição e eleições gerais.

O país

Com 2.505.813 km² o Sudão é o maior país da África e está dividido em três regiões naturais: os desertos áridos da Líbia e do Saara ao norte, as planícies do centro e as florestas tropicais do sul. Nas margens do Nilo, concentra-se a maioria da população e cultiva-se o algodão. Porto Sudão, no mar Vermelho, concentra o movimento comercial para o exterior.

A população sudanesa (19.451 mil habitantes em 1982) é majoritariamente de ascendência árabe e núbia, porém no país há mais de 570 grupos étnicos. Vivem no Sudão cerca de 400 mil refugiados das nações vizinhas (Chade, Uganda, Etiópia). A religião oficial é o islamismo, predominante entre os árabes e núbios, com maioria sunita. No sul, são majoritários os cultos tradicionais africanos. Há pequenas comunidades cristãs em ambas as regiões.



subordinado ao Conselho, mas, na prática, surgiu uma quase duplicidade de poderes. O ministério civil imediatamente recebeu algum apoio popular, notadamente depois que um dos líderes da greve que acelerou a queda de Numeiry foi escolhido primeiro-ministro. Ele é Gizouli Daffalah, simpatizante da Irmandade Muçulmana e ex-presidente do sindicato dos médicos de Cartum.

Os partidos

As relações entre militares e civis foram bastante tensas nos primeiros contatos. Sadiq al-Mahdi, líder dos quatro milhões de membros da seita *ansar* e um dos dirigentes do partido *Umma*, aceitou a discussão sem no entanto se comprometer com um apoio aberto ao novo governo. Sadiq exigiu uma punição severa dos militares acusados de arbitrariedades e de corrupção, uma coisa que o general Al-Dahab não pretende fazer de forma radical, para evitar conflitos no exército.

As desconfianças entre os *ansar* e o exército são antigas e datam de 1970, quando Numeiry bombardeou a cidade sagrada da seita, na

ilha de Aba, matando o líder religioso Hadi al-Mahdi, tio de Sadiq e mais 300 pessoas. O atual líder dos *ansar* foi para o exílio em 76 e voltou em 77 quando aderiu ao partido de Numeiry num episódio controverso e que lhe valeu inúmeras críticas dentro do partido *Umma*. Em 1983, ele foi novamente detido por criticar a imposição da *sharia*, lei islâmica, pelo deposto general Numeiry.

A *sharia* dividiu a burguesia do norte do Sudão, apesar dos vários setores pertencerem ao islamismo, porque a lei foi imposta pela Irmandade Muçulmana, um grupo radical liderado por Hassan Turabi, que exerceu uma forte influência sobre Numeiry até pouco antes do golpe. A lei previa sanções como enforcamento, amputação de braços e pernas para ladrões e várias outras regulamentações que interferiam também na economia do país.

O partido *Umma* foi contra a aplicação da lei, embora aceitasse os princípios islâmicos, porque ela ia contra os seus interesses financeiros. Inicialmente, a *sharia* contou com um forte apoio entre os estudantes e os setores mais pobres da população de Cartum, ao mesmo tempo em que foi rejeitada integralmente pelas populações do sul, que não são islâmicas. Quando as pressões do FMI e da



O povo sudanês continua na pobreza

Casa Branca aumentaram, Numeiry rompeu com a Irmandade, afastou Turabi e imediatamente ficou sem qualquer tipo de apoio não-militar. O oportunismo do ex-presidente já havia criado antes uma série de atritos com os estudantes, que, depois do expurgo do líder da Irmandade, saíram às ruas junto com os sindicatos, profissionais liberais, integrantes do partido *Umma* e do Unionista, na série de greves que antecedeu o golpe de Al-Dahab.

Os demais grupos políticos civis incluem os comunistas e baasistas. O partido *Baas* é uma seção de esquerda do Partido Socialista Árabe Baasista influenciado pelo Iraque e que, no Sudão, tem a denominação de Agrupamento Popular Sudanês. Existe também o Partido Unionista Khatmiya, uma dissidência do Partido Unionista, liderada por adeptos do falecido Hadi al-Mahdi; os antigos membros da União Nacional Africana do Sudão, formada por políticos da região ocidental do país; e os chamados "mencheviques" da União Socialista Sudanesa (único partido legal desde 1971), que romperam com Numeiry por causa do personalismo e autoritarismo do ex-presidente. Em geral, os partidos têm pouca influência no exército, cujos oficiais em sua maioria se dividem em duas linhas: os anticomunistas e os influenciados pelo islamismo e que pretendem implantar no Sudão um regime sem maiores vinculações com os costumes ocidentais.

Os conservadores são, em geral, membros da alta hierarquia, influenciados pelos Estados Uni-

22 - terceiro mundo

John Ficara

dos, enquanto os islâmicos são suboficiais mais jovens, que tiveram maior contato com estudantes e profissionais liberais. Essa última facção tem longínquas aspirações de reviver no país o fenômeno nasserista egípcio que influenciou fortemente a ascensão de Numeiry ao poder em 1969, mas depois acabou desvirtuado pelo presidente deposto.

A guerrilha

Além do general Fadul, responsável inicial pela "ponte" com os partidos políticos, outros militares que têm uma posição importante no novo governo são os generais reformados Mohammed El Baghdadir Ahmed, Yusufu Ahmed Yusuf e Abu Kodok. Os três discordaram da decisão de redividir as províncias do sul do Sudão e estão sendo usados na tentativa de atrair o movimento guerrilheiro Exército Popular de Libertação (SPLA), liderado pelo ex-coronel John Garang, para um acordo com o novo governo militar. Garang é considerado uma figura chave na nova situação reinante no país após o golpe, porque se a guerra continuar no sul são poucas as chances do general Al-Dahab levar adiante o seu projeto de devolver o poder aos civis num prazo entre seis e doze meses.

O SPLA é o braço armado do Movimento Popular de Libertação do Sudão, surgido há pouco mais de dois anos reunindo nacionalistas do sul do país, em sua maioria ex-militantes do movimento *Anyanya*, que travou uma guerra civil de 17 anos com o norte, até 1972. O movimento se define como socialista e teve, até o golpe contra Numeiry, o apoio da Etiópia, em primeiro lugar, e da Líbia em segundo. Garang rompeu com o governo em 1983, quando comandou uma rebelião da guarnição da cidade de Bor contra os planos do governo central de redividir as províncias do sul e ignorar o acordo de cessar-fogo assinado em Addis Ababa em 1972 e que pôs fim à guerra civil.

O comandante do SPLA uniu-se em Economia, estudou nos Estados Unidos e é tido como um militar extremamente competente. Suas idéias políticas estão mais próximas do nacionalismo do que do marxismo, e, no momento, ele comanda uma força de aproximadamente 17 mil homens bem treinados e bem armados, que controlam praticamente todo o interior da região sul e podem, a qualquer momento, ocupar a cidade de Juba, a mais importante da área.

A liderança do movimento é formada ainda pelo veterano político sulista Joseph Oduho, natural da província de Equatoria, e Martin Majier, advogado e ex-dirigente da assembleia provincial do sul. Além de controlar o interior, o SPLA passou a ter uma importante influência na economia sudanesa, porque foram os ataques guerrilheiros que provocaram o abandono da prospecção de



Rebelião popular contra a política econômica imposta pelo FMI: um dos motivos da queda de Numeiry

petróleo na região sul por empresas transnacionais contratadas por Numeiry. O governo deposto esperava contar com os *royalties* do petróleo para melhorar a sua economia, mas essa atitude provocou uma forte reação dos líderes políticos sulistas. Eles viram nela mais uma manifestação da hegemonia nortista, que, desde a independência do país, vem provocando uma contínua sangria de recursos em proveito da elite do norte.

A transformação em 1984 da *Anyanya* no Movimento Popular de Libertação aconteceu em meio a uma alteração de cunho político-ideológico que deu maior solidez à organização. Persistem, no entanto, problemas ligados principalmente a alguns setores tradicionalistas e regionalistas da antiga frente de luta contra o norte, bem como a políticos da província de Equatória, que temem uma predominância da etnia *dinka* no sul, caso o SPLM e o SPLA venham a ganhar mais força. O movimento *Anyanya*, durante a guerra civil, era liderado basicamente por elementos de Equatória, que sempre procuraram ter uma posição individualista. Eles apoiaram indiretamente a redivisão, enquanto os políticos das demais províncias da região, Bar-al-Ghazal e Alto Nilo, foram contra.

Numeiry tentou manobrar em proveito próprio com essas divisões mas não conseguiu reduzir o crescimento do SPLA, que só não atacou a cidade de Juba para não provocar um grande número de mortes entre os civis, segundo declarou o próprio coronel Garang. A última grande ação dos guerrilheiros aconteceu no dia primeiro de abril deste ano quando eles tomaram a ci-

dade de Boma, na província de Equatória, onde está localizada uma base estratégica da força aérea. Depois do golpe, John Garang rejeitou as propostas de trégua feitas pelo general Al-Dahab. Logo em seguida, foram feitos ataques contra as cidades de Tonj e Akabo.

A resposta do governo aconteceu a nível diplomático, através de gestões junto à Líbia e Etiópia, para que suspendessem o apoio dado aos guerrilheiros do SPLA. No caso da Líbia, as negociações tiveram êxito, enquanto na Etiópia, ao que tudo indica, o governo de Addis Ababa condiciona uma mudança de posição, em relação à guerrilha, à suspensão do apoio sudanês aos rebeldes separatistas da Eritreia e da província de Tigre.

No final de abril passado, o negociante Khalil Osman esteve na capital etíope como emissário do general Dahab, tentando um encontro com o coronel Garang. Osman esteve preso em Cartum por críticas a Numeiry e foi o responsável pelo início de transmissões em língua árabe na rádio do SPLA, instalada em Addis Ababa.

A diplomacia

No começo de maio último, a nova diplomacia sudanesa conseguiu quebrar o gelo nas complicadas relações com a Líbia, por ocasião de uma visita do segundo homem na hierarquia de Kadhafi, Abdulsalam Jalloud, que esteve em Cartum chefiando uma importante delegação. Quase na mesma época, o novo governo realizou gestos de abertura em relação aos palestinos e deixou cla-

ra a sua disposição de recompor ligações com todos os países do Oriente Médio e do Mundo Árabe. A abertura feita pelo regime militar que depôs Numeiry foi bem aceita e há um clima geral de expectativa, que inclui até mesmo a União Soviética. A posição norte-americana é discreta mas há indícios claros de que a inteligência militar dos Estados Unidos acompanha muito de perto as atividades do segundo escalão do exército, além de manter um controle bastante intenso dos comandantes de grandes unidades militares.

A curto e médio prazos, os rumos do governo do general Al-Dahab vão ser determinados pela evolução das relações entre o Conselho Militar e o ministério civil. O ministério é, em grande parte, composto por políticos e tecnocratas independentes, mas não tem uma forte unidade interna. Existem ministros tidos como radicais, como Mohammed Hamed, da Informação e Cultura, assim como personalidades conservadoras como o ministro do Interior, Abbas Medani, e o ministro da Economia, Awad Majid. O ministro da Construção Civil, Amin Madani, é tido como um simpatizante do SPLA, enquanto o ministro do Trabalho, Oliver Albino, é a favor da redivisão das províncias do sul.

O grande desafio ao novo governo está, no entanto, na economia. Os especialistas afirmam que o

general Numeiry deixou o país na bancarrota, com uma dívida externa que alcança os nove bilhões de dólares e compromissos para pagamento de juros da ordem de 800 milhões de dólares, igual ao total das exportações anuais do país. Simultaneamente, o Sudão necessita importar 1,8 bilhão de dólares por ano para evitar um colapso total de sua economia. Por isso, o déficit comercial e orçamentário atinge hoje proporções alarmantes, fazendo com que o país viva numa permanente moratória técnica, dada a sua incapacidade de pagar credores. A renegociação da dívida com os credores europeus, realizada no ano passado, não chegou a alterar drasticamente essa situação.

A guerra no sul custou, nos últimos meses, cerca de 500 mil dólares por dia. A construção do oleoduto de um bilhão de dólares entre as localidades de Unity e Heglig está paralisada. Da mesma forma, a conclusão das obras do canal de Jonglei, que tornará navegáveis várias partes da bacia do Alto Nilo, só será possível depois de resolvido o problema militar no sul. A isso tudo, se somam os quatro anos consecutivos de seca que diminuíram em 50% as colheitas agrícolas do país, provocando uma escassez de alimentos que já começa a se tornar tão aguda e catastrófica quanto a da Etiópia no ano passado. (Carlos Castilho)



Moçambique: dez anos depois

Um testemunho que começa na epopéia da independência, atravessa as selvas de Cabo Delgado e contempla o futuro a partir de um presente difícil e sacrificado

Neiva Moreira



O presidente Samora Machel (ao centro) durante a proclamação da independência, a 25 de junho de 1975

A lembrança mais distante que tenho do presidente Samora Machel foi sua incessante atividade em conferências internacionais, onde, com outros líderes da mesma causa, sobretudo o presidente Agostinho Neto, lutava, no campo diplomático, pelo reconhecimento do direito à independência, negado aos seus povos. Chamava a atenção, nas intervenções do dirigente da Frelimo, sua convicção de vitória e a clareza com que encarava o futuro do seu país e da África.

A partir do encontro desses líderes, a luta pela independência dos países africanos colonizados pelos portugueses — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

Moçambique, São Tomé e Príncipe — me ficou mais clara. Muitos dos mitos culturais presentes na nossa formação escolar vieram abaixo e foi possível apreciar em toda a sua dimensão a epopéia libertadora daqueles povos irmãos.

A fundação de **cadernos do terceiro mundo**, em 1974, em Buenos Aires, inspirou-se muito na luta daqueles patriotas. A circunstância de que travavam guerras heróicas, que a América Latina virtualmente desconhecia, consolidou a decisão de fazermos algo para que nossos povos recebessem informações corretas sobre o que se passava naquelas latitudes. Na 4ª Conferência de

Cúpula dos Países Não-Alinhados, na Argélia (1973), conhecemos alguns dirigentes da Frelimo, particularmente Marcelino dos Santos, fundador do movimento e uma das suas figuras de maior projeção, e os atuais ministros Jacinto Veloso e Oscar Monteiro, os dois últimos então exilados naquele país.

A guerra desconhecida

Foi em Argel que, com Paulo Cannabrava, hoje diretor da sucursal dos **cadernos** em São Paulo, recebemos de Veloso o primeiro mapa das operações militares em Moçambique e uma informação mais detalhada do



O presidente Samora Machel condecora o ministro Jacinto Veloso

que se passava em Angola e Guiné-Bissau, que pouco depois de terminada a Conferência proclamara unilateralmente a independência. Confesso que foi com surpresa e não sem ceticismo que vimos aquele mapa rascunhado às pressas, mas cheios de setas que indicavam o quadro militar.

Mais tarde, reencontro Jacinto Veloso em Buenos Aires. Andava, como outros companheiros em diferentes países, à procura de apoio para a sua luta. O material que nos forneceram em Argel e algumas informações sobre a situação em Angola que passamos a receber de um ativo comitê formado na Holanda, nos permitiram escrever algo para um público desinformado, ou, pior ainda, desorientado pela propaganda colonialista.

Veloso completou essas informações, munindo-nos de elementos para poder escrever os três artigos que publicamos com

uma nova ótica, na imprensa de Buenos Aires. O aparecimento dessa informação no diário *Noticias*, graças ao acesso que ao mesmo me assegurou o seu editor internacional, Pablo Piacentini, despertou interesse nos meios progressistas argentinos. Nos meses seguintes escrevi outras matérias, estimulando a iniciativa, com Piacentini e outros companheiros, de dar partida à fascinante aventura de **cadernos do terceiro mundo**.

Em 1975 nos deslocamos a Lisboa, com Beatriz Bissio, para realizar uma série de reportagens sobre a revolução que derrubou o fascismo para o diário *Crónica* de Lima. O meu livro sobre a revolução no Peru liderada pelo general Velasco Alvarado, o "Modelo Peruano", já havia sido divulgado nos meios políticos e militares portugueses. O tema estava quente em Lisboa pois havia muito interesse em estudos

comparativos entre as revoluções do Peru e Portugal, ambas com decisiva presença das forças armadas. Fui convidado a pronunciar uma palestra sobre o tema para cerca de 500 oficiais e soldados na Base Aérea de Aveiro, no norte do país, finda a qual recebemos um convite para ir a Lourenço Marques (hoje Maputo), no avião presidencial português, assistir à festa da independência de Moçambique. Os oficiais tinham tomado conhecimento que Beatriz e eu estávamos convidados pela Frelimo para participar das celebrações, mas que não tínhamos passagens.

Aqueles dias foram marcantes na nossa vida profissional. Cobrir a proclamação da independência de um Estado já é um fato significativo. Mas viver o nascimento de uma República com as características de Moçambique, como corolário de uma sangrenta guerra de libertação, é um privilégio profissional e um momento histórico inesquecível.

Por mais que outras idéias e uma nova visão do mundo nos modifiquem os hábitos e deformações culturais implantadas na formação escolar e na leitura disponível, não é fácil erradicar tudo aquilo que acumulamos.

Na verdade, nascido nas mãos de uma mãe negra, convivendo sempre com inseparáveis amigos negros, jamais toleraria o racismo. Mas, outra coisa era absorver realidades desconhecidas com as quais nos deparamos pela primeira vez em Moçambique e logo depois em Angola.

Nas selvas de Cabo Delgado

Passada a festa em Maputo, fomos para as áreas onde a guerra fora mais dura e prolongada. Em alguns pontos o domínio da Frelimo ainda não estava totalmente consolidado. Com Beatriz Bissio, fomos os primeiros jornalistas estrangeiros a visitar a



B. Bissio

provincia de Cabo Delgado, na fronteira com a Tanzânia, naqueles dias de trânsito à independência. O clima era ainda de guerra. O que mais havia era gente armada, que irrompia das selvas surpreendendo os nossos olhos leigos.

Dessa época, alguns episódios nos ficaram gravados na memória. Um deles foi a visita a uma creche plantada nas selvas, onde estudavam filhos de combatentes mortos na guerra. Chegamos noite alta. Em torno de uma lamparina, alguns guerrilheiros com a metralhadora a tiracolo liam boletins e jornais em *swahili*, uma das línguas nacionais da Tanzânia. Um pequeno rádio captava a onda de Dar-Es-Salaam, onde estava o aliado histórico da Frelimo, o presidente Julius Nyerere.

Feitas as apresentações, o responsável deu um assvio e, em segundos, de palhoças que não víamos e de abrigos cavados à sombra das árvores, dezenas de garotos irromperam no terreiro cantando e dançando, entoando com fervor e entusiasmo as canções da guerra e os hinos patrióticos. Mesmo a nossa escolta, composta na maioria por jovens guerrilheiras que haviam combatido na região, não pôde

Neiva Moreira numa escola de Cabo Delgado, nas áreas libertadas. A mulher também participou da luta armada (direita)

fugir à emoção do momento.

Um guerrilheiro beirando os 40 anos, que nos acompanhava na visita às áreas libertadas, fez tudo para nos levar a uma ponte que não estava no nosso roteiro. Sua insistência tinha uma explicação: ele integrava o comando que, meses antes, numa operação noturna, dinamitara a ponte, e ainda não havia visto o produto de sua ação. Realmente, da velha ponte não ficaram senão destroços. "Eu estava ali, detrás daquela árvore", nos dizia orgulhosamente.

O outro episódio foi impactante. Numa cabana perto da modestíssima barraca de um só cômodo onde se instalara o comando geral da guerra, fomos recebidos por um homem de pouco mais de 30 anos, de aparência camponesa e poucas palavras. Era o comandante moçambicano daquele teatro de operações, que derrotou os generais portugueses, sua aviação, seus tanques, seu sofisticado armamento cedido pela Otan. Um general negro, brilhante estrategis-



B. Bissio

ta, que nunca havia lido Clausewitz e só tinha uma idéia muito generalizada das lições militares de Ho-Chi-Min e de Che Guevara.

Um sonho de paz

Quando voltamos a Maputo, iniciamos com o presidente Samora uma praxe que seguiríamos em outras oportunidades. Dar a

ele, no final das visitas, uma impressão objetiva — não laudatória ou amoldada às conveniências — do que vira. Foi então que me deu uma resposta exemplar, já contada aos nossos leitores em outra oportunidade, mas que vale a pena recordar. O diálogo foi assim:

— Presidente, em Nampula (onde estava o quartel-general colonial) uma portuguesa me disse que o senhor havia destruído o turismo na ilha de Moçambique (uma ilha do mesmo nome do país), proibindo os riquixás, que, puxados por negros enfeitados de reis do Congo, eram um atrativo para os estrangeiros.

— Essa senhora te mentiu. Não acabei com carro nenhum. O que proibi foi que os moçambicanos puxassem os carros. Se os portugueses quiserem, podem fazer”, me respondeu com a sua verve mordaz.



Um guerrilheiro mutilado na guerra ajuda nas tarefas produtivas

O presidente sonhava, então, com um Moçambique pacífico, convivendo respeitosamente com todos os povos do mundo, inclusive os portugueses, abrigando uma nova sociedade, progressista e sem opressores nem oprimidos.

Acompanhamos em mais de uma oportunidade, as medidas de governo que deveriam transformar Moçambique numa República socialista modelar. Os grandes projetos de irrigação e agroindústria do Limpopo, do

Nkomati e do Zambeze, contendo os desastrosos efeitos das secas e das enchentes, começaram a ser acionados. Quase toda a população foi vacinada (antigamente só os brancos ou os negros assimilados o eram), foi nacionalizado o ensino e abriram-se escolas por todo o país. Novas vilas, as *aldeias comunais*, implantavam um modelo bem concebido de sociedade rural, inspiradas nas *ujamaa* de Nyerere. As fábricas abandonadas pelos portugueses — em parte por temor à guerra — eram reativadas e uma crescente solidariedade internacional compensava com técnicos e algumas máquinas, as lacunas deixadas pelo êxodo colonialista.

O povo começava a sentir o gosto da liberdade. E também a colher os frutos da independência. Num hospital de Maputo perguntei a uma senhora de mais

portação da castanha de caju. A pesca é outra imensa riqueza. “É o nosso petróleo”, nos dizia o presidente Samora Machel. Marcelino dos Santos, então ministro do Planejamento, nos falava com entusiasmo da exploração madeireira e da transformação do seu país num celeiro da África.

A guerra continua

O sonho desses patriotas durou pouco. Os colonialistas não desistiram da presa africana. Pouco tempo depois da independência, já as rádios piratas instaladas na África do Sul e no Malawi despejavam mentiras sobre uma população sem meios de defesa. Do outro lado da fronteira, os sul-africanos recompunham as tropas de choque do colonialismo, treinavam mercenários e preparavam a agressão que não tardou.

O governo da República Popular de Moçambique desmobilizara suas forças guerrilheiras e constituíra um modesto exército regular, desviando os orçamentos militares para as tarefas da reconstrução.

O inimigo aproveitou-se disso e inundou Moçambique de “comandos”, cuja tarefa não é ocupar terreno, mas destruir tudo o que possa constituir patrimônio econômico do país: estradas, portos, comunicações, postos de saúde, escolas, pontes, caminhões, ônibus, centrais elétricas.

Grupos preparados na África do Sul desenvolvem uma sistemática ação de sabotagem. Portugueses que abandonaram o país se instalaram no exterior e de lá financiam, com os sul-africanos, a guerra suja. Champolimaud e Bulhosa vieram para o Brasil. São agora acusados do financiamento da contra-revolução.

O sonho de paz do presidente Samora ainda não se realizou. Mas se realizará um dia. O povo moçambicano é de uma extra-

de 60 anos que esperara três meses para ser atendida pelo dentista, se não lhe parecera demais. “Nada disso, meu amigo. Esperei a vida inteira — esta é a minha primeira consulta — por que não aguardar na bicha (fila) esses 90 dias?”

Moçambique é um país com riquezas naturais e muitas carências. A exploração do carvão de Moatize pode ser um fator de desenvolvimento muito poderoso que fortalecerá a balança comercial, hoje apoiada na ex-



B. BISSO



Um avião derrubado ao inimigo (acima): desde a luta pela libertação (abaixo), a guerra não cessou e a superação da herança colonial foi prejudicada

ordinária capacidade de luta e está consciente do que é o interesse nacional. Já conheceu a independência e sabe o que é uma práxis socialista de governo. O exército moçambicano, readaptado às necessidades dessa guerra imposta pelos interesses neocoloniais, se fortalece a cada dia e hoje ou amanhã limpará, com a cooperação do povo em armas, o território pátrio.

Estratégia global

As agressões a Moçambique e Angola não são fatos isolados, mas episódios de uma estratégia imperialista de dominação. A África do Sul e os remanescentes do colonialismo português são a ponta-de-lança dessa estratégia. Mas o centro de poder está mais além, nos escritórios das transnacionais europeias e norte-americanas e na Casa Branca.

Na Europa Ocidental, se começa a ter uma visão mais justa dessa situação, embora a coope-

ração objetiva e o apoio diplomático sejam bem menores do que o mínimo requerido.

Lamentavelmente o Brasil e Portugal ainda não desempenham o papel que lhes cabe nesse grave problema internacional. Em Portugal um governo dominado pelo Partido Socialista deveria ter uma posição muito firme para evitar que Lisboa se converta, cada vez mais, em um centro de apoio da agressão a Moçambique e Angola.

Não o faz, apesar da retórica não-colonialista, e a partir de lá grupos contra-revolucionários agem abertamente contra os jovens Estados africanos de língua portuguesa.

O Brasil tem mantido nos foros internacionais uma posição correta, de apoio à luta contra a discriminação racial e o colonialismo. Mas ainda não assumiu a posição firme, de vanguarda, de apoio aberto, aos países irmãos agredidos.

O governo Figueiredo teve a

cautela de manter certas distâncias — não as necessárias — do regime racista sul-africano, mas com a África de língua portuguesa não foi além do incremento das relações econômicas de mútuo interesse. O que se impõe é uma política de apoio mais objetivo e deliberado a países que, no continente africano, se converteram na fronteira da independência e da autodeterminação no mundo emergente.

Esperamos que o governo da Nova República dê esses passos à frente e que a sociedade brasileira saiba repelir as maquinações dos Champolimaud e outros colonialistas que querem fazer do nosso país trampolim para a agressão aos irmãos africanos.

No 10º aniversário da independência de Moçambique, não devemos ficar nas mensagens de praxe mas em atos concretos de apoio à sua justa luta. O povo brasileiro está nessa linha. Cabe agora ao governo desempenhar a parte que lhe cabe. ●

A intransigência de Hassan 2º

Secretamente, dirigentes da Polisario e emissários marroquinos voltam a se encontrar, mas tudo indica que o monarca ainda não está aberto ao diálogo

Dirigentes saarauís e emissários do rei Hassan 2º do Marrocos voltaram a se encontrar em Lisboa, em 27 de janeiro do maior sigilo, só viria a ser tornado público pela Frente Polisario no final de abril e, tal como os anteriores¹, não representou nenhum avanço para a solução pacífica do conflito que desde o final de 1975 opõe os nacionalistas saarauís às tropas de ocupação marroquinas. Se para os dirigentes saarauís “tudo é discutível menos a soberania e a integridade nacional”, para os representantes do regime monárquico alauíta tudo é possível de ser negociado, salvo “a marroquinidade” daquilo que designam por “províncias do sul”.

Para Bachir Mustafá Sayed, membro do comitê executivo da Frente Polisario, presente nas negociações, o Marrocos não respondeu positivamente a nenhuma das propostas saarauís. Segundo ele, no entanto, o governo saarauí e a Frente Polisario mantêm a disposição de prosseguir no futuro as conversações com os representantes marroquinos, mas estão certos de que apenas se alcançarão re-

sultados concretos no dia em que o próprio rei Hassan 2º vier a participar diretamente das negociações.

Segundo o pouco que transpirou do encontro de Lisboa, o ministro do Interior Driss Barri, que chefiou as conversações pelo lado marroquino, teria se limitado a reiterar a tese de seu governo sobre os pretensos direitos em relação àquela antiga colônia espanhola. Ele teria afirmado que Hassan 2º estaria disposto a conceder um “perdão de rei” aos seus opositores e a realizar um *referendum* de “confirmação” da marroquinidade do território e da sua população. Mas o governo de Rabat não pro-

cederia, antes do *referendum*, à retirada da administração e das tropas de ocupação que mantêm no território, conforme preconiza o plano de paz para o Saara proposto pela OUA e a ONU.

“A pior das asneiras”

Até o momento, o regime marroquino tem se servido dos contatos com os dirigentes saarauís para encobrir a sua intransigência e dar uma falsa idéia de abertura ao diálogo com a Frente Polisario, a qual reconhece — como os encontros testemunham — como a parte em conflito e o interlocutor necessário. Este é, aliás, o aspecto que para a Frente Polisario e o governo da Rasd (República Árabe Saarauí Democrática) tem tido maior valor nas conversações realizadas. A não muito tempo atrás, para o regime marroquino, a Frente Polisario não existia ou não passava de um “bando de mercenários” e o seu interlocutor para o conflito do Saara era a Argélia...

Outro sinal de que essa intransigência se mantém foi avisi-



Hassan 2º não parece muito disposto a solucionar o conflito

¹O último dos quais aconteceu em Argel, em abril de 1983. Antes, porém, já haviam se realizado encontros em Bamako (Mali) e em outras capitais africanas.



Centenas de prisioneiros marroquinos capturados pela Frente Polisario se alinham no deserto

ta que Hassan 2º realizou, em meados de março, às zonas ocupadas do Saara Ocidental.

Depois de uma primeira tentativa de realizar essa visita no dia 3 de março — data do aniversário da independência do país (1956) — Hassan 2º teria que apressadamente abandonar o projeto de se fazer acompanhar pelo corpo diplomático sediado no Marrocos, o qual se recusou a participar da visita. Em termos de direito internacional, isso constituiria uma aberta violação às resoluções da ONU e da OUA sobre a situação existente no território do Saara Ocidental.

A viagem do monarca terminaria ocorrendo dez dias mais tarde. Hassan 2º se fez acompanhar por membros do Parlamento — instituição submissa e com um limitadíssimo poder de intervenção no Marrocos — pelo primeiro-ministro Karim Lamrani e alguns dos seus ministros e ainda pelo coronel-major Abdelaziz Benani, comandante das tropas estacionadas no Saara Ocidental.

Aí visitou, além de El-Aiun (a capital) um dos “muros” defensivos para inspecionar as suas tropas.

Na capital do Saara Ocidental, o monarca anunciaria um ambicioso programa de rearmamento para os próximos cinco anos, no valor de um bilhão de dólares, destinado a fortalecer as Forças Armadas Reais na luta contra a Frente Polisario e a enfrentar um eventual conflito com a Argélia. Hassan 2º afirmou que um confronto direto com a Argélia “seria não apenas o pior dos crimes, mas a pior das asneiras, já que temos à vista o que está acontecendo entre o Iraque e o Irã”.

“Da mesma forma que há um código de conduta na estrada — afirmou o monarca — há também um código de guerra. Se não podes vencer o adversário durante uma geração, então não lhe declares guerra...” Este código de guerra parece preocupar Hassan 2º, e a “máxima” que aplicou em relação ao conflito

iraniano-iraquiano e a um eventual confronto com a vizinha Argélia parece também poder se aplicar ao conflito no Saara Ocidental, que já leva mais de uma década.

“Direito de perseguição”

Contraditório com esse discurso é o fato de Hassan 2º não ter abandonado a tese do “direito de perseguição” aos combatentes saarauís, gerando fortes tensões entre a Argélia e o Marrocos. Se o exército marroquino se decidir a atacar a cidade argelina de Tinduf, sob o pretexto de perseguir os combatentes saarauís, certamente as forças argelinas não ficarão de braços cruzados. Em Tinduf se encontram os campos dos mais de 150 mil refugiados saarauís e aí as forças armadas argelinas possuem uma poderosa base militar.

Para o presidente argelino Chadli Bendjedid, em opiniões expressas durante a sua recente visita aos Estados Unidos, “o rei

Hassan 2º está possivelmente planejando grandes ações militares contra a Frente Polisario". Isso, segundo Bendjedid, poderia ser o reflexo de um endurecimento da política marroquina verificado após a assinatura do Tratado de União com a Líbia.

"Não temos dúvidas — afirmou Chadli Bendjedid — de que este tratado foi um fato negativo, já que ao longo de 1983 estávamos registrando progressos com o Marrocos na busca de uma solução para o Saara Ocidental".

Assinado em agosto de 1984 entre dois regimes sem afinidades políticas e ideológicas aparentes, o tratado líbio-marroquino foi o resultado de uma conjugação de interesses ocasionais

de natureza tática: o Marrocos comprometia-se a não intervir militarmente no Chade e até mesmo a reconhecer o direito da Líbia sobre uma parte ao norte deste território, a faixa de Auzu. A Líbia, por seu lado, comprometia-se a cortar todo o seu apoio financeiro e militar à Frente Polisario.

Para os revolucionários saaraus e também para a Argélia, o tratado significou um fator negativo, pois não contribuiu para a resolução pacífica do conflito do Saara Ocidental, levando Hassan 2º e o seu regime a fincar o pé em posições de maior intransigência. Negativo ainda — segundo afirmam — em termos dos esforços desenvolvidos para uma possível unidade dos países da

região (o projeto do "Grande Magrebe", há muito defendido mas nunca concretizado) pois essa unidade pressupõe a resolução do problema saarauí.

A posição mauritana

Para o novo presidente mauritano, coronel Uld Taya, o maior obstáculo à constituição do Grande Magrebe e o maior fator de tensões na região é o conflito do Saara Ocidental. Uld Taya considera-o mesmo "uma ameaça constante à segurança e à estabilidade" do seu país, defendendo que "a negociação continua a ser a melhor via que se oferece" às duas partes em conflito.

Para os atuais dirigentes de Nuakchott, o tratado líbio-marroquino surge como um fator de preocupação, pois temem que a qualquer momento possa surgir uma possível conjugação de esforços do Marrocos e da Líbia para desestabilizarem o seu regime.

Assim, o novo governo mauritano saído do golpe de estado que derrubou o presidente Haidallah² pretende desenvolver uma política de equilíbrio na região que o ponha a salvo de qualquer ação desestabilizadora. Se por um lado restabeleceu relações diplomáticas com o Marrocos, por outro mantém o seu apoio à Frente Polisario e o seu reconhecimento *de jure* da República Árabe Saarauí Democrática (Rasd). As consultas entre os governos saarauí e mauritano têm sido regulares, o que constitui um indicador de que as boas relações parecem se manter.

Intensa atividade diplomática

No plano político-diplomático, a Frente Polisario e o governo saarauí viram as suas posições se consolidarem. Ponto alto desses avanços constituiu a

²O golpe palaciano ocorreu no dia 12 de dezembro de 1984.



Mais de 150 mil refugiados saaraus se concentram em Tinduf

admissão definitiva da Rasd na Organização da Unidade Africana (OUA), ocorrida durante a 20ª reunião de cúpula da organização, realizada em Addis Ababa. Com ela, fruto praticamente de um consenso africano, os dirigentes saarauís conseguiram pôr fim à discussão sobre a legitimidade da luta do seu povo, tirando todo valor à tese marroquina.

A intensa atividade diplomática dos saarauís no continente africano não se limitou a procurar o êxito na OUA. Ela prosseguiu depois da reunião de cúpula, o que indicaria que os dirigentes saarauís acreditam que novos Estados do continente poderão vir a reconhecer a Rasd e que, por outro lado, alguns poderão vir a desempenhar um papel importante de pressão junto a Hassan 2º.

A nível da ONU, as últimas resoluções aprovadas, por grande maioria, apóiam ponto por ponto o plano de paz da OUA. Enquanto isso, o número de países que reconhecem a Rasd tem aumentado constantemente, o último dos quais (o 61º) foi a Colômbia. Reconhecimento que veio comprovar o apoio já muito importante com que a causa saarauí conta no continente latino-americano. Com a Colômbia, subiu para 16 o número de países latino-americanos que reconhecem a Rasd, entre os quais se encontram o México, Venezuela, Peru, Bolívia, Nicarágua e Costa Rica.

No continente europeu, os saarauís, embora lentamente — por causa dos grandes e poderosos lobbies marroquinos — estão ganhando posições. Recentemente, a Rasd foi reconhecida pela Iugoslávia, país preponderante no Movimento dos Não-Alinhados. Dirigentes da Frente Polisario têm sido recebidos ao mais alto nível em diversos países europeus, como na Áustria, Dinamarca, Suécia e França. Na Alemanha Federal é de destacar o



Donos de um moral indestrutível, os guerrilheiros da Frente Polisario estão recebendo cada vez mais apoio internacional

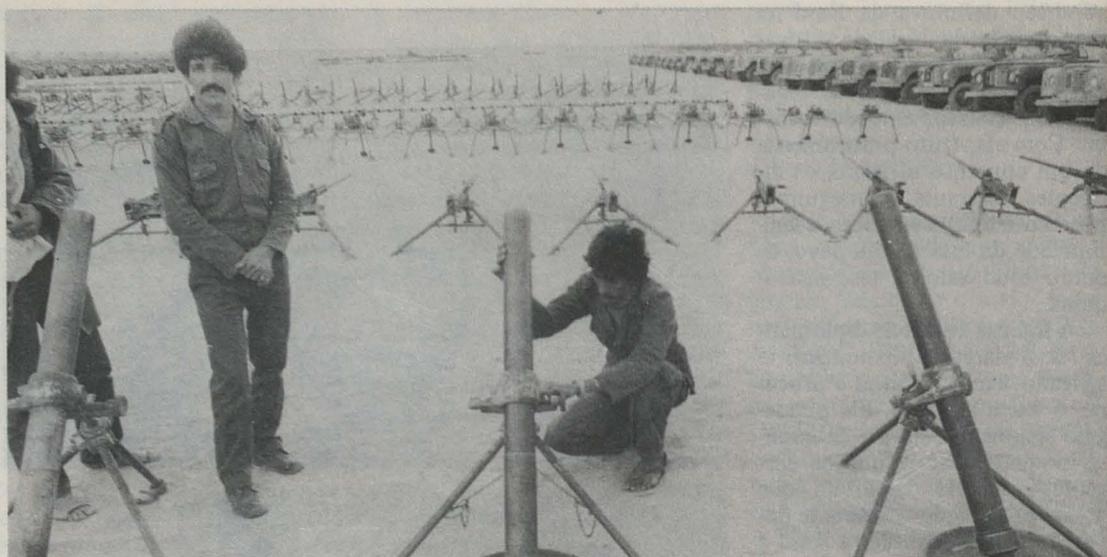
encontro mantido com o ex-chanceler Willy Brandt, na qualidade de presidente do Partido Social-Democrata (SPD) e de presidente da Internacional Socialista.

No que se refere à Espanha — antiga potência colonial — têm-se verificado contatos regulares. A Frente Polisario deseja que Madri denuncie os acordos Tripartites — que estiveram na origem do conflito³ — e reconheça oficialmente a Rasd. Para Ahmed Bujari, responsável da Frente Polisario pelo departamento Euro-

pa, não é suficiente o voto da Espanha nas Nações Unidas favorável ao plano de paz, se comparado “com as concessões que, durante os últimos dez anos, aquele país fez ao Marrocos, a começar pela venda de armas”.

Bachir Mustafá Sayed, membro do comitê executivo da

³Os acordos foram assinados na capital espanhola, no dia 14 de novembro de 1975. Em troca de várias compensações (algumas recentes), a Espanha concedia ao Marrocos e à Mauritânia a sua colônia do Saara Ocidental.



O material bélico apreendido das Forças Armadas Reais é fundamental para a luta

Frente Polisario, presente ao encontro de Lisboa, declarou recentemente, após entrevista com o ministro das Relações Exteriores espanhol, Fernando Morán, que a posição do governo daquele país "está evoluindo favoravelmente". Informou que, pela primeira vez, este havia aceito o princípio da cooperação humanitária com o povo saaraui.

No plano europeu, seria visto como muito positivo um progresso da posição espanhola em relação à questão do Saara Ocidental. De certo modo, segundo os saaraus, "o imobilismo espanhol", alternado com alguns gestos claramente hostis como a venda de armas, tem constituído um entrave a uma evolução mais positiva na posição de alguns países europeus diante do conflito.

EUA: uma posição determinante?

Os Estados Unidos, por seu lado, acompanham igualmente com atenção a situação no Saara. Vários fatores explicam esse interesse:

- a importância geoestratégica que atribuem ao Marrocos e

sul da entrada para o Mediterrâneo;

- a segurança das bases militares que as Forças de Intervenção Rápida podem dispor em solo marroquino, segundo o acordo militar estabelecido entre os dois países em maio de 1982;

- o desagrado com que assistiram à assinatura do acordo líbio-marroquino que uniu o seu maior aliado na região àquele que Washington considera o seu maior inimigo no Magrebe e na África; e

- as pressões de importantes setores políticos e governamentais norte-americanos para que os EUA desenvolvam relações com a Argélia (o seu maior cliente e fornecedor na região). Este processo foi iniciado em 79/80 quando as autoridades argelinas serviram de mediadoras para a libertação dos reféns norte-americanos no Irã.

Por outro lado, a administração Reagan constata que o isolamento diplomático e político do Marrocos não se limita apenas ao continente africano e pretende não aparecer declaradamente como defensora de uma solução de força. Informações divulgadas recentemente dão

ao Saara Ocidental como defesa conta de um possível encontro entre dirigentes da Frente Polisario e da administração norte-americana para muito breve. Com essa atitude, a administração norte-americana pretenderia demonstrar que também ela apóia uma solução negociada para o conflito, não acreditando na capacidade militar e econômica do seu aliado marroquino para ganhar a guerra.

Segundo certos analistas, essa evolução da administração norte-americana faz com que ela possa vir a desempenhar um papel de aproximação entre as duas partes. A iniciativa poderá ser do próprio interesse da administração norte-americana, consciente de que a deterioração da situação econômica no Marrocos poderá levar a uma situação de ruptura social e política de consequências imprevisíveis.

A guerra custa ao Marrocos diariamente cerca de 2 milhões de dólares e sua dívida externa é calculada em 13 bilhões de dólares. Porém, Hassan 2º não parece estar no momento disposto nem empenhado na procura de uma solução para o conflito. (Carolina Quina)

Privatização ou pragmatismo

O governo procura respostas rápidas para aumentar a produção e melhorar a distribuição

Exatamente um mês após uma reestruturação governamental que produziu alterações significativas nas áreas do Planejamento, Relações Exteriores e Justiça¹, o governo santomense, sob a chefia do presidente Manuel Pinto da Costa, viria a aprovar um conjunto de medidas de caráter estrutural que terão evidentes repercussões na vida do país.

As medidas aprovadas abrangem praticamente todos os setores da vida econômica do arquipélago: comércio, agricultura, pecuária, pesca artesanal, participação dos emigrantes e gestão da ajuda alimentar internacional.

Se se quisesse apressadamente resumir o alcance destas medidas, se poderia dizer que, com elas, o governo santomense pretende dar ao Estado um papel mais de controlador do que de interventor direto em certos setores da atividade econômica; incentivar a produção interna de alimentos, como forma de atenuar a dependência do exterior; e promover a captação de divisas de que o país carece, recorrendo à participação dos emigrantes.

Liberalização do comércio e distribuição de terras

Entre esse conjunto de medidas, destaquemos:

● A abertura da importação ao comércio privado, que ficará dependendo apenas da autoriza-

ção dos seus pedidos e da disponibilidade de divisas ao nível do Estado. Caberá, agora, à empresa estatal de comércio externo (Ecomex) a responsabilidade apenas pela importação de certos produtos de primeira necessidade.

● Também a nível de comércio interno, se reduzirá a intervenção da empresa estatal (Ecomin), permitindo aos comerciantes importadores a distribuição dos produtos no mercado nacional, quer por atacado, quer no varejo. No caso dos comerciantes importadores que se dediquem à distribuição no varejo, eles serão obrigados a reservar 50% daquilo

que importaram para distribuição aos comerciantes não-importadores, medida através da qual se procura prevenir futuras situações monopolísticas.

● Em relação à agricultura, o governo decidiu agora entregar — gratuitamente ou através do pagamento de certa quantia — “numerosas terras que dependem de empresas agrícolas estatais, mas que estão abandonadas ou subexploradas”. O governo também abre a possibilidade de, passado um período experimental, todos os camponeses que trabalhem essas terras de forma cuidadosa e rentável possam obter o usufruto dessa exploração até a sua morte.

● Quanto à participação dos emigrantes (embora não se conhecendo exatamente o seu número, existem importantes colônias de santomenses no Gabão, Portugal, Angola e Guiné Equatorial), lhes é permitida, a partir de agora, a abertura de contas no Banco Nacional (BNSTP) “em

Baptista da Silva



Pinto da Costa: seu governo se propõe a aumentar a produção de alimentos

moeda estrangeira, em moeda nacional ou em contas de poupança, as quais terão a garantia das autoridades do segredo bancário e da inviolabilidade de propriedade". Os emigrantes que abrirem estas contas passarão a se beneficiar ainda "de insenção de taxas e impostos de transmissão, bem como da redução parcial ou total na importação" de automóveis, eletrodomésticos etc.

Cooperação internacional e empresas mistas

Ao lado desse conjunto de medidas econômicas, o governo santomense tem negociado com organizações internacionais (Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, *Caisse Centrale* — o banco de cooperação francês — etc) e sociedades privadas estrangeiras a participação na exploração das empresas agrícolas nacionais (as antigas roças) — quer sob a forma de associação, quer de constituição de empresas mistas². Isso demonstra que as medidas agora tomadas estão longe de serem de âmbito restrito. Elas se inserem em decisões mais gerais, que visam a superar as carências existentes, procurando dar ao Estado um papel interventor ajustado às suas possibilidades, tanto em recursos humanos

quanto materiais. Procuram, também, encontrar respostas rápidas e desburocratizadas para questões relacionadas com o processo produtivo e a distribuição de bens alimentares.

Uma abertura à "iniciativa privada e desilusão com o marxismo", como noticiava um vespertino lisboeta ligado a interesses empresariais da antiga metrópole colonial, ou apenas uma avaliação do passado recente e pragmatismo face às dificuldades existentes?

Diante da crise internacional, que atinge com particular violência as débeis economias africanas, esse tipo de questão se coloca não só em relação a São Tomé e Príncipe, mas a muitos outros países da África. Esses países dependem de matérias-primas cuja cotação é fixada fora do continente e registra quedas sucessivas devido à deterioração contínua dos termos de troca (o eterno ciclo da dependência e subdesenvolvimento). As respostas não são definitivas nem devem ser buscadas a partir de conceitos inflexíveis.

Alguns antecedentes

Nas vésperas da independência (12 de julho de 1975), cerca de 80% das terras cultivadas pertenciam às 29 "roças" — proprie-

dade de grandes "roceiros" ou de grandes companhias portuguesas — que produziam quase que exclusivamente cacau e, em alguns casos, também café. Nas ilhas se cultivavam apenas 10% daquilo que se comia: o resto vinha quase todo de Portugal.

Logo após o acordo de Argel entre o Estado português saído da revolução do 25 de Abril e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), e a constituição do governo provisório, começaram a se verificar o boicote ou a fuga pura e simples dos "roceiros" e de grandes companhias portuguesas. A situação era tal, que, a 7 de setembro de 1975, o governo decide suspender a exportação de todos os produtos nacionais, até que fosse regularizado o pagamento em divisas relativo ao ano de 1974 e aos primeiros oito meses de 75. As "roças" deviam então ao recém-proclamado Estado de São Tomé e Príncipe 52 milhões de escudos portugueses (297 mil dólares).

Três semanas mais tarde, no dia 30 do mesmo mês, o governo santomense decide nacionalizar as roças, assim como os respectivos meios de produção³. Enquanto isso, as ilhas iam sendo abandonadas pelos antigos colonos portugueses. Calcula-se que cerca de quatro mil portugueses (técnicos agrícolas, comerciantes, funcionários da antiga administração etc) teriam partido.

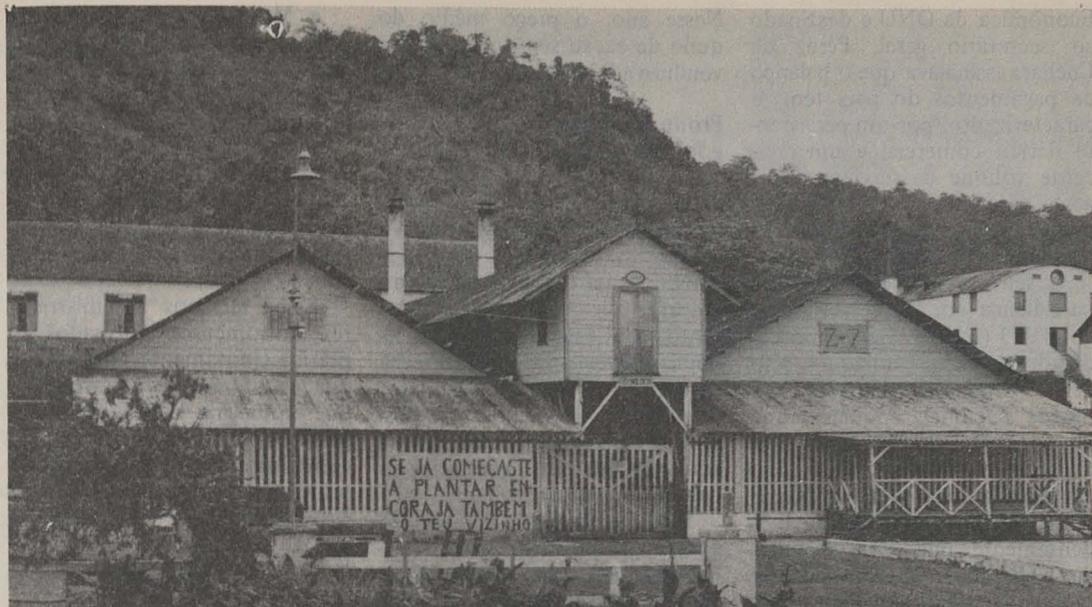
Com essa saída repentina — em certa medida influenciada pelo êxodo dos portugueses que abandonavam Angola — a organização econômica do jovem país insular foi seriamente abalada, não só a nível do setor agrícola, mas também dos setores chaves, como o abastecimento e a distribuição comerciais.

Como aconteceu em outras das cinco ex-colônias portuguesas — muitas vezes sem que os partidos e movimentos de libertação o quisessem, até pela abso-



Baptista da Silva

O turismo é uma fonte de divisas em potencial



Antiga roça "Monte Café": o BAD irá participar de sua exploração

luta carência de meios humanos habilitados — o Estado viu-se obrigado a intervir em todos os níveis para satisfazer as necessidades da população.

"Vivemos do cacau..."

Mas, se as dificuldades de abastecimento em 1975 eram grandes, elas hoje estão longe de serem menores.

"Vivemos praticamente do cacau", dizia-nos recentemente em São Tomé, Celestino Costa, ministro do Comércio e atualmente, após a reformulação governamental, também responsável pelo Ministério da Pesca. "E se não conseguirmos exportar o suficiente para obtermos as divisas de que necessitamos — adiantava — passaremos de imediato por dificuldades, inclusive alimentares".

Segundo o ministro, embora a população não sofra o flagelo da fome, que mata dramaticamente por todo o continente (ver cadernos nº 78, maio de 85), "o certo é que aqui também existem carências de ordem alimentar". E a fome só não atinge a

população porque a natureza nas ilhas é generosa e espontaneamente fornece alimentos (bananas, fruta-pão, matabala, cocos etc).

A dependência do cacau herdada do colonialismo não se alterou. Há a consciência entre os dirigentes santomenses que, embora a diversificação de culturas seja um objetivo que sempre fez parte do programa do MLSTP, ela só será conseguida a partir de excedentes provenientes do próprio cacau. Mas isso não tem sido possível.

De 1973 para 1983, a produção de cacau baixou em dois terços (de 10.600 toneladas em 1973 caiu para 3.939 toneladas em 1983 e não são conhecidos ainda os números referentes a 1984⁴).

Queda da produção e das cotações

Aliás, a produção ao longo destes 10 anos tem decrescido contínua e regularmente. Várias razões explicam essa diminuição:

- Fuga dos técnicos agrícolas portugueses que haviam adquiri-

do uma vasta experiência daquela "caprichosa" cultura tropical (o cacau adapta-se de maneira diferente, segundo o terreno, água, sombra etc).

- Envelhecimento da maquinaria das empresas agrícolas.

- Declínio da produtividade de alguns cacauzeiros devido à sua idade.

- Falta de adubação e sulfatação em períodos nos quais esses trabalhos são imprescindíveis ao bom desenvolvimento dos frutos.

- A seca que atingiu várias zonas do território⁵.

- A tradicional falta de motivação do santomense para os trabalhos do campo, a não ser para os extremos cuidados com as hortas que circundam as suas residências⁶.

Mas se até 1979 as altas cotações internacionais do cacau permitiram manter um saldo positivo da balança comercial, de lá para cá o país tem acumulado déficits sucessivos no comércio com o exterior.

Um relatório elaborado em setembro do ano passado pelo Programa Especial de Assistência

Econômica da ONU e destinado ao secretário geral, Pérez de Cuéllar, assinalava que o balanço de pagamentos do país tem se caracterizado "por um persistente déficit comercial e um crescente volume de serviços pagos ao exterior; déficit este que, em grande parte, tem sido coberto por empréstimos de curto prazo".

A sensível melhoria de saldo na balança comercial verificada em 1983 (o déficit, segundo dados do governo, foi naquele ano de 274 milhões de dobras, a moeda nacional, enquanto que no ano anterior chegara a 899 milhões de dobras) teria sido conseguida através de drásticas reduções das importações. Evidentemente que estas medidas de austeridade acabam por ter muitas vezes consequências bem mais sérias das inicialmente calculadas. Não só a alimentação é reduzida, como também o fornecimento de produtos imprescindíveis ao desenvolvimento.

Segundo esse relatório da ONU, outro motivo de preocupação "é o elevado volume de empréstimos a curto prazo para financiamento de déficits e a implicação que isso tem no serviço da dívida".

Para se avaliar a queda de receita provocada pelas baixas da cotação, basta dizer que em 1977 o quilo de cacau era exportado ao preço de 130,23 dobras, e quatro anos mais tarde o mesmo quilo só rendia 59,73 dobras. (A partir de 1983 os preços internacionais têm melhorado.

Nesse ano, o preço médio do quilo de cacau santomense já foi vendido a 83 dobras⁷.)

Produzir alimentos e formar pessoal

São Tomé e Príncipe terá necessariamente que continuar vivendo do cacau nos próximos anos, mas parece ser intenção do governo do presidente Manuel Pinto da Costa aumentar substancialmente a produção interna de alimentos, para que se importe menos e, desse modo, se possam canalizar as divisas para a aquisição dos bens necessários ao desenvolvimento das ilhas⁸.

Esse parece ser o objetivo do governo ao decretar agora a distribuição aos camponeses de terras que pertencem às empresas agrícolas estatais, mas estavam abandonadas ou subutilizadas, ou quando promove várias medidas de apoio à pesca artesanal.

No que diz respeito à constituição de empresas mistas com sociedades privadas portuguesas (ou de outra origem) ou à associação com vários organismos internacionais para a exploração das antigas roças, os objetivos parecem também claros:

- Levar essas empresas estrangeiras ou organizações internacionais a investirem nas empresas agrícolas e modernizarem sua exploração — investimentos para os quais o Estado de São Tomé e Príncipe não dispõe de recursos, dado o seu elevado custo.

- Melhorar a gestão das empresas agrícolas, fazendo com que elas produzam mais e melhor cacau, o que trará benefícios imediatos para o país.

- Procurar fazer com que as empresas agrícolas se tornem centros de formação profissional, tanto em matéria de administração, quanto de técnica agrícola.

Esses técnicos administradores santomenses, formados na prática (juntamente com outros que estudaram no estrangeiro e que começam agora a voltar), poderão, eventualmente, vir a constituir o capital decisivo ao desenvolvimento do país. (*Baptista da Silva*) ●

Notas

¹A reformulação governamental ocorreu no dia 23 de fevereiro passado, tendo sido exonerados os ministros do Planejamento (Agapito Mendes Dias), Relações Exteriores (Maria da Graça Amorim) e Justiça (Manuel Vaz). Dos três ministros exonerados apenas Manuel Vaz permaneceu no governo, como titular da pasta da Informação, cargo que já acumulava no governo anterior. O presidente da República passou a acumular as pastas das Relações Exteriores e Planejamento, mas nos dois ministérios viriam a ser criadas duas novas secretarias de Estado.

²A *Caisse Centrale de Cooperation* — o banco da cooperação francesa — firmou já um convênio com o governo santomense para a exploração da antiga roça Santa Margarida, podendo, eventualmente, vir ainda a participar na exploração da empresa agrícola de Porto Real, na ilha do Príncipe. O Banco Mundial vai cooperar na

A PRODUÇÃO DE CACAU

□ De 1973 a 1983 a produção da monocultura de exportação tem decrescido gradualmente. E, em São Tomé e Príncipe, quando não se produz cacau não se exporta; quando não se exporta não se obtêm divisas... e sem divisas faltam alimentos e o desenvolvimento é sempre adiado.

Ano	Produção (em toneladas)
1973	10.600
1976	4.600
1979	7.376
1980	7.011
1981	5.687
1982	4.081
1983	3.939

Fontes: FMI e relatório ONU — setembro 1984.

gestão e exploração das antigas roças de Ubabudo e Bela Vista. O BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), possivelmente em associação com técnicos portugueses contratados, irá participar na gestão da empresa Agrícola Monte Café.

Baptista da Silva



Na independência, o país só produzia 10% da comida que consumia

Em relação à formação de empresas mistas com sociedades privadas estrangeiras, já está constituída uma com a empresa portuguesa Ramalho Rosa (empresa que foi responsável pelo alargamento da pista do aeroporto de São Tomé) com vistas à exploração da antiga roça Milagrosa. Prevê-se também para breve, o anúncio da constituição da sociedade mista entre o Estado santomense e a empresa portuguesa RAR para exploração da empresa agrícola Agua Izé, talvez a maior do país.

³Nem todos os portugueses fugiram ou viram as suas terras estatizadas: há ainda dois portugueses que continuam a explorar três roças no país, atividade a que já se dedicavam antes da independência.

⁴Serviços Estatísticos da RDSTP (ver Quadro neste artigo).

⁵Em 1982, a FAO relacionou São Tomé e Príncipe entre os 24 países africanos afetados pela seca e a quem a organização deveria prestar assistência.

⁶O santomense tradicionalmente

nunca foi muito dado aos trabalhos da terra. A resistência era tal que os colonialistas viram-se obrigados a importar trabalhadores de outras colónias. Primeiro foram os moçambicanos, depois os angolanos e por último os cabo-verdianos. Ainda hoje habitam as ilhas entre 14 a 15 mil cabo-verdianos ou naturais de ascendência cabo-verdiana.

⁷O cacau santomense, em geral, (talvez devido à sua não-homogenea qualidade) não chega a conseguir a máxima cotação internacional do produto — o *Ghana London Price* —

ficando em 70 a 90% do preço da-quele.

⁸Dados bastante significativos são os que se referem à população ativa. Em 1981 — segundo dados oficiais a que cadernos tiveram acesso — apenas quatro pessoas eram classificadas como “biólogos, agrónomos ou técnicos afins”. Nesse ano existiam 12.268 trabalhadores agrícolas (42% do total da população ativa, avaliada em 29.405 pessoas). Segundo esse censo, o número de pessoas classificadas como “agricultores” não ultrapassava de 375.

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral (Cr\$ 30.000,00); trimestral (Cr\$ 15.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

África do Sul

A luta dos mineiros negros

Uma declaração do Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (Sactu) revela os antecedentes do confronto entre o Sindicato Nacional dos Mineiros e o regime de Pretória*

Uma força em crescimento, o movimento sindical dos trabalhadores da África do Sul constitui uma das ferramentas fundamentais na luta popular contra o regime racista do *apartheid*. Um milhão e meio de trabalhadores negros sindicalizados exprime essa força que representa 15% de toda a classe trabalhadora desse país. Sua combatividade também pode ser medida em números:

489 greves durante 1984 com a participação de 200 mil trabalhadores, 279 ações trabalhistas contra as entidades patronais e 399 negociações na órbita judicial. No ano passado, muitos desses sindicatos negros se uniram ao boicote contra as eleições para a formação das câmaras parlamentares destinadas a mulatos e asiáticos, e participaram ativamente das mobilizações de protesto. Neste artigo, analisamos, em particular, a mobilização dos mineiros.

O recente movimento grevista dos mineiros negros da África do Sul deve ser encarado à

* Este artigo é a transcrição dos principais trechos da declaração do Sactu esclarecendo a posição dos mineiros negros e os problemas trabalhistas.



Os mineiros negros vivem em condições sub-humanas de higiene

luz dos eventos anteriores e no contexto mais amplo das atuais manobras dos gerentes das minas e do próprio sistema de *apartheid*.

Em julho de 1981, o regime acatou a recomendação da Comissão Wiehahn no sentido de emendar a Lei de Minas e Obras. As recomendações da Comissão destinavam-se a acabar com a reserva de empregos e permitir a admissão de negros em várias funções que até então lhes tinham sido vedadas.

Contudo, os mecanismos recomendados pela Comissão continham veladas ressalvas de garantia aos trabalhadores brancos e a explícita declaração de que deveriam ser implantados unicamente pelos trabalhadores brancos e pelos proprietários das minas. A atitude intransigente dos proprietários das minas e a oposição dos sindicatos brancos a qualquer progresso trabalhista dos negros impediram a mudança na situação. Isso, apesar das recomendações incluírem também mecanismos destinados a manter o controle dos sindicatos negros militantes e das atividades sindicais (tanto do ponto de vista da sua estrutura e financiamento quanto dos conselhos de negociações industriais). E mais: a Comissão recomendara ainda certos meios de desestimular aqueles sindicatos que se recusassem a se registrar nos termos da emenda.

O principal objetivo da Comissão Wiehahn era pôr fim à tensa situação decorrente da insatisfação dos mineiros negros com os seus salários, extremamente baixos, e com as condições desumanas de higiene e segurança, além da discriminação no emprego. Já em 1982, era evidente que tal objetivo não tinha sido atingido. Mal transcorrer um ano desde que o regime do *apartheid* tinha acatado as recomendações da Comissão, quan-

do uma onda de agitações atingiu o país, afetando as minas de ouro, carvão e platina.

Foi oferecido um aumento de 12% aos mineiros negros, que ganhavam salários baixíssimos, ao passo que os trabalhadores brancos receberam aumento igual sobre salários bem mais altos.

A fúria dos protestos

Os mineiros negros acusaram a Câmara de Minas de manter baixos os seus salários para dissipar os receios do Sindicato de Mineiros Brancos, cujos membros procuravam conservar seus privilégios.

O resultado é que mais de 30 mil mineiros negros largaram suas ferramentas de trabalho e exigiram aumento salarial. Declararam ter sido impedidos de formar seu próprio sindicato e privados do direito de negociar com os empregadores. Em muitas minas, os trabalhadores negros deram vazão à sua fúria e frustração, causando prejuízos de milhares de *rands* às propriedades dos donos das minas. As demonstrações de protesto foram brutalmente reprimidas pela polícia das minas e pelas autoridades da segurança estatal e, em certos casos, até pela polícia paramilitar. Pelo menos dez trabalhadores foram mortos e muitos deportados.

Em decorrência dos receios dos donos das minas e das insistentes exigências dos mineiros negros, o Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM) foi formado em 1982, recebendo permissão para proceder à filiação dos seus membros nos próprios locais de trabalho. Como parte da política adotada pelos proprietários, de dividir o mais possível os trabalhadores, outros sindicatos receberam permissão de recrutar filiados nas minas, sendo registrados como entidades negociadoras a favor dos mineiros negros.

1985 - Junho - nº 79



A polícia do *apartheid* reprime violentamente os movimentos negros que lutam por melhores condições de trabalho

NUM: surge um grande sindicato

Três sindicatos receberam permissão da Câmara de Minas: o Sindicato dos Mineiros Negros (BMWU), o Sindicato dos Mineiros e Trabalhadores em Túneis (filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Negros Aliados) e o Sindicato Federado de Empregados que Lidam com Explosivos e Produtos Químicos nas Minas.

Diante da situação, o Sactu alertou os mineiros a não fazerem o jogo dos proprietários das minas e do regime. Insistiu que eles formassem um sindicato único, democrático e forte,

capaz de servir de porta-voz das necessidades dos operários quanto a aumento de salários, liberdade de ir e vir e de residência¹, segurança no trabalho e indenização por danos físicos ou morte no trabalho.

O NUM cresceu rapidamente. Apenas um ano após sua criação, era um dos maiores novos sindicatos, com 40 mil filiados, isto é, cerca de 10% do contingente de mineiros negros. Em fins de 1983, o número de filiados subi-

¹ Direitos nem sempre reconhecidos pelas autoridades do *apartheid* aos negros sul-africanos.

ra para 70 mil e os líderes sindicais iniciaram firmes negociações com a Câmara de Minas, não só sobre salários, como também sobre várias questões relativas à higiene e à segurança no local de trabalho. Além disso, o NUM deixou bem clara sua posição no sentido de que a existência de um número demasiado de sindicatos tendia a dividir a classe e debilitar a unidade dos mineiros negros.

Insensível desprezo pela vida humana

No dia 4 de setembro de 1983, uma explosão de metano matou 65 mineiros na mina de Hlobane. Discursando no funeral, Cyril Ramaphosa, secretário geral do NUM, disse: "Desejo alertar o governo para o fato de que os trabalhadores reagirão com cólera e ninguém poderá controlar a situação". Acrescentou que o desastre de Hlobane demonstrava que as leis de segurança da África do Sul deviam ser reformuladas, e acusou os donos das minas de mostrarem insensível desprezo pela vida humana.

Após o desastre, houve violentas ameaças de greve. O NUM denunciou que as verificações de escapamento de metano, exigidas por lei, não tinham sido feitas na manhã da explosão; convocou a uma discussão sobre a estratégia a ser adotada e exortou à paralisação do trabalho em memória dos que tinham morrido. Mais de 30 mil trabalhadores interromperam as suas atividades por meia hora, enquanto milhares de outros observaram um minuto de silêncio.

Assustadoras condições de segurança

Em setembro de 1983, 60 mineiros negros da mina de ouro de West Driefontein foram ameaçados de demissão por se recusa-



Em dez anos, morreram mais de 8.200 mineiros em acidentes

rem a trabalhar, receosos de um desmoroamento das galerias. Tinham ouvido rumores de desabamento no 14.^o nível e recusavam-se a trabalhar numa área perigosa. O NUM, que os representava, não era reconhecido naquela mina e, assim, não teve acesso à administração.

Esses fatos e muitos outros acidentes não-fatais, que passam despercebidos ou não são registrados, indicam as assustadoras condições de higiene e segurança dos mineiros sul-africanos e a aparente indiferença dos proprietários das minas. Números oficiais fornecidos pelo Departamento de Assuntos Mineraiis e Energéticos indicam que nos acidentes de minas morrem pelo menos 2 trabalhadores por dia e 50 ficam feridos. Segundo esses mesmos números oficiais, mais de 8.200 pessoas morreram nas minas nos últimos dez anos, e outras 230 mil foram feridas.

Tendo em vista essa dramática situação das minas sul-africanas, especialmente no que tange aos mineiros negros, o NUM vem exigindo certos direitos para os trabalhadores: o direito de terem seu próprio representante de segurança; de recusarem-se a trabalhar em condições ou práticas tidas como insalubres, inseguras ou ilegais; de exigirem inspeção pelo governo sempre que suspeitarem que os regulamentos estão sendo violados; de exercer-

rem direitos em prol da segurança e saúde de outros trabalhadores; de mover processos e neles testemunharem sem interferências ou intimidações; de acompanharem as inspeções do governo, sem perda de salário; de participarem no desenvolvimento de planos para métodos de mineração; de terem treinamento adequado na área de normas de saúde e segurança; de serem protegidos contra abusos pelo fato de exercerem seus direitos estatutários.

Vitória significativa

Em janeiro de 1984, o NUM alcançou significativa vitória ao assinar mais três acordos de reconhecimento com companhias de mineração, totalizando 14 acordos dessa natureza. Os últimos acordos previam representação em favor dos trabalhadores não-sindicalizados dos hospitais das minas e o dirigente do NUM, Cyril Ramaphosa, afirmou que o sindicato estava também negociando a licença por paternidade² para a maioria dos trabalhadores imigrantes.

No ano passado, 450 trabalhadores entraram em greve na mina de vanádio da *Union Carbide*, em Brits, no bantustão de Bophutatswana, depois que a companhia recusou-se a reconhecer o NUM. Isso ocorreu depois que o "governo" do Bophutatswana mandou uma circular a companhias que operam nesse bantustão, sugerindo que elas não negociassem com sindicatos localizados fora do mesmo. O NUM que, como todos os sindicatos progressistas, não reconhece os bantustões nem seus "governos", iniciou um processo contra o "governo" do Bophutatswana e a *Union Carbide*, uma vez que a

² Para esta reivindicação, o NUM levou em conta o fato que só com uma permissão expressa, os mineiros poderiam viajar até as longínquas localidades onde em geral moram as suas famílias, e assim conhecer os seus filhos recém-nascidos.

legislação do Conselho Industrial Sul-Africano continua em vigor no bantustão. Contudo, o Bophutatswana pretende adotar leis que proscrevem os sindicatos localizados fora de seu território.

Também no ano passado, mil membros do NUM foram despedidos pela *Impala Platinum Refinery* por terem entrado em greve pela readmissão de sete trabalhadores demitidos depois que se recusaram a trabalhar em virtude de agressão e insultos recebidos de seus supervisores brancos. Trabalhadores membros do NUM entraram também em greve na mina de carvão de Rietspruit, perto de Witbank, provocada por "ação disciplinar" tomada contra um operário que havia participado de uma interrupção do trabalho após a morte de dois trabalhadores.

Pouco depois, 10 trabalhadores morreram e houve prejuízos de centenas de milhares de rands durante um distúrbio trabalhista na mina de ouro anglo-americana de Geduld, próximo a Welkom. Segundo um porta-voz do NUM, o distúrbio foi causado pela morte de um mineiro, vítima de maus tratos infligidos pelos agentes de segurança da mina.

A partir daí, a Câmara de Minas acelerou as discussões visando à implantação das recomendações da Comissão Wiehahn para acabar com a reserva de emprego. Porém, como Cyril Ramaphosa, dirigente do NUM, não foi convidado, o NUM decidiu não participar do Conselho Industrial proposto para a indústria de mineração.

Condições inaceitáveis

A essa altura, Ramaphosa deu a entender que seria convocada uma conferência nacional especial do NUM a fim de discutir as medidas a serem adotadas pelo sindicato. Acrescentou que a Câmara de Minas estava ofere-

cendo um aumento salarial inaceitável. A conferência seria parte da implementação de uma resolução adotada durante a 2ª Conferência Nacional do NUM, em dezembro de 1983, quando se decidiu que as negociações seriam realizadas em maio de cada ano e concluídas a 1º de junho, dando aos mineiros um mês para refletirem antes da data tradicional de aumentos, que é 1º de julho.

Essas paralisações do trabalho continuaram em várias minas em Goedehoop e Kriel, no Transvaal Oriental, nas instalações Douglas da *Rand Mines*,



Só um movimento negro organizado poderá eliminar a discriminação

próximo a Witbank, em Rietspruit e nas minas de carvão da *Vryheid Coal and Rail Company*. Em Durban Deep, os mineiros tiveram choques com a polícia, dos quais resultaram 111 feridos. A greve era por salários e em solidariedade com o NUM. Mais de oito mil mineiros aderiram. A polícia deixou 250 feridos entre os mineiros em greve da *Wester Holdings Division*, da *Welkom Division* e da mina "Presidente Brand", da *Anglo*.

É digno de nota o fato de que os movimentos dos mineiros realizaram-se no contexto de contínuos distúrbios que vêm

sacudindo a África do Sul nos últimos meses, forçando o regime a abandonar sua fachada de "reforma" e recorrer à repressão, declarando um virtual estado de emergência a fim de instalar seu *new deal* (ver matéria de capa dos cadernos do terceiro mundo Nº 75).

Sem meios de expressar sua rejeição de ofertas salariais inadequadas, sem o direito de recusarem-se a trabalhar no subsolo, os trabalhadores negros vêem-se com poucas opções, devido às desumanas condições de vida e de trabalho nas minas.

A força necessária para eliminar a discriminação e a exploração só pode surgir de um movimento mineiro trabalhista organizado. Por isso tem havido crescente pressão no sentido de restaurar uma organização nos moldes do Sindicato dos Mineiros Africanos, do "tio" J.B. Marks. Graças à sua mobilização em 1946 foi possível reunir cem mil trabalhadores de mais de 21 minas. Suas reivindicações, então, eram os princípios básicos que os mineiros continuam a exigir até hoje — o direito de se organizarem, o fim da segregação racial e a concessão de aumentos salariais. ●

África do Sul

Pretória fecha duas universidades

Os estudantes negros, revoltados com a aplicação do *apartheid* no ensino, sabotam as aulas e saem às ruas

Das duas das mais antigas universidades negras da África do Sul foram fechadas na segunda semana de maio passado depois de uma manifestação de protesto estudantil e de um boicote às aulas decidido por professores e alunos. As universidades fechadas são Port Hare, em Alice, na conflituada região oriental do Cabo, e Turnfloop, cerca de 50 quilômetros ao norte de Pretória.

Em Port Hare, os estudantes sabotaram as aulas num gesto de solidariedade pela detenção de sete dos seus dirigentes. Estes foram detidos logo depois de organizarem protestos contra o líder do bantustão do Ciskei, Lennox Sebe, no início do mês de maio passado. Devido aos protestos, Sebe cancelou sua projetada visita ao campus universitário, onde devia participar de uma cerimônia de colação-de-grau. O objetivo dos estudantes era, exatamente, evitar sua presença na universidade.

Sebe dirige um dos bantustões — regiões de extrema pobreza dentro das reservas sul-africanas para os negros — onde a maioria dos habitantes recebe passes temporários que lhe permitem empregar-se como mão-de-obra barata em minas e granjas de propriedade dos brancos.

As organizações anti-*apartheid* na África do Sul se opõem ao sistema de bantustões e consideram os negros que aceitam governar essas áreas “colaboradores” do



Os estudantes sabotaram as aulas

regime racista.

A Universidade do Transkei, no bantustão do mesmo nome, também é palco de agitações, provocadas pela decisão adotada no início de maio pela assembleia estudantil, de boicotar uma cerimônia de diplomação na qual o hóspede de honra seria o líder desse bantustão, Kaiser Matanzima.

O presidente da Organização dos Estudantes Azânicos¹ (Azaso), Simpiwe Magodusho, declarou que a agitação estudantil nos três campi era resultado direto da insatisfação com o conceito da “educação nos bantustões”. A agitação também se alastrou a outras universidades.

Nos bantustões, os alunos ne-

¹ Azânia é a denominação que os negros sul-africanos dão ao seu país.

gros recebem uma educação inferior à dos brancos. O dirigente estudantil anunciou que neste mês de junho, será realizada uma reunião na Universidade de Turnfloop para discutir toda a questão do ensino universitário dos negros.

A organização dos estudantes também quer levar avante um “projeto de largo alcance que denuncie na prática o fracasso do sistema de universidades separadas por raça”.

Nos Estados Unidos também

Nos centros educacionais dos Estados Unidos, cresce também um sentimento contrário à política de discriminação racial sul-africana, num movimento só igualado às manifestações contra a guerra no Vietnã.

O ativismo pretende obrigar os administradores das universidades a retirarem os seus investimentos das companhias norte-americanas que tenham negócios com o governo de minoria branca da África do Sul.

Recentemente, foram presos centenas de estudantes norte-americanos que protestavam contra o *apartheid*. “Alguns foram expulsos dos campi mas este é um preço mínimo comparado à disposição dos negros sul-africanos de morrerem por sua liberdade”, declarou Joshua Nesen, do Comitê Americano para a África, com sede em Nova Iorque.

Segundo Pedro Moguepa, do *Steve Biko Sit-In Committee* da Universidade da Califórnia, em Berkeley, os estudantes vinculam o *apartheid* na África do Sul ao racismo nos Estados Unidos.

Pelo menos 40 universidades têm alguma forma de restrição às companhias que efetuam negócios com a África do Sul, segundo informou o Escritório de Washington para a África. •

A crise sucessória

Após 25 anos no poder, Houphouët-Boigny faz mistério sobre sua sucessão

“O Velho é um enigma vivo”. Esta é a expressão mais comum nos meios políticos de Abidjan, à medida em que cresce o nervosismo em torno do momento em que o presidente Félix Houphouët-Boigny, hoje com 80 anos, desvendará um mistério que ele tem guardado com uma teimosia quase doentia nos últimos cinco anos. No poder desde a independência em 1960, Boigny (que além do apelido de “Velho” também é chamado de “Sábio”) mantém em segredo o nome do seu sucessor, que será inicialmente nomeado vice-presidente.

No segundo semestre deste ano deverão ser realizadas eleições gerais na Costa do Marfim, logo depois do oitavo congresso do Partido Democrático (PDCI), quando Boigny deve anunciar se irá ou não se candidatar a um sexto mandato como presidente da República. Tanto quanto na questão do sucessor, paira no ar o mais denso mistério em torno da decisão pessoal do único presidente que a Costa do Marfim já teve, desde que deixou de ser uma colônia francesa.

Mas enquanto Boigny faz um calculado suspense em torno do seu futuro político, o país mergulha na pior crise econômica e moral de sua história, depois de ter vivido uma época de euforia entre 1966 e 1976, período que ficou conhecido como “o milagre marfinense”. A recessão econômica interrompeu todo o desenvolvimento do país, o desemprego quadruplicou, a dívida ex-

terna chega a seis bilhões de dólares, a balança comercial passou a ser deficitária e o pessimismo tomou conta da maior parte dos políticos. Paralelamente, o país foi sacudido por uma sucessão de escândalos envolvendo altas personalidades do governo, incluindo até mesmo membros da família Boigny.

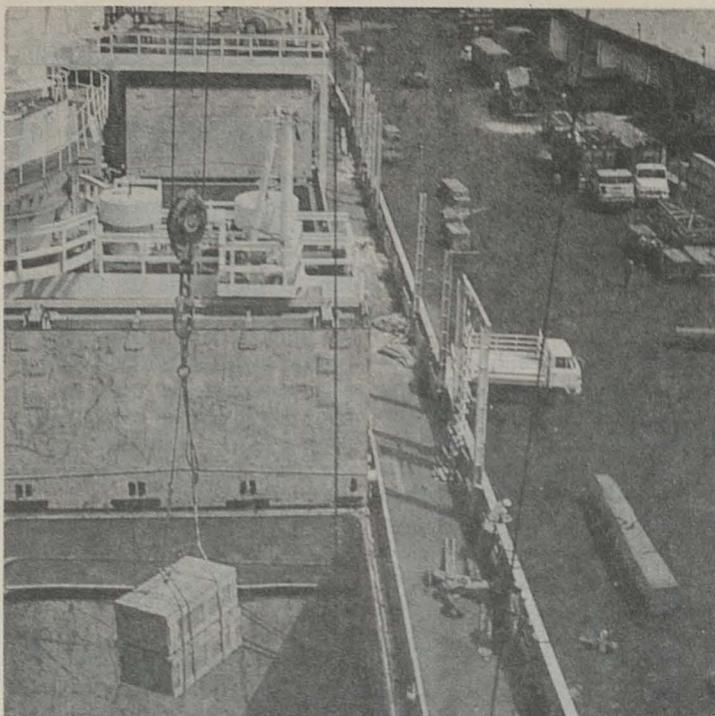
Um líder paternalista

Cansado e doente, o “Velho” se refugia no enigma enquanto o seu longo reinado político vai chegando melancolicamente ao fim. O presidente da Costa do Marfim quase não aparece mais em público desde 1984, sofre de agudos ataques de dores ciáticas, está parcialmente cego de um olho por causa de catarata e se nega a sofrer qualquer tipo de operação cirúrgica porque não quer ser anestesiado.

Desde a juventude ele alimenta uma antiga superstição, segundo a qual no momento em que perder a consciência, não será



Félix Houphouët-Boigny: a política como um mistério



Abidjan: capital-porto que conheceu melhores dias no auge econômico

mais possível recobrá-la. Assim, ele recusou sistematicamente todos os tratamentos que lhe foram prescritos por especialistas enviados pelos governos francês e norte-americano, sem falar numa equipe de gerontólogos romenos que esteve em Abidjan no ano passado, sem conseguir nada de positivo.

Félix Houphouët-Boigny nasceu no dia 18 de outubro de 1905 numa aldeia situada a 250 quilômetros de Abidjan, perto do local onde hoje está a cidade de Yamoussoukro, a futura capital da Costa do Marfim. Ao nascer ele recebeu de um feiticeiro da etnia *baoulé*, o nome de Dia, que na língua local quer dizer curandeiro adivinho. Aos cinco anos de idade ele se transformou no chefe tribal, com a morte de seu tio, assassinado por um parente que não concordava com a cooperação com os colonos franceses. Logo depois, o pequeno Dia acrescentou ao nome a expressão Houphouët, herdada do

pai, e que na tradução local significa "lixo descartável". Só em 1945, quando ele se candidatou à Assembléia Nacional francesa como representante da colônia, é que acrescentou o nome Félix e o sobrenome familiar Boigny, ao mesmo tempo em que abandonou o apelido de Dia.

O fato de ter sido chefe tribal e de ter estabelecido relações amistosas com os colonizadores, fez com que Houphouët se transformasse num próspero fazendeiro e tivesse a chance de se formar em medicina. Mas apesar de suas simpatias pela França, ele acabou entrando em choque com a política colonial no momento em que os interesses dos agricultores marfinenses foram ignorados pela metrópole. Aí, Félix aderiu à União Democrática Africana (RDA), um partido com ramificações no Senegal, Mali e Guiné e que propunha a independência de todas as colônias francesas na África Ocidental.

A RDA se uniu ao Partido Comunista até 1950, quando Boigny aceitou um pacto com o então ministro para os Assuntos Coloniais, François Mitterrand. As privilegiadas relações com Paris fizeram com que o líder marfinense boicotasse todos os projetos de outras colônias francesas na África e que visavam à formação de federações econômicas para alcançar o desenvolvimento, sem dependência. Quando a Costa do Marfim ficou independente e o líder da seção local da RDA assumiu o poder, ele declarou textualmente em seu discurso de posse: "Não dizemos adeus à França, mas sim até logo".

O milagre fracassado

As plantações de café, cacau e borracha, além de valiosas jazidas de diamantes fizeram com que a economia do país, irrigada por generosos financiamentos franceses, conseguisse escapar do trauma econômico provocado pela fuga dos capitais internacionais, como aconteceu nas outras ex-colônias que optaram pelo nacionalismo.

No final da década de 60, a crise nos países vizinhos gerou enormes correntes migratórias de trabalhadores desempregados ou aventureiros que passaram a se aglomerar nos arredores de Abidjan, formando uma mão-de-obra baratíssima. Disso, se aproveitaram as empresas transnacionais para fazer grandes investimentos no país, que foi transformado num verdadeiro paraíso financeiro por causa do liberalismo econômico do governo e da estabilidade política resultante do autoritarismo paternalista de Houphouët-Boigny.

Foi a fase do "milagre", que se estendeu até 1976. Durante quase dez anos a economia da Costa do Marfim cresceu a taxas que variavam entre 8 e 10%, beneficiando especialmente a região sul, próxima do litoral.

Todo o modelo econômico construído entre 66 e 76 foi baseado na dependência em relação ao capital estrangeiro. O crescimento da produção agrícola não foi alcançado através da melhoria das plantações, mas simplesmente graças à ampliação da área cultivada e ao trabalho mal pago de imigrantes do antigo Alto Volta, hoje Burkina Fasso.

Outro elemento que contribuiu para aumentar as exportações marfinenses foi a exploração inescrupulosa das reservas florestais do país. Enquanto na década de 50, a média anual de exportação de madeira se situou em torno dos 400 mil metros cúbicos anuais, na década de 60 este total passou para 2,3 milhões de metros cúbicos, com um auge em 1963, quando chegou a 4,2 milhões. O resultado foi a devastação florestal, pois o país perdeu um-terço de suas matas, derubadas para vender madeira barata a compradores europeus.

Durante o milagre, cerca de 75% dos investimentos feitos na Costa do Marfim vieram do exterior. Houve uma verdadeira invasão de técnicos e funcionários estrangeiros, que chegaram a constituir em 1978 quase um-terço do funcionalismo público. Em 1960, os estrangeiros formavam quase 0,5% da população total e recebiam 17% da renda nacional. Treze anos mais tarde, os estrangeiros formavam 4% da população e sua fatia no Produto Nacional subiu para 60%. Esta "milagrosa inversão" foi possível graças ao plano decenal de desenvolvimento econômico elaborado pelos técnicos franceses chamados para assessorar Boigny e que passaram a dar prioridade ao desenvolvimento industrial, enquanto a agricultura continuava como a base das exportações. Um relatório confidencial do Banco Mundial, revelado no final da década de 70, indicava que "a indústria na Costa do Marfim está nas mãos de empresas estrangeiras que foram sub-

vencionadas pelo governo local com recursos financeiros fornecidos pela agricultura e pela exploração da madeira".

Os gastos com a importação de equipamentos provocaram uma aguda deterioração do déficit do balanço de pagamentos, que passou de 37 milhões de dólares em 1970 para 1,7 bilhão em 1980. Mas o "milagre" começou a se evaporar a partir de 1979, quando a recessão no Ocidente provocou uma drástica queda nas exportações de cacau e café da Costa do Marfim.

Banco Mundial e do FMI. Só com o pagamento do serviço da dívida, a Costa do Marfim gasta hoje quase um bilhão de dólares, correspondendo a cerca de 23,9% de todas as exportações anuais. Em 1970, os juros da dívida eram de 256 milhões de dólares e consumiam apenas 6,8% das exportações.

O preço social da crise

As consequências sociais do fracasso do milagre também foram trágicas. Dois-terços da po-



Emmanuel Diolo: corrupção e fuga

Entre 80 e 83, as receitas das exportações agrícolas caíram de quatro bilhões para apenas um bilhão de dólares. Metade das indústrias instaladas entre 1966-76 fecharam. Quarenta e cinco por cento da mão-de-obra ficou desempregada e mais de 70% das empresas estatais em crise foram compradas por transnacionais por preços que chegaram a descer a um-quinto do valor real.

A dívida externa que era de 1,12 bilhão de dólares em 1981, cresceu para 5,2 bilhões em 84, período em que a economia do país ficou sob a virtual tutela do

população de Abidjan é de origem estrangeira, em sua maior parte trabalhadores pobres da etnia *mossi*, que vieram para a capital marfinense atraídos pela possibilidade de empregos bem remunerados. Em 1965, a população africana de origem estrangeira formava um-quarto da população total do país, 40% da mão-de-obra masculina, ocupava 60% dos empregos urbanos fora do governo, 77% do funcionalismo público e metade da força de trabalho agrícola. Assim, a política econômica de Boigny marginalizou a mão-de-

obra local dentro de seu próprio país, e provocou um agudo enfraquecimento dos sindicatos, uma vez que os trabalhadores imigrantes aceitavam salários mais baixos e nas piores condições de vida.

O favorecimento dos estrangeiros como um recurso para baratear os salários e enfraquecer as resistências trabalhistas chegou ao clímax quando o presidente anunciou em setembro de 1963 uma lei de dupla nacionalidade, através da qual os estrangeiros passariam a ter os mesmos direitos dos marfinenses. Mas as reações foram fortes e acabaram sepultando o projeto. O cosmopolitismo proposital do governo acabou transformando Abidjan numa cidade de contrastes gritantes. Ao lado das áreas ricas onde moram técnicos estrangeiros e funcionários do governo, surgiram imensas favelas onde se aglomeram os trabalhadores estrangeiros que vieram fazer fortuna e hoje estão desempregados.

A capital marfinense se transformou também numa espécie de paraíso para o submundo do crime, uma vez que o governo passou a tolerar a permanência de conhecidos marginais internacionais desde que eles trouxessem dinheiro para o país, não importando se fosse para investir em cassinos ou prostituição. O conhecido bandido francês dos anos 70, Jo Attia, chegou a obter do governo de Abidjan um certificado de bons antecedentes e bom comportamento em troca de alguns milhares de dólares, conforme revelou Marcel Amondji no seu livro "Boigny, a outra face de uma lenda".

A sucessão

Enquanto isso, no terreno político o presidente da Costa do Marfim pôs em marcha um processo que desde a sua deflagração, no final da década de 60, teve como objetivo principal eliminar todos os possíveis rivais

ou candidatos à sua sucessão. Ele instalou dentro do Partido Democrático da Costa do Marfim (PDCI) uma verdadeira dinastia, associando sempre eventuais divergências ou aspirações presidenciais com o divisionismo e conspiração. Foi o caso do ministro da Defesa, Jean Konan Banny, acusado de golpismo na década de 60, demitido e posteriormente reconduzido ao mesmo cargo, depois de ter posto definitivamente de lado ambições presidenciais. Em 1963, mais de 100 políticos e personalidades foram também acusados de conspiração, sendo condenados a penas que variavam entre 10 anos até a morte. Nenhum foi executado e os presos acabaram sendo anistiados anos mais tarde, depois de se arrependem publicamente.

Foi usando ao mesmo tempo a dureza e a flexibilidade que Boigny conseguiu manter sempre um completo controle sobre adversários e candidatos à sua herança. Ele foi também um mestre no jogo de alianças com as quase 60 etnias diferentes do país, perante as quais se apresentava como um unificador, enquanto jogava umas contra as outras para manter o seu poder. Com os sindicatos neutralizados pela maciça presença de mão-de-obra estrangeira disponível, os únicos setores que criavam problemas para o governo eram o dos estudantes e dos profissionais liberais. Eles promoveram várias greves, a mais recente das quais foi em 1983, quando os professores primários e empregados públicos subalternos promoveram protestos de rua. O movimento foi o mais longo da história do país, pois durou duas semanas e teve como principal objetivo a denúncia da corrupção governamental no setor da habitação. O governo reprimiu violentamente a greve ameaçando demitir todos os grevistas e não pagar salários atrasados.

A corrupção

As greves de 1983 não foram importantes apenas pelas suas dimensões, mas também pelas suas consequências. As denúncias de corrupção atingiram um grau tal, que o presidente foi obrigado a permitir investigações, já que até mesmo membros da família Boigny foram colocados sob suspeita. O escândalo do sistema habitacional passou a ser conhecido como o "caso dos bilhões" e nele os acusados diretos eram a ex-ministra dos Assuntos Femininos e o seu marido francês, Marc Gervais. O casal, entre outras denúncias, teve que justificar autorizações ilegais para obras, uma das quais envolvia o conserto de uma porta, pelo preço de um milhão de dólares. Também foram acusados os diretores de firmas como a *Logemad*, *Sicogi* e *Sogefiha* que alugaram casas fictícias para o governo a preços exorbitantes, ao mesmo tempo em que usavam rotineiramente o superfaturamento como forma de obter ganhos extras. O processo durou 13 meses e surpreendentemente teve uma ampla cobertura na imprensa governista, até que uma das testemunhas afirmou em juízo que o presidente Boigny havia autorizado pessoalmente um contrato fraudulento da *Logemad*. No dia seguinte, o jornal *Fraternité Matin*, o maior do país, simplesmente esqueceu o assunto.

O "caso dos bilhões" foi a primeira oportunidade para a opinião pública marfinense tomar contato com os subterrâneos da administração estatal. Mas apesar de toda a repercussão, as sentenças não atingiram funcionários públicos importantes, porque o escândalo da habitação foi ofuscado em 1984 por um novo caso de corrupção, envolvendo, agora sim diretamente, figuras chaves do governo. Emmanuel Diolo, prefeito de Abidjan e secretário-geral do



Cogexim: empresa exportadora de café e cacau, controlada por Boigny, foi levada à Justiça

PDCI além de um dos candidatos à sucessão de Boigny, fugiu do país quando a empresa de exportação de café e cacau, *Cogexim*, que ele controlava, foi levada à justiça por causa de uma dívida de 30 milhões de dólares junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Agrícola (BNDA).

O caso Diolo abriu o debate sobre a sucessão de Boigny, revelando a extensão e violência da guerra entre os vários aspirantes à presidência. O ex-prefeito de Abidjan estava em campanha aberta contra outro pretendente, Henri Konan-Bédie, presidente da Assembléia Nacional, acusado de malversação de dinheiro do governo. Por sua vez, o diretor geral do BNDA, Lamine Diabaté, também presidente, logicamente aproveitou as dificuldades econômicas da *Cogexim* para um "acerto de contas". Depois que os primeiros "podres" foram jogados perante a opinião pública, o governo ficou contra Diolo, que foi demitido do PDCI e teve suas imunidades parlamentares suspensas pouco depois de ter fugido para a Bélgica, em março passado.

Os grupos clandestinos

Embora o escândalo tenha revelado apenas uma parte da am-

pla corrupção no governo e empresas estatais, conforme comentaram correspondentes franceses em Abidjan, ele foi suficientemente divulgado para comprometer a moralidade do partido governante e da equipe que cerca o presidente. Tudo isso passou a acontecer num período em que a crise econômica levou o governo a impor um rígido programa de austeridade, que reduziu o número de empregados públicos, aumentou os preços dos alimentos e diminuiu os salários de cerca de 50 mil trabalhadores. O número de técnicos franceses foi também reduzido, de 3 mil para apenas mil.

O agravamento da crise provocou o surgimento de grupos clandestinos que passaram a denunciar também a corrupção entre os chamados "jovens leões", um grupo de políticos de ultradireita, entre eles o ministro da Saúde, Alphonse Djédjé e o ministro da Educação, Balla Keita. Dentro do PDCI surgiram grupos dissidentes, que pressionam por uma liberalização e pelo fim da oligarquia chefiada por Boigny. Este, no entanto, insiste em manter-se como uma espécie de juiz supremo da política nacional, sem dar qualquer indicação de seus projetos futuros e sem permitir que o congresso geral

do partido, previsto para setembro, discuta abertamente o problema da sucessão.

Além da instabilidade política, aumentou a insegurança social. O índice de criminalidade em Abidjan, provocado pelo desemprego e miséria, aumentou de forma alarmante, a ponto do governo francês ter mandado em junho de 84 um grupo de policiais para proteger técnicos e diplomatas servindo na capital. A influente comunidade de negociantes libaneses contratou um verdadeiro exército particular para proteger dirigentes e propriedades. As armas de fogo passaram a ser alugadas para criminosos por até 220 dólares por assalto, em Abidjan.

A tensão deve aumentar nos próximos meses quando a luta pela sucessão presidencial atingirá o seu clímax. A imprensa oficial não faz qualquer comentário sobre o futuro de Boigny e o *Fraternité Matin* chegou a dizer que a sucessão é "um não-assunto". É impossível destacar entre os ministros um favorito, e já circulam rumores que Boigny pode até ser substituído por uma de suas três irmãs, seguindo uma velha tradição de matriarcalismo na etnia *akan*, a qual pertencem os *baoulé* da região onde nasceu o presidente. (*Carlos Castilho*) ●

As crianças do Estado do Rio de Janeiro vão receber o que por direito e dever sempre deveriam ter tido.

Mais escola, mais comida, mais assistência. Implanta-se agora o primeiro dos 300 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) com capacidade para absorver 300 mil matriculas por ano.

E o Programa Especial de Educação que passa da etapa de construção de seus prédios para a fase de formação de uma nova mulher e de um novo homem.

REFEIÇÃO COMPLETA

Não há aprendizado produtivo com fome.

Tão importante quanto o ensino é, neste projeto, a corajosa proposição centrada na alimentação de 300 mil crianças.

Crianças que, se não fosse esta iniciativa, iriam se juntar à imensa massa de analfabetos e subnutridos.

Assim, ficará garantida a educação ideal, reforçada por uma alimentação também ideal. E indispensável. Tudo sob a orientação de nutricionistas.

PROGRAMA DE DIA COMPLETO

Diariamente os alunos permanecerão na escola durante 9 horas. Receberão, além de adequada e intensiva preparação pedagógica, material didático e escolar, alimentação e assistência médico-odontológica.

Isso porque os CIEPs serão dotados de bibliotecas, área de esportes e lazer, centro médico-odontológico e um imenso refeitório, onde as crianças aprenderão a utilizar e lavar suas próprias bandejas.

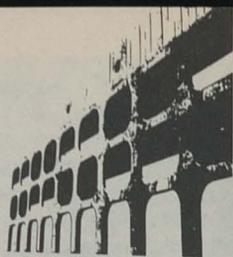
Mas o dia para os CIEPs não termina com a luz do sol. Segundo o Programa de Dia Completo, pequenas turmas de adolescentes assistirão

a cursos noturnos compactos, de alfabetização.

Hoje são 150 mil os analfabetos apenas nesta faixa etária. O que torna fundamental a presença dos CIEPs nos bairros e zonas mais carentes. Em breve esse enorme contingente de jovens vai poder receber o mínimo indispensável de ensino: ler, escrever e contar. Este é o primeiro e importante passo a ser dado na direção de um futuro digno e melhor.

ALUNOS RESIDENTES

Entre outras coisas, o Programa Especial de Educação se preocupa em suprir a ausência de pais e responsáveis, formando ambientes que reproduzam ao máximo o modelo ideal do que seja um lar. Lá, órfãos e menores com os primeiros problemas de conduta, de 7 a 14 anos - apenas 20 em cada estabelecimento -, vão fixar residência com responsáveis



especialmente selecionados para a função de atendimento social.

A ampla experiência adquirida, através de contatos com as mais qualificadas instituições dedicadas ao atendimento do menor, garante ao trabalho semelhante do CIEP a certeza de que os erros causados - sobretudo pela massificação comum em alguns internatos - aqui não ocorrerão.

VIDA COMUNITÁRIA

Para a comunidade circundante ao CIEP, está programado um projeto que visa a aproximar e desenvolver a convivência social.

Deste projeto, constam, entre outras, atividades culturais e de integração; de educação e cultura e a valorização do patrimônio cultural local.

Além disso, haverá também salas de leitura que se constituirão centros ativos de aprendizagem.

PROJETO ABRANGENTE

Este é um intenso programa que inclui a comunidade, pais, administradores, professores, profissionais da área médica e odontológica, animadores culturais, bibliotecários, merendeiras, zeladores e mais quantos sejam necessários para, através de treinamento e da experiência, ajudar a capacitar cada qual em suas tarefas específicas.

Vamos todos juntos em busca do futuro a que temos direito.

UM GOVERNO QUE FAZ ESCOLA.

O Presidente José Sarney inaugura no Catete, o primeiro Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) "PRESIDENTE TANCREDO NEVES."

Educação, Assistência e Alimentação para 300 mil crianças.

**GOVERNO
LEONEL BRIZOLA**



Plano para invadir o Uruguai

Testemunha privilegiada dos acontecimentos, o coronel Dickson Graef relata os pormenores da invasão planejada no Brasil, em 1971, para a eventualidade de uma vitória eleitoral da Frente Ampla

“Os planos para invadir o Uruguai constituíram a maior aventura política do regime militar, que poderia ter tido trágicas consequências para a nação brasileira e para os países irmãos do Cone Sul”. Esta é a conclusão do coronel Dickson M. Graef, confiada a **cadernos do terceiro mundo**, em entrevista exclusiva, depois de revelar publicamente a operação de intervenção militar brasileira concebida em 1971 para ser posta em prática caso a Frente Ampla uruguaia — coalizão de partidos de esquerda — vencesse as eleições gerais que se realizaram àquele ano no Uruguai.

O coronel Graef, testemunha privilegiada dos acontecimentos que poderiam ter colocado a região no centro de um conflito bélico de consequências impre-

visíveis, participou diretamente dos bastidores políticos e dos preparativos militares da eventual intervenção do Brasil nos assuntos internos uruguaiois.

Na sua qualidade de oficial do estado maior do quartel general da 2ª Divisão de Cavalaria e depois como comandante do 22º Grupo de Artilharia de Campanha, no âmbito do 3º Exército, com sede em Uruguaiana (na fronteira do Rio Grande do Sul), Graef foi designado no início de 1971 para realizar o primeiro estudo das diretrizes a serem seguidas pela sua divisão, visando a uma invasão do território uruguaio. Para o coronel, hoje reformado, os planos se geraram a nível do governo do general Emílio Garrastazu Médici. “Durante o seu mandato — afirmou o coronel Graef —, a repres-

são contra as esquerdas chegou ao seu apogeu, porque prevaleciam antes de tudo os conceitos da doutrina de segurança nacional, que fazia da existência de movimentos guerrilheiros nos países limítrofes do Brasil uma de suas maiores preocupações”.

“Nessa época, o Uruguai vivia momentos de perturbação. Existia uma grande liberalidade para que os partidos políticos se organizassem e atuassem, como era tradicional nesse país. As eleições previstas para o dia 28 de novembro de 1971 chegaram então em meio a um clima de expectativa. O governo do Brasil seguia com apreensão a possibilidade de que a Frente Ampla, uma coalizão de esquerda, conquistasse o poder e exportasse o terrorismo para o Brasil. A isso deve-se acrescentar a preo-

Coronel Graef:
"Não
podíamos
contar para
o plano com o
consentimento
da Argentina,
então presidida
pelo general
Lanusse, que
tinha se
comprometido
a convocar
eleições"



cupação pela posição que os numerosos exilados brasileiros residentes no Uruguai poderiam assumir, pois realizavam constantemente atos e concentrações ao longo da fronteira", declara Graef.

Qual foi a sua atitude quando teve conhecimento desse plano?

— Por respeito ao Uruguai e às tradições do meu país em assuntos internacionais, ao receber o documento com essas instruções e depois de analisá-lo extensamente, achei que era meu dever apresentar ao general João Pellegrini (chefe da 2ª Divisão de Cavalaria, subordinado ao general Breno Borges Fortes, comandante do 3.º Exército, com sede em Porto Alegre) minhas impressões sobre o que eu considerava como inconveniente em relação a uma missão dessa natureza. Eu tinha também outras reservas de natureza estritamente geopolítica e, principalmente, militar.

Por exemplo...

— Em primeiro lugar, não podíamos contar com o assenti-

mentarmos às normas ditadas pela doutrina de segurança nacional, sua participação era fundamental para a cobertura das tropas de terra e para o sucesso da operação. A marinha também não parecia saber muito mais do que isso: através de um contato que mantive com o almirante José da Silva Sá Earp, comandante do 5.º Distrito Naval com sede em Florianópolis, pude deduzir que a marinha também não estaria a par dos preparativos do 3.º Exército. Ou seja, a operação não só era um crime incrível, como também uma aventura inconcebível a partir de seu próprio planejamento.

O que aconteceu depois que o senhor fez essas observações sobre o plano?

— A operação foi planejada por ocasião da visita do general Breno e seu estado maior às guarnições da divisão a meu cargo, sem que eu participasse. O general Pellegrini tinha me afastado do planejamento das operações, as quais passaram à órbita do estado maior. Posteriormente, no entanto, me impuseram estar inteirado de certas determinações, inclusive dos reconhecimento da futura zona de ação, já que me estava destinada uma importante função no comando da brigada de cavalaria mecanizada. Isso, na verdade, foi uma distinção honrosa, dada minha posição, lealmente expressa, contrária à operação. Os princípios éticos passavam a um segundo plano: eu era um oficial superior do exército com uma missão ordenada e meu dever era preparar-me para executá-la com o máximo de eficiência de que eu era capaz. Tudo estava pronto a essa altura do mês de novembro, com as unidades prontas a se dirigirem à fronteira uruguaia. Só faltava aguardar o desenrolar dos acontecimentos políticos no Uruguai.



As unidades brasileiras estavam prontas para entrar em ação caso a Frente Ampla vencesse as eleições de 1971

O Brasil intervém internamente

O resultado das eleições no Uruguai, já no primeiro dia de apuração, mostrava a derrota da Frente Ampla. A operação foi automaticamente desativada. No entanto, o Brasil não deixou de continuar mostrando preocupação pelos acontecimentos no país vizinho. Segundo revelou Grael, o adido militar brasileiro em Montevidéu, o coronel da aeronáutica Leuzinger Marques Lima, teve uma participação decisiva no apoio logístico a organizações anticomunistas uruguaias.

“Existe um relatório de Leuzinger — comenta o coronel Grael — dirigido ao Sisa (Serviço de Informação e Segurança da Aeronáutica), que foi posteriormente enviado ao SNI (Serviço Nacional de Informações), no qual o adido militar sugeria apoiar os grupos de ultradireita que, no Uruguai, se enfrentavam com o Movimento de Libertação Nacional — Tupamaros (MLN-T). A ajuda foi canalizada fundamentalmente para a organização TFP (Tradição, Família e Propriedade), à Juventud Uru-

guaya de Piê (JUP) e a setores da polícia e das forças armadas.

“Leuzinger, com quem falei no ano passado um pouco antes de ele falecer, me confiou que tinha recebido instruções do chefe do Sisa, brigadeiro Carlos Afonso Delamora, para levar explosivos que depois foram utilizados pela polícia uruguaia para ataques contra o Partido Comunista. Soube, também, por uma versão do comandante da força aerotática com sede em Cumbica (São Paulo), brigadeiro Paulo Costa, que o 3º Exército tinha solicitado um determinado número de helicópteros para uma eventual missão no Uruguai cujos detalhes não me foram transmitidos.

“Não é provável que todas essas operações pudessem ter sido mantidas em segredo e que os serviços de informação de outros países não conhecessem, mesmo parcialmente, o que estava sendo planejado.

“De fato — diz Grael —, me consta que os militares argentinos estavam a par daqueles acontecimentos, porque anos depois assim me foi confirmado pessoal-



mente pelo general Roberto Viola (que foi presidente da República). No entanto, não sei se as forças armadas uruguaias tinham conhecimento do que o Brasil estava organizando. Penso, de toda forma, que sim: nossas fronteiras são muito abertas... Mas quem estava a par eram os norte-americanos. No meu livro (“À sombra da impunidade”) relato que o governo dos Estados Unidos acompanhava a pre-

cupação brasileira diante da perturbada situação que se vivia no Uruguai e, conseqüentemente, conhecia os preparativos brasileiros, como não podia ser de outra maneira, porque dispõem de todos os meios para isso. O então adido militar desse país, general Arthur Moura, me acompanhou a uma visita às guarnições da divisão a meu cargo e junto com o representante do estado maior do 3º Exército descesmos o rio Uruguai num barco que transportava madeira. À altura de Bella Unión, no departamento de Artigas, mostrei-lhe — e o convidei a tirar fotos — um acampamento de militantes de esquerda, integrantes da Frente Ampla e dos tupamaros.”

Como sabia que eram tupamaros? Não creio que em cima das barracas tivessem içado a bandeira com a estrela de cinco pontas..



Médici: a doutrina da “Segurança Nacional” acima de tudo

— Todo mundo sabia que eram tupamaros..

O coronel Graef, que se auto-define como “um revolucionário da primeira hora em 1964”, passou à reforma em 1979, quando, segundo afirma, se opôs a uma nova sucessão presidencial

militar na figura do general João Figueiredo. “Isso me custou o generalato”, lamenta-se. Sua preocupação em divulgar hoje os acontecimentos, em que teve participação ativa, parte de sua convicção da necessidade de identificar as responsabilidades políticas e militares que conceberam a operação. “O Brasil se expôs a enormes riscos, principalmente considerando a eventualidade de a Argentina ter podido tomar partido em favor do Uruguai. Não estávamos preparados para enfrentar o poderio bélico argentino”.

A reflexão de Graef é definitiva: “Aventuras dessa natureza não costumam terminar bem. É hora de que uma comissão parlamentar de inquérito investigue o assunto e indague a fundo. A documentação sobre a invasão se encontra nos mais altos níveis do governo e das forças armadas”. (Eduardo Varela) ●

BARRICADA

Órgão
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 12.000,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 24.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Tupamaros: uma nova etapa

A opinião de três integrantes da direção do MLN-T sobre o passado recente e as perspectivas futuras

Em 14 de março passado, em cumprimento à lei de anistia aprovada dias antes por uma ampla maioria parlamentar, recuperaram sua liberdade os últimos 47 presos políticos uruguaios. Entre eles, encontram-se seis dos dirigentes históricos do Movimento de Libertação Nacional — Tupamaros, mantidos por mais de uma década como “reféns”, em condições particularmente desumanas.

Pouco antes de sua libertação, o MLN-T formou sua nova direção, que definiu como “provisória”, integrada por Raúl Sendic, Euleterio Fernández Huidobro, Julio Marenales e Jorge Manera. Em uma carta que foi lida por um de seus companheiros de direção, Raúl Sendic, o máximo líder tupamaro, delineou as bases de um plano “elaborado por alguns e antigos lutadores presos”, chamado “Pela terra e contra a pobreza”. Na carta, Sendic destacou três pontos essenciais do plano: a) expropriação de toda a terra em poder de particulares que ultrapasse 2.500 hectares; b) expropriação de todos os bancos que mexam com a poupança dos uruguaios, e c) não pagamento da dívida externa contraída pela ditadura entre os anos 1973-1985. Na ocasião, Sendic anunciou que esse plano seria levado à apreciação da Frente Ampla, do Partido Nacional e de alguns setores do Partido Colorado



Raúl Sendic, líder máximo do MLN: plano pela terra e contra a pobreza

“que se jogaram nesta luta pelos presos, para que lhe dêem sugestões”. A carta de Sendic

terminava expressando um desejo: “Aí vamos nós e todos aqueles que quiserem nos acompanhar”.

Ao contrário do resto dos membros da direção provisória, Sendic recusou qualquer contato pessoal com a imprensa ou com organizações e dirigentes de setores políticos e sociais. “É notório que pela ferida no rosto¹, estou impossibilitado de falar em público”, afirmou a **cadernos**, contestando ao mesmo tempo as versões de que sua atitude seria motivada por divergências no interior do MLN-T: “Todas as declarações públicas da direção provisória foram firmadas por seus quatro integrantes, não dando margem a qualquer suspeita de divergências”, enfatizou.

Pela primeira vez em mais de 20 anos, os tupamaros deixaram a clandestinidade e desenvolvem atualmente uma intensa atividade pública — pautada por incessantes contatos com organizações políticas, sociais e sindicais, a nível das bases — assistem a uma permanente troca de experiências e comparam as opiniões das diferentes tendências que influem no cenário uruaio. Respirando essa dupla condição de ex-libertados vivendo na legalidade, dezenas de tupamaros — ainda com o cabelo ralo e a figura magra, que lembram o recente cativo — se reúnem diariamente em um velho casarão no Bairro Sul de Montevidéu, e começam a firmar as bases de um novo projeto político. Raúl Sendic, Euleterio Fernández e Julio Marenales sintetizaram para **cadernos** sua visão do quadro uruaio. (E.V.)

¹ Quando foi preso, Sendic recebeu uma bala que lhe atravessou o rosto e lhe arrancou parte da língua. Os militares nunca autorizaram um tratamento adequado.

A autocrítica

Sendic — “Há muitas coisas que não deverão acontecer pela segunda vez por falta de uma análise crítica do que aconteceu na primeira vez. Por ordem cronológica: um movimento popular vence as eleições no Brasil há mais de 20 anos e inicia uma série de mudanças, sem outras armas senão a sua maioria popular. Porém, em confronto com outras armas mais reais, em mãos de uma minoria militar, a experiência terminou fracassando. Na Argentina aconteceu o mesmo. Nos intervalos democráticos não surgiram governos plenamente soberanos, e sim muito condicionados pela atitude dos milita-

cratização das forças armadas, temos que levar em conta o ‘que dirão’ os comandos militares. Tem-se que fazer um balanço crítico de tudo isso, mas já poderíamos adiantar uma conclusão que enche de responsabilidade a nós, lutadores sociais: a conscientização conseguida pelos povos do Cone Sul nos últimos 20 anos está mil léguas à frente das transformações sociais produzidas no mesmo período. Neste quadro geral, já surgem responsabilidades que nos obrigam a fazer autocrítica, não só nós, como todos os movimentos populares da região.”

Fernández Huidobro — “Um dos capítulos do processo de dis-

plano da questão estritamente militar, cometemos um erro monumental: o crescimento torrencial da organização (que iniciou a luta a partir de um pequeno núcleo de companheiros) não pôde, a certa altura, ser controlado. Chegou um momento em que, inclusive, já nem tínhamos interesse nem capacidade dentro da organização para incorporar todo esse crescimento.”

Marenales — “Nos faltava uma estratégia de crescimento. Tínhamos que passar — falo em meu próprio nome — à estratégia da tomada do poder. Não era muita pretensão: era o que cabia naquele momento. Potencialmente, havia elementos que nos permitiam encarar isso como algo possível e nos teria habilitado a regularizar o ingresso de militantes na organização. Cheguei à conclusão de que para essa concepção da tomada do poder, íamos precisar de muita gente. Veio o ‘imediatismo’ e nos arruinou. E agora pode acontecer o mesmo. Toda essa pressão popular pode fazer com que erremos o caminho. Não devemos nos deixar levar por ela.”

O MLN e a Frente Ampla

Sendic — “Por enquanto somos um movimento de luta pelo plano ‘Pela terra e contra a pobreza’. Como instrumento para o colocarmos em prática, vemos a necessidade de uma frente mais ampla que a Frente Ampla atual, porque cremos que existam condições para isso. Nós, os tupamaros, fomos cofundadores da Frente Ampla, temos a maioria de nossa militância ali e não pensamos em retirá-la. Acho que isso não é conflitante com a busca de uma coalizão mais ampla, à qual chamaremos de Frente Grande.”

Fernández Huidobro — “Nós, os tupamaros, não somos nem um pouco alheios à Frente Am-



Fernández Huidobro e Marenales: a autocrítica da nova direção do MLN-T

res. As suas limitações ficavam claras sobretudo no que diz respeito à adoção de medidas que implicassem mudanças radicais em favor do povo.

“No Uruguai e no Chile ocorreram grandes avanços da esquerda nas eleições do princípio da década de 70, que foram contrabalançados por golpes militares. Os atuais governos da Argentina, Uruguai e Brasil mostram claramente esse condicionamento: antes de adotar medidas de fundo ou que conduzem a uma demo-

cussão interna que iniciamos agora nesta etapa é justamente o da autocrítica e da crítica do passado. Creio que houve, no fundo, um problema de caráter ideológico, uma debilidade ideológica. O MLN enfrentou esse problema a determinada etapa de seu desenvolvimento e tinha que ter feito um trabalho de discussão interna que lhe desse a solidez ideológica de que estava precisando. Omitimos isso, e essa omissão foi um dos nossos principais erros. E depois, no

pla: impulsionamos seu crescimento, inclusive antes de ter nascido formalmente. A Frente Ampla também foi possível pelo sangue e pelo sacrifício desses mesmos rapazes da Penitenciária de Libertad: sem esse sacrifício, essa dor e essa luta, a Frente Ampla não teria sido possível. A Frente Ampla herdou também uma parte da luta do MLN. Nós, como organização, nunca estivemos na Frente Ampla por motivos que toda a esquerda compreendia e compreende.”

Marenales — “Atualmente, a relação com a Frente Ampla é um problema, como é um problema a relação com ‘os 26’² que existem. Vamos conversar com a Frente Ampla e com os ‘26’ e veremos o que eles pensam de nós. Então vamos poder ajustar as nossas idéias e tirar alguma conclusão que ajude a nos situar. Não podemos desconhecer todos aqueles que têm uma íntima relação conosco.”

A luta armada e a luta política

Sindic — “Nossa luta armada teve características bem peculiares já que não foram poupados esforços para se reduzir ao mínimo o derramamento de sangue. Assim, por exemplo, aconteceram quatro fugas maciças das principais penitenciárias de Montevideú (duas em Punta Carretas e duas na prisão de mulheres) e a tomada do quartel de Marina sem derramar uma só gota de sangue. No entanto, em 1974 já há vários anos funcionavam a tortura e os ‘esquadrões da morte’ e se tinham agravado os confrontos sangrentos. O inimigo somente nos imputou 46 mortes em 20 anos e muitas delas não foram cometidas por nós.

² Vários grupos disputam a denominação do movimento “26 de Março”, originalmente uma organização integrada à Frente Ampla e, em certa medida, próxima aos princípios do MLN-T.



14 de março: os últimos presos políticos reencontram seus familiares

Se compararmos com as várias centenas de mortos em mãos dos militares, muitas delas por meio de torturas, se compreenderá que aquela cifra é mínima. Isso, sem deixar de considerar que foi uma espécie de auto-defesa do povo frente à casta militar que está travando o processo histórico nesta parte do continente.”

Fernández Huidobro — “Nosso papel foi conscientizador, criador de consciência. Através de nossas ações, conduta e exemplos, contribuimos para acelerar a criação das condições subjetivas do processo revolucionário. Aceleramos um avanço da classe operária e dos setores explorados, e também da classe média, que através da nossa ação teve uma compreensão maior da necessidade da revolução e tomou

consciência dos problemas do país.

“Este é um Uruguai diferente não só do de 1972 como do de 1962, quando começou a nossa luta. Temos de repensar tudo de novo porque os problemas que agora enfrentamos são de outra natureza. Vamos trabalhar fundamentalmente no terreno político e em particular no terreno das massas.

“Podemos tratar o problema da luta armada como uma questão teórica: nenhum povo deve renunciar ao uso da violência e da luta armada para se defender. Mas, agora, há uma realidade que salta aos olhos: foi o povo quem nos tirou da prisão. É o povo e as condições do país, neste momento, não colocam a necessidade de levar adiante uma política com armas.” (Carlos Núñez e Eduardo Varela) ●

Mais que um disco, a realização
de um desejo



“Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática.”

Radamés Gnattali

No disco: *Carinhoso* — Pixinguinha/João de Barro, *Ponteio* — Edu Lobo/Capinam, *Corcovado* — Tom Jobim, *Cochicho* — Pixinguinha, *Preciso Aprender a Ser Só* — Marcos/Paulo Sergio Valle, *Manhã de Carnaval* — Luiz Bonfá/Antonio Maria, *Chovendo na Roseira* — Tom Jobim, *Do Lago à Cachoeira* — Sergio Ricardo e *Nova Ilusão* — José Menezes/Luiz Bittencourt.

Realização: Discos Terceiro Mundo — Libertas — F. Mario Produções Artísticas

Pedidos: Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória, 122 — grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — Cep 20241 — Tel.: 242-1957

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber disco(s) de Radamés Gnattali. (Cr\$ 25.000, cada). Estou efetuando meu pedido por:

- () Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
() Reembolso Postal (neste caso o porte será pago pelo destinatário).

Data: / /

comprador

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Cep.:

Profissão:

Economia em fase crítica

A renegociação da dívida é vital para impedir o colapso do país mais pobre da América Central

Com uma dívida externa global de três bilhões de dólares, um índice de inflação de 6,9% em 1984 e uma taxa de desemprego de 25%, Honduras enfrenta uma severa crise econômica e se apressa em renegociar o vencimento de 227 milhões de dólares que deve a 41 bancos estrangeiros, os quais devem ser pagos em 1985.

Apesar de ter se tornado o mais firme aliado político e militar dos Estados Unidos na região, as relações de Honduras com os bancos internacionais controlados por Washington estão bastante deterioradas.

O último convênio firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) data de dezembro de 1983 e, de acordo com fontes de ambas as partes, Honduras não aplicou as sugestões desse organismo. O presidente do Banco Central hondurenho, Gonzalo Carías, disse em meados de janeiro passado que este ano não se assinará nenhum acordo com o FMI e reconheceu que as relações de seu governo com a entidade internacional são "frias".

Contudo, segundo o diretor para Tegucigalpa da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), Honduras receberá 72 milhões de dólares dos Estados Unidos no quadro da "Iniciativa para a Bacia do Caribe"¹. Fontes extra-oficiais assinalaram que a AID pressio-

na o governo de Roberto Suazo Córdova para que, em troca de ajuda, autorize a criação de um mercado paralelo de divisas. Até o momento, o regime resistiu a todas as pressões exercidas, que também provêm da iniciativa privada. (A moeda hondurenha é o *lempira* e a cotação oficial é de dois *lempiras* por dólar norte-americano.)

Concessões à Standard Fruit

Em finais de outubro do ano passado, a AID concedeu um empréstimo de nove milhões e 500 mil dólares a Honduras, sob a condição de que se promulgassem leis para fomentar o investimento norte-americano. Este fato provocou críticas contra o governo por parte de setores políticos, tanto de direita como de esquerda.

A atitude do governo frente à transnacional *Standard Fruit Company* também foi alvo de fortes críticas. A 16 de janeiro último, o regime decidiu conceder à companhia a suspensão do pagamento de impostos durante o primeiro semestre de 1985, em troca de que esta entregue ao país as divisas obtidas pela exportação de bananas e cítricos.

¹ Programa do governo Reagan para o desenvolvimento econômico da região.

Um porta-voz da empresa assegurou que não haveria tal restituição de divisas e explicou que a suspensão do pagamento de impostos se devia ao fato de que a companhia sofre uma situação de falta de liquidez. Durante 1984, segundo fontes governamentais, Honduras teve um volume de vendas de bananas superior a 200 milhões de dólares.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em 1983 o produto total das exportações hondurenhas foi de 690 milhões de dólares (frente a 677 no ano anterior e 784 em 1981). Dessa quantia, 222 milhões corresponderam à venda de bananas, 150 de café, 28 de carne e 134 de outros produtos.

Com um nível de reservas monetárias internacionais líquidas de 112 milhões de dólares e um déficit na conta corrente do balanço de pagamentos de 209 milhões, segundo a mesma fonte, a taxa estimada de crescimento do Produto Interno Bruto de Honduras foi de -0,3% em 1983 e de 1% em 1984.

A curto prazo as balanças comercial e de conta corrente se deteriorarão, pois o aumento nas exportações não compensará o estímulo às importações, conforme afirma o semanário *Infopress Centroamericana*. Contudo, Honduras poderia experimentar uma tendência para "uma recuperação econômica paulatina".

A eventual recuperação dependerá dos resultados que os militares hondurenhos obtenham em suas exigências de maior apoio financeiro por parte de Washington. Mas também será determinante a conjuntura regional. Uma guerra generalizada praticamente pulverizaria as economias do istmo. (*Horacio Castellanos Moya*) ●

O avanço da esquerda, um legado de Velasco

Dois dirigentes do Partido Socialista Revolucionário, que integra a Esquerda Unida, analisam o recente resultado eleitoral e as perspectivas futuras

As eleições de 15 de março passado, no Peru, marcaram uma substancial mudança na relação de forças políticas nesse país.

De cada dez peruanos, sete se inclinaram, em definitivo, para os posicionamentos progressistas e de esquerda que expressam tanto o Apra de Alan García (49% dos votos) como a Esquerda Unida (IU) de Alfonso Barrantes (22%). Ao mesmo tempo, a direita sofreu um retrocesso histórico, que no caso do próprio partido governante (Ação Popular, com só 5% do eleitorado) pode significar, inclusive,

sua perda do registro eleitoral.

A importância desse fenômeno político é analisada para **cadernos do terceiro mundo** sob a perspectiva da esquerda, por dois protagonistas que, a partir de 1968, com a chegada de Velasco Alvarado ao poder, começaram a percorrer o mesmo caminho partindo de pontos diferentes: o general Leonidas Rodríguez (hoje na reserva), presidente do Partido Socialista Revolucionário, e o jornalista e sociólogo Rafael Roncagliolo, também do PSR.

Leonidas Rodríguez desempenhou um importante papel no período revolucionário iniciado

por Velasco Alvarado: foi um dos redatores do "Plano Inca" — o programa de governo —, comandante da Região Militar de Lima e diretor geral do Sinamos (Sistema Nacional de Mobilização Social), organismo criado para incentivar e promover a participação popular, na ação comunitária e do governo. Rafael Roncagliolo foi presidente da Federação de Jornalistas do Peru e diretor do jornal *Expreso*, sendo atualmente diretor do Centro de Estudos sobre Cultura Transnacional.

Ambos foram fundadores do PSR e o general Rodríguez foi eleito por esse partido para integrar a Assembléia Constituinte que redigiu a atual Carta Magna peruana.

O quadro eleitoral e os resultados

Rodríguez — À medida que a campanha ia se desenvolvendo, ocorreu uma evidente polarização, tanto por parte das massas

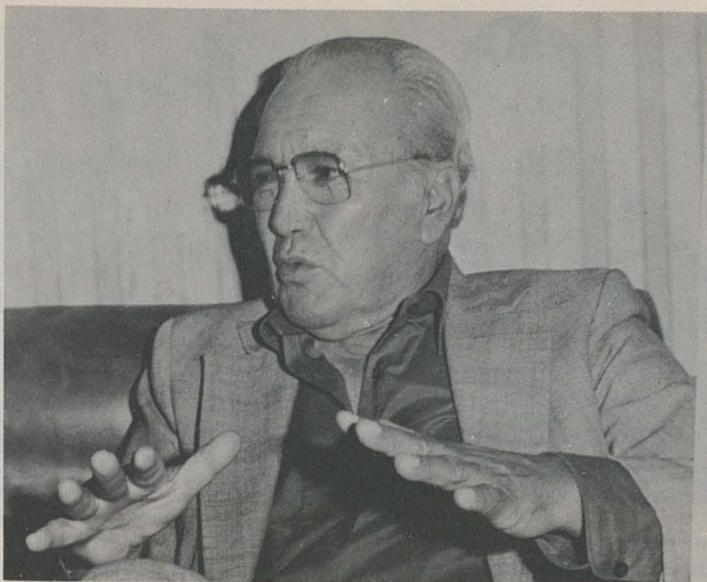


O general Rodríguez (na foto, no palanque, à esquerda) participa de uma concentração popular em Cuzco

como das lideranças. Por um lado, a esquerda reunida em torno da IU (Esquerda Unida) e do Apra, e por outro, a direita, cuja expressão é dada pelo Partido Popular Cristão e pela Ação Popular. As coincidências nos posicionamentos de Barrantes e Alan García fizeram com que a campanha se desenrolasse num clima de grande respeito mútuo. Isso era consequência de posições críticas comuns em relação à direita, que havia governado durante cinco anos, e diante do fracasso econômico e do desastre político e social que o PPC e a AP deixaram como herança para o país.

As coincidências de programas e planos de governo pareciam então muito óbvias, e se viram refletidas no resultado eleitoral, que não foi nenhuma surpresa para ninguém: as pesquisas de opinião prévias já davam sinais do esmagador apoio popular às soluções progressistas e de esquerda. Mas o que mais surpreendeu foi o resultado obtido por Morales Bermúdez, cuja Frente Democrática não conseguiu atrair nem sequer 5% do eleitorado, apesar do gigantesco investimento em termos de publicidade. O povo o condenou definitivamente pelas suas traições à revolução de Velasco Alvarado.

Roncagliolo — Com as eleições ocorreu um encontro, longamente adiado, entre a sociedade política e a sociedade civil. Esta é a grande diferença em relação às eleições de 1980. Naquela época, o antimilitarismo e o carisma de Belaúnde Terry dessocializaram, vamos dizer assim, a política. Naquela ocasião, o voto foi dado menos por questões ligadas aos interesses concretos e à vida cotidiana. Desta vez, em compensação, o voto esteve mais relacionado com a fome e os protestos populares. Por isso, o primeiro dado revelador é a notável



Leonidas Rodríguez: "O povo condenou Morales Bermúdez (à direita) pela sua traição a Velasco"

diminuição da abstenção, do voto nulo e do voto em branco. O povo se expressou e sabe e sente que fez uma escolha. O país político descansa e corre agora pelo leito do país social, que é a sua vertente natural e a única transitável em democracia e liberdade. Daí que a sensação prevaletente seja a de segurança. Segurança diante de tudo, apesar da crise, apesar da fome, apesar do Sendero Luminoso. Presenciamos a concretização dos esforços realizados durante 60 anos para incorporar as massas à política. Não foi por acaso que os dois candidatos com maior número de votos tenham utilizado os mesmos adjetivos para caracterizar seus respectivos projetos: "nacional, democrático, popular".

Apra-IU: coincidências e divergências

Rodríguez — Historicamente, tem existido no Apra um anticomunismo e, na esquerda, um antiaprismo do mesmo calibre. As coincidências não vêm do ponto



de vista ideológico: a posição de Haya de la Torre foi, nesse sentido, diametralmente contrária à de Mariátegui. Essas coincidências nascem da solução proposta pelo Apra e pela IU para os problemas atuais. Por exemplo, há posicionamentos parecidos quanto a temas como o capital estrangeiro, a dívida externa, a prioridade para o campo e a indústria no desenvolvimento do país. Coincidimos também na necessidade de governar pensando nos setores mais humildes da população. Neste momento,



Mariátegui

eu diria que há condições de nos sentarmos para conversar sobre um plano de emergência e de colocá-lo em prática.

Roncagliolo — O Apra e a IU têm em comum o muito que Haya de la Torre e Mariátegui tiveram em comum. E discordam no que também discordaram seus mentores iniciais. Esse fato óbvio implica que as seis décadas (quatro gerações) de árduas tentativas em cristalizar esses pontos de vista comuns, sem menosprezar as diferenças, se concretizaram agora. Porque, o que há em comum se fortalece no terreno nacional, democrático e popular.

A maneira eficaz de resgatar Haya e Mariátegui — como diz Carlos Franco — seria superando-os, encarando-os como interlocutores e não como modelos. Sem ter a fertilidade intelectual de Haya de la Torre, o presidente eleito Alan García, pode superá-lo no campo da promoção de acordos e consensos e no âmbito da convocação das massas.

O novo governo pode ser o último do longo ciclo de lutas entre a insurreição democrático-popular e a dominação monopólica oligárquico-burguesa. O Apra deveria representar a melhor versão de um reformismo moderno



Haya de la Torre

e de massas, capaz de arrastar atrás de si a direita, que não tem um poder de convocação próprio. E a esquerda deverá ser capaz de convencer os pobres de que o caminho viável é o seu, e não o do Sendero Luminoso.

A herança de Velasco Alvarado

Rodríguez — Há dez anos do golpe que derrubou o general Velasco, de alguma maneira sua herança está presente nas colocações do Apra e da Esquerda Unida. Alan García fez da reforma agrária e da questão da terra, um pouco, o eixo de sua campanha eleitoral, inclusive com referências concretas de que aprofundará a reforma agrária promovida pela revolução de 1968. O legado de Velasco, que não foi possível resgatar imediatamente, aparece com vigor uma década depois. As forças populares e de esquerda cresceram enormemente como consequência do processo revolucionário.

Não devemos esquecer que nas últimas eleições antes da revolução velasquista, a esquerda não havia conseguido, em seu conjunto, 5% dos votos. E, a partir daquela data, passa a manter um índice constante de 30%, não só devido às reformas implementadas, como também por-

que houve condições de se realizarem muitas discussões ideológicas, estimuladas pelo Estado. Essa enorme maioria de esquerda e de setores progressistas que hoje ocupa o cenário político do Peru é produto da revolução de Velasco.

A esquerda e o governo do Apra

Rodríguez — É difícil dar um voto definitivo de confiança ao Apra, pois teve muitas vacilações no passado. O Apra foi um partido político sectário que agora parece ter mudado, mas continuam em sua direção todos os mesmos líderes do passado. As mudanças não serão tão completas nem rápidas como o país precisa, mas confio em algumas lideranças renovadoras dentro do Apra que manifestaram vontade de atuar em conjunto com a Esquerda Unida.

A esquerda deverá ser a oposição vigilante, mas, quando existirem propostas por parte do Apra que consideremos importantes para a solução dos problemas peruanos, nós as apoiaremos.



General Velasco Alvarado

Não acredito que a colaboração ocorra através de uma participação em cargos governamentais. No Peru, é muito difícil fazer um pacto social, porque essa colocação não é bem-vista



A revolução de 1968 fez a reforma agrária e entregou os grandes jornais aos setores sociais organizados

pelos setores populares. Penso, isso sim, que a colaboração poderá ser expressa a nível parlamentar.

Roncagliolo — A mudança que presenciamos, que esse país bipolarizado entre o Apra e a IU nos entrega, é só a forma pela qual as oposições sociais se articulam nesse dado momento. Daqui para a frente, muitas coisas podem acontecer. O que se deve traçar são estratégias e não prognósticos.

A renúncia de Barrantes (ao segundo turno da eleição, previsto na Constituição) abriu um espaço civil substancialmente diferente e instaurou entre governo e oposição algumas regras de jogo, estas sim democráticas, que levaram o país a uma situação oposta à do período anterior. Inaugura-se um novo tempo, com novos protagonistas individuais e sociais. Alguém pode pensar que se inicia o período do Apra, mas talvez o que esteja começando, na verdade, seja o auge da esquerda como maioria nacional indiscutível, e agora sim, com a renúncia de Barrantes, como a condutora intelectual e moral da Nação. Em suas mãos estarão a possibilidade e a promessa.

O futuro da esquerda

Rodríguez — Oxalá o Apra possa fazer um bom governo. Pelo Peru. Mas penso que a situação que o país vive irá desgastar novamente o Apra. Porque, além do mais, não tem figuras para substituir Alan García e é bom lembrar que no nosso país não é permitida a reeleição presidencial. Essa será a dupla oportunidade da Esquerda Unida. A posição do PSR dentro da IU é a mesma que sempre o caracterizou. Servimos de ponte para a unificação da esquerda e nos empenharemos para que essa unidade continue sob a direção de Alfonso Barrantes, que, na minha opinião, é o melhor líder de que a IU dispõe.

Ao mesmo tempo que consolidamos a unidade, devemos dar à esquerda uma maior organicidade e uma estratégia que permita enfrentar as eleições de 1990 em melhores condições. Se a esquerda se mantém unida e faz uma boa gestão nos municípios onde está governando, no futuro será a força que deterá o poder no Peru.

Roncagliolo — A derrota da direita não pode ser vista como uma fatalidade da história, e sim

como uma consequência da eficiência da esquerda. Se, na esquerda, voltarem a se impor as antigas e pequenas rixas, simplesmente ela se partirá em mil pedaços e cada grupo voltará aos seus 3%. Essa terrível competição sobre quem ganhava a maioria das preferências populares, essas contas de “eu tenho cinco parlamentares e fulano só tem três”, podem sem dúvida nos fazer retroceder ao tempo das eleições de 1980. Aí, não só a esquerda explodirá, como também o Sendero Luminoso terá provado que a expressão utilizada por Marx em 1848 estava corretamente aplicada: fomos uns “cretinos-parlamentares”.

A verdadeira contradição no seio da esquerda não se dá entre reformistas e revolucionários, nem entre marxistas e não-marxistas, nem entre ortodoxos e heterodoxos. Ela se dá entre a tradição centrífuga e o recente impulso centrípeto. Do predomínio dessa força somatória sobre os velhos hábitos da divisão e subtração (as contas aritméticas a que me referi), depende o futuro dessa força política, que foi capaz de apresentar uma oposição e até a criação de um *shadow cabinet*, como comitê assessor de seu presidente. (Eduardo Varela)

O clero se rebela contra a ditadura

Depois de ter ficado omissa ou cúmplice do regime ditatorial de Duvalier, a igreja assume a defesa dos direitos humanos

A situação atual do povo haitiano é tão difícil que a classe dominante já não pode legitimar moralmente o sistema. A crise econômica faz crescer a miséria e na mesma medida em que aumentam as reivindicações populares, aumenta a repressão. A miséria extrema e a repressão violenta geraram críticas crescentes e repúdio ao estado duvalierista. É nesse contexto que surge a Igreja Haitiana dos Pobres, que questiona a ordem de Duvalier, a partir da perspectiva religiosa.

Através de manobras político-religiosas, François "Papa Doc"

Duvalier conseguiu em 1966 um acordo, assinado entre a Santa Sé e o Haiti, que criou as condições para a integração e submissão da igreja ao sistema político. A ditadura exigiu que a igreja legitimasse incondicionalmente o Estado. Duvalier propiciou o estabelecimento de um clero negro e a nomeação de bispos negros, em uma suposta defesa da "negritude".

Na mesma época, nos anos do Concílio Vaticano 2º, uma das idéias dominantes na igreja era que a missão evangélica tinha que inserir-se na cultura local e por essa razão, o Vaticano apoiou

os planos de Duvalier. Todos os nomeados eram bispos duvalieristas ou bispos "agradecidos" a Duvalier, o qual utilizou os poderes reconhecidos pelo Acordo para colocar sacerdotes simpatizantes de seu governo em postos de responsabilidade das dioceses.

Nesse período, de 1966 a 1980, a hierarquia católica e muitos sacerdotes apoiaram e colaboraram com o regime. Para completar a submissão incondicional da igreja ao Estado, Duvalier expulsou, no final dos anos 60, uma parte significativa do clero haitiano, na sua maioria composta por intelectuais críticos e progressistas.

Transformação no papel da igreja

A partir de 1980 começa uma nova era para a igreja do Haiti. A 24 de outubro desse ano, depois de uma onda de prisões arbitrárias, a Conferência Haitiana de Religiosos (CHR), porta-voz de 1 milhão 500 mil religiosos e religiosas do país, em um comunicado de imprensa se solidarizou com os sofrimentos do povo haitiano e criticou o sistema, exigindo justiça e uma vida digna para o povo. Pouco depois, a 5 de dezembro de 1980, a CHR protestou contra a prisão e a expulsão de uma grande quantidade de ativistas haitianos defensores dos direitos humanos. Iniciava-se o período que marca o fim do apoio incondicional da hierarquia católica à ditadura duvalierista. Nesse mesmo ano, a Conferência Episcopal Haitiana enviou uma "mensagem ao povo" por ocasião do Natal, na qual se destacava a adesão a uma das idéias centrais do documento final da Conferência do Episcopado Latino-Americano, reunido em Puebla em 1979, que era a opção preferencial pelos po-

Jean Claude Duvalier: seguindo os passos de "Papa Doc" na repressão contra a igreja comprometida



G. Uzan/Gamma



A igreja haitiana afirmou que a situação no país se caracteriza "pela fome, medo e desemprego"

bres. Na mesma linha da mensagem dos bispos reunidos em Medellín em 1968, os bispos haitianos qualificavam a situação de injustiça social no Haiti como uma "situação de pecado".

Em novembro de 1981, o Boletim da CHR publicou um longo dossiê, "subversivo" segundo a ótica duvalierista, intitulado *28 de novembro de 1980 - 28 de novembro de 1981. Um ano depois*. No dossiê se afirma que o país tem somente duas opções: ou fica nas mãos "de uma minoria que detém todos os poderes, todos os direitos e todos os bens" ou se torna de todo o povo, "distribuindo com equidade e justiça os recursos que ele mesmo gere".

Sacerdotes torturados

Em 1982 a Conferência Haitiana de Religiosos (CHR) publicou um novo documento dentro da mesma linha do dossiê de 1981. Entre 2 e 6 de dezembro de 1982, realizou-se o "Simpósio pelo Congresso Eucarístico e Mariano", de importância transcen-

dental para a Igreja Haitiana dos Pobres. Todos os níveis da igreja estiveram presentes: bispos, delegados das sete dioceses do país, sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos. A mensagem do simpósio convoca a "se comprometer com o presente do Haiti", que está caracterizado pela "divisão, a injustiça, a miséria, a fome, o medo, o desemprego, a falta de terra para o camponês, a divisão das famílias e as deficiências do sistema educativo". A mensagem do simpósio foi lida em todas as catedrais do Haiti a 8 de dezembro de 1982 e foi recebida com entusiasmo pelo povo.

A 28 de dezembro de 1982 Gérard Duclairville, um leigo comprometido com as comunidades de base, foi detido, preso e torturado. Milhares de cartas de protesto chegaram de todas as dioceses, das comunidades cristãs. A 27 de janeiro de 1983 os bispos e os diretores da CHR assinaram uma carta — lida em todas as igrejas e capelas — que exigia a libertação de Duclairville. Nela se pede a Deus que "liberte

nossos corações da escravidão do dinheiro, do egoísmo e do poder... para que o Haiti volte a ser livre e independente de toda forma de dominação externa e guia no caminho da verdade, do amor e da liberdade". A 9 de fevereiro de 1983 foi convocado um "dia de oração e sacrifício" em todo o país para obter a libertação de Duclairville. Pouco depois ele foi solto.

A visita do papa

Em março de 1983, o papa João Paulo 2º chegou ao Haiti e enfatizou a necessidade de uma mudança das estruturas qualificadas de injustas. E felicitou a "todos os que trabalham para isso, aos que defendem os direitos dos pobres".

Isto contribuiu significativamente para criar o espaço ideológico fundamental para o surgimento de uma mudança na atitude da hierarquia eclesial haitiana. Durante essa visita, aconteceu outro fato relevante: Jean-Claude Duvalier abriu mão

do privilégio de apresentar e aprovar os candidatos ao bispado.

Um mês depois, em abril de 1983, a Conferência Episcopal emitiu a "Declaração sobre os fundamentos da intervenção da igreja no plano social e político". Nela, os bispos haitianos condenam "toda forma de atentado contra a eminente dignidade do homem e da mulher; toda forma de espoliação ilegal do campesinato ou do cidadão urbano; toda forma de exploração dos assalariados e das empregadas domésticas; toda forma de violação da justiça; toda forma de tortura ou de opressão física e moral; toda prisão arbitrária e sem mandado e as detenções ilegais sem processos judiciais".

De 4 a 8 de abril de 1983, a CHR realizou sua Primeira Assembleia Plenária e no final publicou uma declaração onde se denunciava a possível presença de uma base naval norte-americana no porto de San Nicolás e o tráfico de haitianos na República Dominicana. Na mesma assembleia, a CHR elaborou seu plano de ação. Decidiu-se formar diferentes comissões, cujo eixo fundamental seria o trabalho visando criar um novo modelo de sociedade, que faria justiça aos pobres. Também se decidiu trabalhar por um novo modelo de igreja, por uma sociedade mais justa e onde haja maior respeito pela dignidade humana e por um novo modelo de vida religiosa, mais comprometido com a população pobre.

O fim de uma etapa

Com esses antecedentes, os bispos publicaram a 8 de dezembro de 1983 uma "Carta da igreja do Haiti em favor da promoção da dignidade humana". As exigências em favor do camponês, a reivindicação de um controle dos lucros e das exportações das transnacionais para evitar a dominação do capital es-

trangeiro, a defesa dos direitos dos trabalhadores, marcam o fim da legitimação incondicional do estado duvalierista por parte da hierarquia católica.

Depois da divulgação da Carta, são anunciados alguns projetos da igreja católica no sentido de elevar o nível de vida do povo: alfabetização, cooperativismo, criação de uma universidade católica e de comitês de defesa e de promoção dos direitos humanos, organização de comunidades eclesiais de base. "Os escravos de hoje — afirmam os bispos — são os camponeses sem terra, abandonados, isolados, sem capacitação, sem água, sem assistência médica; os homens sem trabalho e não respeitados; as mulheres exploradas e humilhadas; as famílias vítimas de chantagem; os jovens sem futuro e iniciados na prática da traição e da denúncia; os proletários de nossas cidades; operários, pequenos artesãos, pequenos comerciantes, professores e empregados subalternos de nossas cidades e campos; os habitantes dos bairros periféricos; os que foram obrigados a emigrar ou exilar-se e que são perseguidos pelos serviços de imigração ou que são objeto de menosprezo ou de ódio na maior parte dos países estrangeiros. Eles esperam encontrar lá o que não podem encontrar em seu país. A nível cultural, social, econômico e político, chegamos — como no tempo da colônia — a duas sociedades, onde uma minoria exerce todos os direitos às custas da maioria, reduzida ao silêncio, dominada, explorada, vivendo para criar e perpetuar o bem-estar e a comodidade da primeira".

O ano de 1983 foi muito rico em atividades eclesiais feitas em conjunto com organizações populares, e, em 1984, o encontro da igreja com as camadas pobres, a nível do trabalho concreto, foi aprofundado. A 9 de setembro de 1984, todos os sacerdotes da região de Savanette emitiram

uma carta denunciando problemas concretos que afetam a população pobre e exigindo uma solução.

A repressão contra a igreja aumentou. Os bispos e os religiosos planejavam uma campanha nacional de alfabetização que beneficiaria mais de três milhões de haitianos (mais da metade da população). O governo de Jean-Claude Duvalier a proibiu e propôs a formação de uma comissão mista, com representantes da igreja e do Estado, para estudar a questão da alfabetização. O objetivo era claro: cooptar, vigiar, controlar e reprimir os projetos da igreja.

Mais de dois mil leigos publicaram uma carta aberta denunciando atos repressivos contra a igreja nos meses de maio e junho de 1984. Denunciaram a detenção ilegal de vários sacerdotes, acusados de criticar o governo, e as ameaças a outros tantos mais, que estão comprometidos com os pobres.

Em novembro de 1984, houve uma nova onda repressiva contra dirigentes sociais e camponeses. Mais de 60 pessoas foram detidas ilegalmente, incluindo Gérard Duclairville. Vários sacerdotes se encontram sob vigilância permanente.

A repressão duvalierista continua. Mas a ditadura já não pode destruir o movimento da igreja comprometida, que tem total legitimidade junto à hierarquia católica haitiana e fortes raízes na massa popular. Essa tomada de consciência dos religiosos não é fruto do trabalho de nenhum líder. Desenvolveu-se como consciência coletiva e expandiu-se. O regime quer destruir as lideranças do movimento, mas descobre que não há um ou alguns líderes, mas sim milhares, que se rebelam movidos pelo mesmo ideal de que "haverá um dia em que, ao erguer os olhos, todos veremos uma nova terra que viva em liberdade". (Armando Lampe) ●

Cai o prestígio do governo

As medidas econômicas determinaram o aumento da mobilização popular e o presidente Blanco responde com maior repressão

Quando o governo social-democrata de Salvador Jorge Blanco ordenou um cerco militar à residência de Juan Bosch — medida que Joaquín Balaguer não chegou a tomar durante seus doze anos de governo repressivo — já se haviam feito cerca de mil detenções em diferentes bairros e localidades de todo o país, desde que, a 24 de janeiro, começaram a se realizar grandes manifestações contra as medidas econômicas anunciadas um dia antes pelo presidente da República. O cerco militar teve que ser levantado rapidamente pelo protesto generalizado que se produziu de imediato. Contudo, as detenções em massa continuaram até o dia 11 de fevereiro, quando a jornada de protestos culminou com uma paralisação de 24 horas.

Em abril de 1984, também haviam ocorrido grandes mobilizações populares quando se anunciaram medidas recessivas. O saldo foi de mais de cem mortes.

Naquela ocasião, com o objetivo de esvaziar os protestos populares, o presidente Jorge Blanco anunciou com destaque, em um discurso pronunciado em meio à crise, várias medidas de assistência social (seguro médico, planos de moradia, programas de venda a preço popular de medi-



O presidente Salvador Jorge Blanco

camentos e alimentos, aumentos salariais etc.).

Durante os dois dias posteriores ao discurso só ocorreram algumas pequenas e isoladas manifestações de protesto, o que fez com que Jorge Blanco considerasse que havia se saído bem da situação. As mobilizações violentas anunciadas pela esquerda não aconteceram.

Contudo, o governo do PRD estava longe de suspeitar que um ano depois teria que enfrentar um novo tipo de protesto popular (paralisações escalonadas, para as quais não estava preparado), contra o qual as tropas contra-insurrecionais sediadas na capital e nas principais cidades do país eram inoperantes.

Paralisações parciais

Depois de manifestações de protesto isoladas (assaltos a postos estatais de venda de alimentos, incêndio de veículos e explosões de bombas de fabricação caseira), entre 28 de janeiro e 10 de fevereiro — um dia antes de se realizar a greve nacional — produziram-se mais de 100 paralisações parciais em todo o país. As primeiras tiveram como cenário as zonas periféricas da capital, mas imediatamente se estenderam a outras províncias, sobretudo do norte e do sul.

A cada dia, através de panfletos e outros meios semelhantes, os Comitês de Luta Popular (CLP) provocavam a paralisação em um certo número de bairros ou localidades onde, sem recorrer à violência, eram interrompidas as atividades comerciais, escolares, de transporte, etc. A eficácia desse novo método de luta foi percebida de imediato tanto por seus organizadores, os CLP, como pelo próprio governo.

As convocações dos CLP conseguiram que em um só dia ficassem paralisados mais de 40 bairros em diferentes províncias do país, enquanto se coordenava a realização de uma greve geral. O governo, temeroso das implicações políticas das mobilizações, iniciou uma forte campanha publicitária em todos os meios de comunicação, para chamar à reflexão e tentar desacreditar as paralisações escalonadas. Foram publicados comunicados e pronunciamentos de diferentes organizações patronais ou vinculadas ao oficialismo repudiando a paralisação e apoiando o governo.

Mas as paralisações escalonadas continuaram e se criaram as condições para uma greve nacional. Alguns setores empresariais

começaram a temer o rumo que os acontecimentos estavam tomando. A imprensa, que em sua quase totalidade havia declarado que os protestos populares pacíficos eram prova das liberdades que o regime democrático do PRD oferecia, mudou o seu discurso e começou a publicar editoriais censurando as paralisações. Foi denunciada a suposta existência de uma trama política para desestabilizar o governo, assinalando-se que por detrás dos CLP se escondiam "interesses econômicos inconcessíveis".

Como último recurso, três dias antes de iniciar-se a paralisação nacional, o presidente Jorge Blanco prometeu rever as medidas econômicas e baratear os preços de alguns produtos alimentícios de consumo popular.

Contudo, a desmobilização não foi conseguida. No dia 19 de fevereiro, o Comitê Pró-Coordenadoria Nacional de Organizações Populares, integrado por mais de 50 entidades (32 das quais são CLP), divulgou um comunicado na imprensa local, onde se convocava formalmente à greve geral de 24 horas e se expunham, em vários pontos, as reivindicações ao governo, entre as quais se destacavam: 1) ruptura com o FMI; 2) revogação do aumento dos preços de alimentos, remédios, transporte, etc.; 3) aumento salarial; 4) distribuição de terra ao campesinato; 5) estatização das riquezas em mãos dos estrangeiros, bancos, empresas transnacionais etc.; 6) fim da repressão.

Como estava programado, a greve geral se realizou com êxito, paralisando todas as atividades do país em 90%.

Depois dessa jornada de luta ficou em evidência o fortalecimento do movimento de massas e a deterioração da popularidade do governo. Salvador Jorge Blanco anunciou a revisão de algumas



Repressão em São Domingos: cena cada vez mais frequente

medidas econômicas, fundamentalmente o aumento de preço de certos produtos alimentícios, e prometeu novas medidas de assistência social. Porém, as reivindicações fundamentais dos trabalhadores não foram consideradas. Além disso, alguns dirigentes políticos da oposição observaram que no país não existem os mecanismos adequados para implantar um verdadeiro controle de preços, capaz de garantir as reduções prometidas.

Repressão e demagogia

No seu desespero por manter-se no poder, o governo social-democrata do PRD teve que recorrer a duas das medidas que durante doze anos provocaram severas críticas ao governo de Joaquín Balaguer: a repressão e o assistencialismo. De fato, apesar da distância que o separa do governo Balaguer, atualmente as detenções se produzem constantemente e em massa e incluem dirigentes políticos e sindicais; a militarização dos bairros populares é cada vez mais frequente; o número de

mortes que ocorreram durante o governo de Jorge Blanco ultrapassa os 150; é negada, cada vez com mais frequência, a entrada no país de intelectuais estrangeiros progressistas, enquanto se multiplicam atos como o assalto e incêndio de um local do Partido Comunista Dominicano pelas forças policiais. Por sua vez, à semelhança dos tempos de Balaguer, o PRD teve que recorrer a doações (brinquedos, sapatos, leite etc.) para os setores populares, sobretudo no Natal passado.

Mas a crítica mais frequente à atual gestão governamental do PRD é que carece de um projeto político-econômico que possa tirar o país da aguda crise que atravessa. Nas negociações e acordos firmados até agora com o FMI não se percebe nenhum plano para saldar a dívida com os bancos internacionais, aos quais a República Dominicana deve mais de 2,6 bilhões de dólares, nem tampouco há uma proposta concreta de como renegociar os pagamentos sem comprometer cada vez mais a soberania nacional. (Pablo A. Mariñez) ●



B. Bissio

O estádio de Beirute, minutos depois do primeiro bombardeio do dia 4 de junho de 1982, que deu início à invasão

O colapso israelense

O fracasso da invasão promovida por Begin e Sharon ameaça o futuro dos falangistas e leva os judeus a uma profunda reflexão

Com a retirada das tropas israelenses do Líbano se fecha um ciclo, caracterizado pela intransigência dos dirigentes judeus do Likud — particularmente de Menahem Begin, Ariel Sharon e Yitzhak Shamir — que ao deflagrar a operação “Paz para a Galiléia” estavam se atirando a uma aventura que mudaria a correlação de forças regional e interna, mas não a seu favor e sim contra eles.

Antes da invasão havia uma sólida presença militar e política da OLP no Líbano, aliada às forças progressistas drusas e muçulmanas, estas últimas compostas por organizações integradas em sua maioria pelos sunitas. E havia uma poderosa força polí-

tico-militar cristã maronita, cuja expressão eram o partido Kataeb e as Forças Libanesas.

Estávamos em Beirute no fatídico 4 de junho de 1982, quando começou a invasão, com o bombardeamento da capital e o avanço de colunas de tanques através da fronteira *de facto* entre Israel e Líbano, que era na verdade o rio Litani, controlado pelas forças da ONU, varridas na ofensiva.

Estavam previstas para os meses seguintes eleições e se articulava uma aliança para impor a candidatura e assegurar a vitória da estrela em ascensão dos maronitas, Bashir Gemayel, filho do fundador do Kataeb e das Falanges, comandante militar das for-

ças maronitas e um líder carismático da linha mais dura, abertamente simpática a Israel. Mas isso não era fácil de ser conseguido.

Embora na tradicional partilha do poder a presidência coubesse a um maronita (e o cargo de primeiro-ministro ficasse sempre com um muçulmano sunita), o nome de Bashir Gemayel era unanimemente rejeitado pelas outras comunidades, que o consideravam um extremista incapaz de dominar as sutilezas da arte da política, sem mencionar seus laços com os serviços secretos israelenses.

Bashir chegou à presidência, mas não através daquela eleição, que nunca se concretizou, mas

nos braços dos ocupantes israelenses. Arafat e seus combatentes foram expulsos de Beirute, assim como muitos dos civis palestinos que trabalhavam em diferentes órgãos políticos da OLP. Com o apoio das tropas israelenses os falangistas cometeram os massacres de Sabra e Chatila, e outras atrocidades semelhantes contra os seus compatriotas drusos e muçulmanos. Os combates tanto em Beirute quanto no resto do país se acirraram.

Quando Amin Gemayel, sempre ofuscado pelo brilho e preferência de seu pai por seu irmão Bashir, foi designado para substituí-lo, após a sua morte num atentado nunca esclarecido, o Líbano vivia um pesadelo pior do que nos piores dias da guerra civil.

Pouco depois, se instalava um Governo de Unidade Nacional, que foi construído tijolo por tijolo, com muitas dificuldades, distribuindo os cargos do gabinete entre as diferentes facções, mas assegurando para os maronitas os postos chaves. A maior vitória de Amin foi conseguir incorporar ao ministério os líderes das comunidades drusa, Walid Jumblatt, e chiita, Nabih Berri. Justamente seus maiores adversários.

A comunidade chiita sempre havia sido a mais marginalizada,

economicamente a mais explorada e política e militarmente, a menos expressiva. Enquanto que as famílias Jumblatt ou Gemayel e as de outros líderes libaneses têm décadas de atuação na vida pública e uma participação importante antes e depois da guerra civil iniciada em 1975, Nabih Berri era desconhecido até há uns quatro anos e os chiitas tinham pouco peso no contexto da resistência muçulmana, levada adiante principalmente pelos sunitas.

Com a revolução islâmica do aiatolá Khomeiny no Irã, as comunidades chiitas começam a ganhar força nos diferentes países da região. Depois do Irã, onde os chiitas constituem 98% da população, é no Bahrein (70%), Iraque (51%), Afeganistão (35%), Kuait (25%) e Líbano (22%) que estão as comunidades mais numerosas. Mas é neste último que irrompem com maior força na vida do país, pois a inspiração ideológico-religiosa da revolução do aiatolá se juntava à presença do ocupante israelense, principalmente no sul do Líbano, onde é maior a concentração de população chiita. E sua entrada em cena está caracterizada pelos mesmos traços extremistas que os definem no plano religioso, passando em pou-

co tempo a desenvolver audaciosos atentados suicidas contra as tropas norte-americanas e francesas, que mais do que assegurar a paz estavam de fato intervindo nos assuntos internos libaneses. Depois de sua retirada, se concentram em alvos israelenses, e as baixas sofridas pelo exército de ocupação começam a aumentar de maneira vertiginosa, levando com os corpos dos mortos um debate de volta a Israel: "O que é que estamos pretendendo com a nossa presença no Líbano?"

A crise de identidade judia

A consequência interna mais grave da invasão ao Líbano é justamente a que nunca sequer passou pela cabeça de Ariel Sharon, quem melhor personifica os "falcões" do Likud. É uma consequência psicológica, destinada a ter desdobramentos em diferentes níveis da vida do país. Quando estivemos em Israel no ano passado, pudemos constatar que existe um questionamento — que começou nos setores mais progressistas mas chegou a outras camadas sociais e políticas, sobretudo através dos parentes dos mortos, feridos e mutilados no Líbano — não apenas sobre os objetivos da invasão em si mes-



Bashir Gemayel: linha dura

Lochon-Gamma / Liaison



Nabih Berri: a irrupção chiita



Walid Jumblatt: liderança drusa

ma, mas, a partir daí, sobre o próprio projeto político-militar dos que promoveram essa aventura.

Equivocados ou não, os judeus com os quais conversamos em Telavive e Jerusalém, justificavam as guerras anteriores com os vizinhos árabes de Israel como "uma luta para a autodefesa", "uma necessidade de sobrevivência". E isso dava um alto moral à tropa, que junto ao poderio em termos de armamento e logística, e com a superioridade numérica, teve os resultados conhecidos.

Isso não aconteceu no Líbano. Os chefes militares israelenses ficaram preocupados com um índice sem precedentes de manifestações de medo entre os soldados que serviam no Líbano, o que, segundo os psicólogos, se deve principalmente à convicção de estar arriscando a vida em uma guerra sem sentido.

A expressão política da rejeição à guerra e aos que a provocaram são os movimentos pacifistas israelenses, que junto aos grupos favoráveis a uma aliança com a OLP, às organizações de pais de combatentes no Líbano, às dos próprios ex-combatentes, começam a formar um importante pólo de contestação na opinião pública. Alguns dos dirigentes destes grupos foram eleitos para o Knesset nas eleições de julho do ano passado, como Mordekai Bar-On e Matti Peled (ver Quadro).

As consequências no Líbano

Uma das peças-chaves do plano de invasão do Líbano era assegurar o estabelecimento em Beirute de um governo aliado de Israel, dos cristãos maronitas falangistas. Formalmente, o atual governo está encabeçado por um maronita, mas seria prematuro tirar a conclusão de que, pelo menos nesse sentido, a invasão atingiu seu objetivo.

No Líbano, o poder real não está nas mãos do Executivo, e

Shlomo Arad



Tanque israelense abandonando Nabatiye, outro passo para a retirada total

sim no controle que os diferentes exércitos têm sobre o território e no campo econômico. A cota de poder do Executivo é mínima, em um país dividido, com um exército nacional débil e no qual a influência síria é significativa, Amin Gemayel pôde permanecer na presidência porque paulatinamente foi se aproximando do regime sírio e aceitou suas recomendações, principalmente a que levou à ruptura unilateral, por parte do governo libanês, do tratado assinado com Israel depois da invasão.

A Síria não teria interesse em uma divisão do Líbano em cantões de caráter confessional, que é o projeto dos maronitas, no caso de não poderem controlar todo o território, e dos israelenses, que assim poderiam enfraquecer ainda mais o seu vizinho e reduzir o poder dos muçulmanos e drusos. Uma partilha do Líbano poderia reativar lutas rivais entre as diferentes comunidades dos países árabes da região, iniciando um processo de balcanização que vai totalmente contra os ideais de unidade do mundo árabe de todos os seus grandes líderes, personificados na figura de Gamal Abdel Nasser.



Milicianos chiitas

Evitar o processo de divisão do país em cantões implica fortalecer o governo de Beirute, e como Amin Gemayel se mostrou disposto a uma abertura em relação à Síria, o regime de Damasco optou pela solução mais acessível: apoiar Gemayel e, simultaneamente, tentar conseguir dele concessões para as comunidades muçulmana e drusa — compromisso sobre o qual se estabeleceu o Governo de Unidade Nacional, que foi patro-

terceiro mundo - 71

cinado por Damasco.

Não era essa a situação idealizada por Israel quando planejou colocar um maronita na presidência do Líbano. Mas pior ainda: o despertar da resistência chiita e suas consequências militares na região sul do Líbano — além das próprias mudanças provocadas pela invasão israelense — fizeram com que pela primeira vez na história moderna do país os maronitas fossem expulsos da faixa costeira de Beirute para o sul. Os poucos bolsões maronitas que subsistem estão isolados pela presença das milícias drusas e chiitas. Para se deslocarem do sul para o norte do Líbano ou para Beirute os cristãos têm que ir por mar, através de Israel.

Os altos oficiais israelenses confirmam que a perda do po-

der militar dos maronitas põe em risco suas posições políticas. Essa mudança na situação privilegiada que os cristãos sempre tiveram no Líbano se reflete no testemunho de Antoine Curi, um advogado de Sidon, que fugiu para o sul com sua família após a tomada da cidade pelas forças muçulmanas. "Durante muitas décadas — diz Antoine — nós, os cristãos libaneses, tivemos medo de perder nossas posições tradicionais de predomínio político, social e econômico em nosso país. Agora, mais rápido do que pensamos se materializam nossos piores temores e os maronitas se transformam em cidadãos de segunda classe dentro de sua própria pátria".

Mas a perda de poder não se dá apenas no plano militar. Is-

rael também tinha objetivos econômicos na sua invasão ao Líbano. Simcha Erlich, o ministro das Finanças do governo Begin, havia declarado que "Israel tinha que substituir Beirute como o mais forte setor bancário na região do Mediterrâneo oriental, delegando esse papel a Telavive e Jerusalém".

Em 1983, a revista *Hotam*, de Telavive, afirmava que "se a guerra teve alguma consequência positiva, foi no campo das relações comerciais".

Mas essa injeção de capital e de produtos israelenses na economia libanesa — imposta pela via militar e também através de subsídios e *dumping* — determinou o quase total aniquilamento da estrutura produtiva libanesa. Embora a evolução dos fatos de 1983 para cá fizesse

A MORTE DE KARIM HALAF

□ Em 30 de março último, morreu de ataque cardíaco o prefeito da cidade de Ramallah, na Cisjordânia ocupada, Karim Halaf, expulso pelas autoridades israelenses. Como Fahed Kawasme, assassinado no final do ano passado em seu exílio em Amã, Halaf foi um dos prefeitos palestinos vitoriosos nas eleições municipais de 1976 — as únicas realizadas nos territórios árabes ocupados — que converteram esses órgãos do poder local em centros de resistência à ocupação israelense.

Essa militância nacionalista lhe custou caro. Tal como aconteceu com o também prefeito eleito de Nablus, Bassan Shaaka (ver entrevista em *cadernos do terceiro mundo* nº 69), Halaf foi vítima de um atentado terrorista. Ambos saíram com vida, mas Shaaka perdeu suas duas pernas e Halaf, um pé. No caso de Halaf, o tipo de amputação sofrida o obrigava a se submeter, periodicamente, a novas operações.

Inicialmente, Karim Halaf esteve ligado à Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP), mas há bastante tempo tinha uma relação muito estreita com Arafat, a quem se manteve fiel até o fim. Nos últimos tempos, tinha estabelecido contatos com os movimentos pacifistas e de direitos humanos de Israel.



Karim Halaf (esq.) e Bassan Shaaka (centro), com um jornalista palestino



Beatriz Bissio



As carrocerias de automóveis abandonados e milhares de bombas e cartuchos são usados pelos libaneses para serem vendidos como ferro velho

com que as pretensões de Israel de controlar o mercado de consumo libanês caíssem por terra — porque o próprio mercado entrou em crise — a verdade é que as consequências foram nefastas não só para as aspirações de Te-lavive, mas, principalmente, para o Líbano. E no contexto libanês quem perdeu com a crise da estrutura produtiva foi a comunidade maronita, que era a que detinha o poder econômico. Uma dupla derrota para Israel, que perdeu o mercado e arrastou à falência econômica seus aliados cristãos.

Uma das poucas atividades econômicas que dá lucro atualmente no Líbano é a venda de ferro velho. Tal como os vietnamitas, que ainda hoje utilizam os restos do material bélico norte-americano abandonado ou das centenas de milhares de bombas que caíram em seu território, como matéria-prima para sua indústria pesada, os libaneses recolhem as balas disparadas, as metralhadoras imprestáveis, os postes de ferro, os cartuchos, e usam as milhares de carrocerias de automóveis abandonados nas ruas e estradas para vendê-los às indústrias de aço da Alemanha

Federal, Japão e Itália. Cerca de 400 famílias libanesas vivem disso, ganhando 200 dólares por tonelada. Só no ano passado 24 navios partiram de Beirute com essa carga, que para ser coletada exige muita perícia e habilidade dos libaneses, alguns dos quais perderam a vida ao se arriscarem demais em seu trabalho ou ao se depararem com minas não-detonadas.

Um balanço trágico

Israel sai do Líbano deixando para trás uma trilha de destruição, morte e ódio. A OLP não está mais no Castelo Beaufort, de onde dominava o vale do rio Litani, mas as autoridades judias tiveram que gastar quatro milhões de dólares para construir novos postos de observação ao longo da fronteira israelense-libanesa, equipados com holofotes e alarmes eletrônicos. Temem principalmente a atividade dos chiitas e seus ataques suicidas. “O mundo verá que podemos atingir o coração de Israel e destruir o mito da superioridade militar israelense”, afirmou um porta-voz do grupo *Jihad* (Guerra Santa) recentemente,

depois de consumado um dos ataques contra as tropas israelenses estacionadas no sul do Líbano.

Amin Gemayel ocupa a presidência, mas se inclina em direção à Síria e além disso tem a sua base de sustentação maronita minada pela crise econômica e pela perda de importantes posições militares. E dentro de Israel, a invasão do Líbano ameaça acabar com o único fator de unidade entre os judeus imigrantes de tantas partes do mundo, a idealização de um Estado-modelo no qual pudessem viver de acordo com os preceitos de sua fé. Do idealismo dos *kibutzim* à frustração de se saberem responsáveis pela morte de milhares de inocentes libaneses e de quase 700 jovens militares judeus — muitos dos quais revoltados contra a invasão do Líbano — há um abismo.

Porém, talvez as consequências mais profundas desse fracasso israelense no Líbano não sejam sentidas a curto prazo, e sim quando o destino do país estiver nas mãos dessa nova geração que renegou a guerra e sentiu o que é ser carrasco de um povo irmão. (Beatriz Bissio) ●

A CARTA DE MATTI PELED*

□ Esta carta foi enviada por Matti Peled a seus colegas, membros do Knesset (Parlamento israelense) e divulgada por todos os meios de comunicação de Israel. Os *raids* como os que descreve o ex-militar e hoje deputado, continuam sendo realizados pelas tropas israelenses no Líbano.

Estimados colegas:

Em 15 de fevereiro passado, os meios de comunicação (israelenses) publicaram uma notícia sobre um confronto entre uma unidade das Forças Israelenses de Defesa (*Israeli Defense Forces, IDF*) e um grupo chamado de "esquadrão terrorista". O relato estava acompanhado de uma foto tirada pelo porta-voz das IDF e mencionava que 11 membros do esquadrão tinham sido mortos enquanto as forças israelenses não tinham sofrido baixas.

Ao mesmo tempo, se dava grande destaque à cobertura política de "linha dura" (*Iron Fist*) levada adiante por Israel nos territórios ocupados do Líbano.

Agora, tornarei público o relato do mesmo "confronto" que nos chegou através de um grupo de pais de soldados (israelenses). Este grupo se formou depois da volta de seus filhos e após ouvir seus testemunhos. Esta é a informação, tal qual nos foi dada por esses pais:

"Na manhã de quinta-feira, 14 de fevereiro, uma unidade da Brigada Golani (*Golani Brigade*), posicionada no alto de uma colina, descobriu um grupo de 20 árabes armados que marchavam por um desfiladeiro, em direção a Sidon.¹ Os soldados contataram o comandante do batalhão (eu tenho seu nome) que ordenou: 'Acabem com eles'.

"Os soldados fizeram cinco disparos com o canhão, ferindo vários árabes. Depois, abriram fogo com armas curtas. Os árabes tentaram resistir, mas se renderam em seguida. De acordo com os testemunhos, nenhum deles tinha praticamente treinamento militar. Quando os soldados israelenses alcançaram o desfiladeiro, o mé-

* O general Mattyahu Peled ("Matti", em sua vida pública) foi um dos mais destacados comandantes israelenses na guerra de 1967. Pouco depois pediu sua passagem para a reserva e se dedicou à atividade política, defendendo os direitos palestinos e lutando contra a guerra no Líbano.

¹ Isto indicaria que os árabes tentavam se juntar à resistência em Sidon e não atacar as forças israelenses.



Matti Peled: "Acabar com os horrores do *Iron Fist*"

dico que os acompanhava tentou socorrer os feridos. Mas foi impedido pelos soldados que mataram os feridos e ainda atiraram nos outros. Mais tarde os corpos foram mutilados.

"O médico (temos seu nome) ameaçou os soldados de arcarem com as consequências caso o impedissem de atender aos novos feridos. E gritou a um dos soldados: 'Se interferires, te arrebento os testículos'. Foi, então, autorizado a desenvolver seu trabalho.

"Dos 20 árabes, só oito sobreviveram. Quando o comandante do batalhão recebeu o relatório da missão, perguntou: 'Por que esses oito não tentaram escapar?'"

"De acordo com o relato dos soldados, o comandante da brigada estava presente quando o informe foi dado ao comandante do batalhão e escutou suas ordens.

"Pouco tempo depois, os soldados receberam uma circular que afirmava que *existem normas e normas. Esta norma vale para o Líbano, mas não vale para Israel...*

"Poucos dias depois, a unidade abandonou o Líbano e todo o batalhão lhe ofereceu uma festa. Um dos oficiais fez um discurso no qual afirmava: 'Vocês não têm culpa (pelo que aconteceu). A situação é a culpada.'

"Tanto os oito sobreviventes quanto os 12 mortos tinham, de acordo com os soldados, entre 14 e 15 anos de idade (...)"

Eu os convoco, estimados colegas, a trabalhar de todas as formas possíveis para acabar com os horrores desta linha dura.

Atenciosamente,

Matti Peled (M.K.)

² Em comunicados militares sobre operações israelenses realizadas nas aldeias libanesas, em geral mencionam que os árabes foram mortos "quando tentavam escapar". (*Estas notas pertencem ao autor da carta.*)



O exército japonês: a tentação de ajudar aos norte-americanos

O eixo Washington-Tóquio-Seul

O aumento do orçamento militar do Japão, o apoio ao regime sul-coreano e a manutenção da tensão na antiga Indochina, são as linhas mestras da estratégia norte-americana na zona do Pacífico

O governo japonês propôs oficialmente aos Estados Unidos a criação de um comitê misto para coordenar a "assistência estratégica" a alguns regimes da África, Ásia e América Latina.

A situação no sudeste asiático e em todo o Pacífico tem se caracterizado por uma crescente militarização e pelo agravamento das tensões na região, em grande medida pelo fortalecimento do eixo Washington-Tóquio-Seul.

Nesse contexto de agravamento da situação regional, com crescentes tensões no sudeste asiático, o ministro das Relações Exteriores do Vietnã, Nguyen Co Thach reiterou suas denúncias de uma "nova doutrina

Monroe, que pretende colocar o mundo inteiro na esfera dos seus interesses vitais".

"A situação continua sendo grave na Ásia e no Pacífico", denunciou Nguyen Co Thach ao intervir na Assembléia Geral das Nações Unidas, em outubro do ano passado. E acrescentou: "Apesar das repetidas derrotas, os imperialistas e reacionários não renunciaram a seus objetivos expansionistas e hegemônistas".

Palco dos três maiores e mais longos conflitos armados desde a 2ª guerra mundial, a região continua sendo cobiçada pelo seu valor geopolítico. A administração Reagan não esconde a sua intenção de construir um bloco mili-

tar, idêntico à Otan, na Ásia. As teses militaristas de Washington repetem-se. Em 1983, William Kennedy, antigo funcionário do Pentágono, afirmava na revista norte-americana *National Defense* ser necessária a adoção pelos Estados Unidos de uma "estratégia para o Pacífico norte" e o reforço das forças aérea e anfíbias na região.

Os objetivos militaristas da Casa Branca estão expressos na terminologia empregada pela administração Reagan. Assim, a Coreia do Sul, por exemplo, passou, na linguagem de Washington, da categoria de "zona de interesse significativo" para a de "zona de interesse vital".

O papel do Japão

Há 25 anos a aliança entre os Estados Unidos e o Japão consubstanciou-se num acordo secreto de caráter militar, contrário à própria Constituição japonesa. Esse acordo só viria a público em consequência da "indiscrição" de um antigo diplomata norte-americano. Em maio de 1981, Edwin Reinschauer, ex-embaixador dos EUA em Tóquio, afirmou numa entrevista dada ao jornal *Mainichi*, que os Estados Unidos e o Japão estabeleceram

a Tóquio. Reagan apelou ao primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone no sentido de "compartilhar o fardo que a defesa da liberdade impõe" e de "garantir a paz através da força". Mas o presidente norte-americano foi mais longe. Ao dirigir-se aos parlamentares japoneses, afirmou: "Podemos nos tornar para sempre aliados poderosos e, diga-se a propósito, não só no contexto dos nossos países, da região do Pacífico, mas também em todo o mundo".

Os apelos de Reagan não fica-

o militar-industrial do país, dedicando-se à fabricação de material bélico, desde peças de artilharia a aviões e mísseis. A *Mitsubishi*, por exemplo, está atualmente construindo um novo tipo de avião de caça com uma estrutura externa que lhe permite não ser detectado pelos radares. O projeto prevê que 100 aparelhos deste tipo estejam em operação a partir de 1993.

A força aérea japonesa dispõe, pelo menos, de 220 aviões de fabricação norte-americana dos tipos F-104-J, F-4 EJ, F-15, além de 76 aviões F-17 já construídos no Japão.



Nakasone e Reagan: uma aliança de 25 anos para uma estratégia militar e econômica comum

Bases militares

Às chamadas "Forças de Auto-Defesa" do Japão juntam-se as bases norte-americanas. Os Estados Unidos têm espalhadas pelas ilhas japonesas mais de 120 bases e 30 depósitos de munições. Quatro destes depósitos são de armamento nuclear, em clara violação ao Artigo 9º da Constituição japonesa que proíbe o estacionamento ou trânsito pelo país de armas nucleares. Nos aeroportos militares do Japão estão regularmente estacionados 150 aviões portadores de armas nucleares.

Segundo os programas do Pentágono, no decorrer deste ano serão estacionados na ilha de Honshu 48 aviões F-16, os mais modernos aparelhos portadores de armas nucleares. Desde a 2ª guerra mundial, os Estados Unidos construíram mais de 300 bases e instalações diversas no Pacífico e na Ásia. Assumem especial importância o complexo naval de Yokosuka-Yokohama e a base aérea de Kadena (ilha de Okinawa) no Japão, a base aérea de Taegu, na Coreia do Sul, as bases de Anderson e Harbor na ilha de Guam e as bases naval e aérea de Subic e de Clark nas Filipinas. Os efetivos militares dos EUA no Pacífico ultrapassam os 150 mil homens.

em 1960 um acordo secreto, permitindo que navios norte-americanos portadores de armas nucleares estacionem em portos japoneses. Tóquio lamentou a revelação e o Departamento de Estado norte-americano, através do seu então porta-voz Dean Fisher, limitou-se a dizer que os Estados Unidos "não discutem publicamente a localização de armas nucleares".

Washington concede uma importância fundamental ao Japão na sua geoestratégia. Isso foi salientado por Ronald Reagan quando, no final de 1983, realizou uma visita de quatro dias

ram sem resposta. Nakasone reafirmou a aliança com Washington e prometeu que "o Japão prosseguirá os seus esforços para aumentar a estabilidade das relações nipo-americanas no campo da segurança. Quanto às nossas possibilidades de defesa, estou disposto a não poupar esforços suplementares".

Não se tratava de falsas promessas. O orçamento militar do Japão foi significativamente elevado. Aumentam constantemente as despesas com a pesquisa de novas tecnologias militares. Hoje, cerca de duas mil empresas japonesas integram o complexo



Chun Doo-hwan: o presidente sul-coreano mantém-se no poder graças ao apoio norte-americano

Operações conjuntas

Em território japonês estão também instaladas bases Omega de C31 e sistemas Loran C de C31 que constituem centros de comando, detecção e espionagem. As manobras conjuntas entre unidades militares dos Estados Unidos e as "Forças de Autodefesa" do Japão são habituais. Navios de guerra dos dois países patrulham constantemente os estreitos do mar do Japão.

A situação geográfica do arquipélago japonês constitui uma importante base para o controle naval de vastas áreas do Pacífico. Idêntico papel é atribuído por Washington aos seus aliados de Seul. A Casa Branca e o Pentágono consideram vital para os seus interesses "controlar" o território soviético da Sibéria oriental, das ilhas Curillas, da ilha Sakalina¹ e da península de

Kamchatka.

É conhecido o velho objetivo norte-americano de "fechar" o mar do Japão à frota soviética. Os navios soviéticos, vindos dos portos da Sibéria oriental ou da península de Kamchatka, para se dirigirem para o Pacífico ou para o Índico, atravessam normalmente os estreitos de Tshushima, entre a Coreia do Sul e o Japão, ou o estreito de La Perouse, entre a ilha Sakalina e a ilha japonesa de Hokkaido.

Em princípios deste ano, o primeiro-ministro japonês voltou a encontrar-se com o presidente Reagan. O encontro realizou-se em Los Angeles e constituiu a quinta reunião de cúpula nipo-americana em pouco mais de dois anos de mandato de Nakasone. Além das questões económicas e de algumas concessões nipônicas neste âmbito, como a aceitação de reduzir a exportação de aço japonês para os Estados Unidos, Nakasone e Reagan assinaram um protocolo sobre operações militares conjuntas em caso de "circunstâncias extraordinárias" e o chefe do governo de Tóquio garantiu um aumento dos gastos militares no corrente ano em 6,9% contra 6,5% o ano passado.

Da Coreia do Sul à Tailândia e ao Campúchea

A estratégia norte-americana na Ásia passa, além do constante reforço do seu dispositivo militar, pelo estímulo de tensões entre os países da região e pelo reforço dos aparelhos repressivos dos regimes aliados de Washington.

O apoio da administração Reagan tem sido decisivo para a manutenção no poder do regime do presidente sul-coreano Chun Doo-Hwan, às voltas com uma oposição que se estende a setores cada vez maiores da população do país. O regime de Chun Doo-Hwan tem servido até agora aos interesses das grandes transnacionais e do complexo militar-industrial norte-americano. A localização geográfica da Coreia do Sul, a vizinhança com a República Democrática da Coreia e a sua situação na região, levam a Casa Branca a aumentar constantemente o seu investimento militar nesse país, consolidando o eixo Washington-Tóquio-Seul.

Neste sentido, a revista norte-americana *Aviation Week and Space Technology* revelou que o Pentágono estava programando a instalação na Coreia do Sul de

¹ Recorde-se que foi um desvio da rota habitual, para passar sobre o território soviético perto da ilha Sakalina, que provocou a tragédia do avião sul-coreano derrubado pelos jatos da URSS. Evidências foram apresentadas no sentido de que o avião comercial cumpria uma missão de espionagem secreta.

um sistema de mísseis antinavios terra-mar (*Glass*). A mesma revista salientava que a instalação do mencionado sistema na Coreia do Sul visava “engarrafar as forças navais soviéticas” no mar do Japão. Também na terminologia do Pentágono, a Coreia do Sul passou de “zona de interesse significativo” para a de “zona de interesse vital”.

Anualmente, milhares de soldados norte-americanos e sul-coreanos participam de grandes manobras militares sob o nome de código *Team Spirit*.

Durante uma conferência de imprensa realizada o ano passado em Seul, o embaixador dos Estados Unidos na Coreia do Sul, Richard Walker, confirmou a política de eixo militar, afirmando que o “nordeste asiático tem necessidade de cooperar para fazer frente ao crescimento do armamento soviético na região”. No mesmo sentido, se pronunciou Ronald Reagan durante a sua visita à Coreia do Sul em novembro de 1983.

Ao lado da crescente militarização da Coreia do Sul, Washington e o regime de Seul praticam uma política de sistemáticos atritos contra a República Popular Democrática da Coreia, procurando inviabilizar os esforços diplomáticos que têm sido desenvolvidos pelo governo de Pyongyang com vistas à reunificação da península coreana.

Da política de estimular tensões à política de confronto vai um passo. O sudeste asiático, e mais concretamente a Indochina, tem sido palco das mais sangrentos conflitos desde o fim da 2ª guerra mundial. Os Estados Unidos, apesar da derrota no Vietnã, não desistem de impedir a consolidação e desenvolvimento dos regimes socialistas e progressistas da região.

Os Estados Unidos mantêm uma política de agressão contra o Vietnã, o Laos e o Camboja, utilizando para isso o regime militar da Tailândia e os Khmers



O Vietnã se retira do Camboja

Vermelhos de Pol Pot, baseados em território tailandês. Há mais de seis anos, o Camboja e o Laos são alvo de constantes agressões por parte das forças armadas tailandesas. A República Popular da China tem também a sua quota de responsabilidade na situação de constante confronto que se vive nesta região. Do apoio aberto aos guerrilheiros de Pol Pot à agressão direta contra o Vietnã, todos os meios de desestabilização são empregados. E por diversas vezes a administração norte-americana tem manifestado publicamente a sua simpatia pela política seguida por Pequim, em relação ao sudeste asiático.

Proposta de paz

Em outubro do ano passado, o diário vietnamita *Nhan Dan* escrevia: “A aliança Estados Unidos-Japão-Coreia do Sul, o reforço da coalizão China-Estados Unidos e China-Japão, assim como a intenção não dissimulada de Washington de criar um bloco militar semelhante à Otan na Ásia, são perigosas ameaças para a paz na região e no mundo”.

Em diversas ocasiões, o governo de Hanói manifestou estar disposto, juntamente com o

Laos e o Camboja, a dialogar com os demais países do sudeste asiático. “No interesse da paz — disse Nguyen Co Thach — pedimos às autoridades tailandesas que modifiquem a sua política hostil para com os três países indochineses, que ponham fim à sua intervenção no Camboja e que restituam ao Laos as três aldeias que ocuparam ilegalmente”.

O ministro vietnamita afirmou que a intenção de reinstalar os seguidores de Pol Pot no poder, “não passa de um sonho” e lembrou que as tropas vietnamitas no Camboja estão se retirando progressivamente deste país, à medida que se consolida o poder de Phnom Penh.

Os ministros das Relações Exteriores do Vietnã, do Laos e do Camboja, reunidos em Ho Chi Minh, propuseram, como passo para a defesa da paz na região, a realização de uma “conferência internacional sobre o sudeste asiático”, da qual poderiam participar, além dos países da Asean, outros estados interessados.

A retirada dos vietnamitas do Camboja, com a simultânea liquidação política da guerrilha de Pol Pot, o respeito pelo direito do povo cambojano à soberania e a realização de eleições gerais e livres neste país, controladas por observadores internacionais, seriam as questões a serem discutidas nessa conferência internacional.

Propostas no mesmo sentido já haviam sido formuladas pela Mongólia e pela Malásia. A situação de tensão e de confronto se mantém. Porém, a estratégia norte-americana, visando manter os países progressistas do sudeste asiático em uma situação de isolamento em relação aos outros países da Asean, tem fracassado. Atualmente se verifica uma significativa melhoria das relações diplomáticas e econômicas entre o Vietnã e o Laos, por um lado, e a Indonésia, a Malásia e as Filipinas, por outro. (A. Prado) •

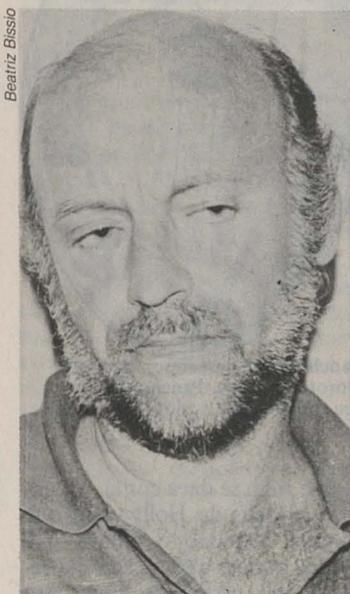
Galeano: porquê “Memória do fogo”

Resgatar a história e seus protagonistas, a partir de uma perspectiva viva e criadora, é a proposta da trilogia que o conhecido escritor uruguaio está concluindo

Eduardo Galeano voltou a Montevideu. O longo exílio o levou a compreender que ele era também um cidadão do mundo — como ele gosta de se definir — porque, assim como não acredita “nas fronteiras que, segundo os alfandegários da literatura, separa os gêneros”, também nega as que separam os homens. Trabalhar, criar, ter filhos, raiva, saudades e infartos pautaram seus dias e noites de mais de uma década, até que se encontrou, de volta ao bairro Malvín de Montevideu, com uma casa de costas para o mar, para branqueá-la de cal.

Cadernos publica quatro retratos de vultos da história latino-americana, como antecipação do terceiro volume de “Memória do fogo” (no prelo), uma trilogia da qual os dois primeiros (“Nascimentos” e “As caras e as máscaras”) já foram publicados na Espanha, México e Argentina e sobre os quais já publicamos comentários do próprio Galeano (ver **cadernos** nº 57). Na França, Alemanha Federal, Brasil e Dinamarca foi publicado o primeiro volume e está em tradução o segundo. Nos Estados Unidos, Grécia, Suécia e Polônia, brevemente aparecerá o primeiro.

Sua explicação de “Memória do fogo”, que publicamos com exclusividade, foi escrita para a



Galeano: “o passado estava quieto”

próxima edição norte-americana, a cargo da casa *Pantheon*, de Nova Iorque. (E. V.)

Explicação de “Memória do fogo”

Eu fui um péssimo estudante de história. As aulas de história eram como visitas ao Museu de Cera ou à Região dos Mortos. O passado estava quieto, oco, mudo. Ensinavam-nos o tempo passado para que nos resignássemos, consciências esvaziadas, ao tem-

po presente: não para fazer a história, que já estava feita, mas para aceitá-la. A pobre história tinha deixado de respirar: atraícoada nos textos acadêmicos, mentida nas aulas, adormecida nos discursos de efemérides, tinham-na encarcerado nos museus e sepultado com oferendas florais, sob o bronze das estátuas e o mármore dos monumentos.

Oxalá “Memória do fogo” possa ajudar a devolver à história o alento, a liberdade e a palavra. Ao longo dos séculos, a América Latina não apenas sofreu os despojos do ouro e da prata, do salitre e da borracha, do cobre e do petróleo: também suportou a usurpação da memória. Desde cedo, foi condenada à amnésia por aqueles que a impediram de ser. A história oficial latino-americana reduz-se a um desfile militar de próceres de uniformes recém-saídos da tinturaria. Eu não sou historiador. Sou um escritor que gostaria de contribuir para o resgate da memória sequestrada de toda a América, mas principalmente da América Latina, terra desprezada e querida: gostaria de conversar com ela, compartilhar de seus segredos, perguntar-lhe de quais diferentes barros foi nascida, de que atos de amor e estupro ela se origina.

Ignoro a que gênero literário pertence esta voz de vozes. “Memória do fogo” não é uma antologia, claro que não; mas não sei se é romance ou ensaio ou poesia épica ou depoimento ou crônica ou. Averiguar isso não me tira o sono. Não creio nas fronteiras que, segundo os alfandegários da literatura, separam os gêneros.

Eu não quis escrever uma obra objetiva. Nem quis, nem poderia. Este relato da história

não tem nada de neutro. Incapaz de distância, tomo partido: confesso e não me arrependo. No entanto, cada fragmento deste vasto mosaico se apóia numa sólida base documental. Tudo quanto conto aqui, aconteceu, embora eu o conte a meu modo e maneira.

Eduardo Galeano

1911/Campos de Chihuahua *Pancho Villa*

De todos os chefes nortistas que conduziram Madero à presidência do México, Pancho Villa é o mais popular.

— *Para mim, a guerra começou quando eu nasci.*

Se jogou no deserto muito cedo. Era quase uma criança quando vingou a irmã. Das muitas mortes que deve, a primeira foi de patrão; e teve que se tornar ladrão de gado.

Nasceu chamando-se Doroteo Arango. Pancho Villa era outro, um companheiro de bando, um amigo, o mais querido: quando os guardas rurais mataram Pancho Villa, Doroteo Arango guardou seu nome e ficou com ele, para que seu amigo continuasse existindo.

Ele gosta de se casar e faz isso de vez em quando. Com uma pistola na nuca, não há padre que se negue nem garota que resista. Ele também gosta de dançar o *tapatio* ao som da marimba e se meter em tiroteio. Como chuva no seu chapéu, as balas ricocheteiam.

1926/Nova Iorque *Valentino*

Ontem à noite, numa cantina italiana, Rodolfo Valentino caiu fulminado por um banquete de massas.

Milhões de mulheres ficaram viúvas nos cinco continentes. Elas adoravam o fino felino latino nas telas-altares dos cines-templos de todos os povoados e cidades. Com ele, cavalgavam

para o oásis através do vento do deserto, entravam em trágicas corridas de touros e misteriosos palácios, bailavam em assoalhos espelhados, se desnudavam nos aposentos do príncipe hindu ou do filho do xeque: eram atravessadas por seus olhares, lânguida perfuração, e, espremidas por seus braços, mergulhavam em fundos leitos de seda.



Pancho Villa: nasceu se chamando Doroteo Arango. Pancho Villa foi um amigo seu e ele adotou seu nome

Ele nem se dava conta. Valentino, o deus de Hollywood que fumava beijando e olhava matando, aquele que a cada dia recebia mil cartas de amor, era na realidade um homem que dormia sozinho e sonhava com a mamãe.

1928/San Gabriel de Jalisco *Rulfo*

A mãe tapou seus olhos para que não visse o avô pendurado pelos pés. E, depois, as mãos de sua mãe não deixaram que ele visse o pai esburacado de balas, nem os tios balançando-se, ao sopro do vento, lá no alto dos postes de telégrafo.

Agora, não existe mãe que defenda seus olhos. Sentado no

muro de pedra que serpenteia pelas ondulações do terreno, Juan Rulfo olha sua terra áspere. Vê os ginetes da rebelião cristera¹ emergindo da fumaça, lá longe, no galope, a imensa cruz de madeira, e atrás deles o incêndio. Vê a fileira de enforcados, só roupas em frangalhos esvaziadas pelos urubus, e vê uma procissão de mulheres vestidas de negro.

Juan Rulfo é um menino rodeado de fantasmas que aparecem para ele.

Aqui não há nenhum ser vivo. Os que parecem vivos, são mortos que dissimulam. Não há mais vozes do que os uivos dos coiotes, nem outro ar senão o negro vento que sobe, em remoinho, lá do fundo do barranco onde mataram seu pai. Juan não tem mais de dez anos, mas sabe que as almas continuarão penando, pobres vagabundas destas planuras de Jalisco, até que o silêncio encontre a palavra que procura.

1970/Manágua *Rugama*

O altivo poeta, o gordinho de batina que comungava de pé, dispara até o último tiro e cai brigando contra todo um batalhão da ditadura de Somoza.

Leonel Rugama tinha vinte anos.

Dos amigos, preferia os jogadores de xadrez.

Dos jogadores de xadrez, os que perdem por culpa da garota que passa.

Das que passam, a que fica.

Das que ficam, a que ainda não chegou.

Dos heróis, preferia os que não dizem que morrem pela pátria.

Das pátrias, a que nasce da sua morte. ●

¹ A rebelião dos *cristeros* no México foi uma reação dos católicos mais extremistas à revolução de 1910 e suas posições laicas, ou mais ainda, anticlericais.

CONVÊNIO

A Fundação Joaquim Nabuco, com sede em Recife, pelo seu diretor de Planejamento, Josué Souto Maior Mussalém e a Editora Terceiro Mundo Ltda., representada pelo seu diretor geral, Neiva Moreira, acabam de firmar um convênio de relevância cultural.

Por esse convênio, a Fundação é autorizada pela Editora a colocar em meio magnético, para consultas via terminais de computação, as informações contidas no *Guia do Terceiro Mundo*.

Assim, o conjunto das valiosas informações do *Guia* vão estar à disposição dos usuários dos arquivos daquele prestigioso centro de cultura do Nordeste do Brasil.

A LISTA NEGRA DOS ARTISTAS SIMPÁTICOS AO APARTHEID

O Centro das Nações Unidas contra o *Apartheid* divulgou uma lista de 437 artistas de todo o mundo que violaram o boicote cultural contra a política de discriminação racial vigente na África do Sul. A lista inclui *tourneés*, apresentações ou conferências realizadas no território sul-africano desde o começo de 1981. Esta é a segunda relação elaborada pelo Centro contra o *Apartheid*, que publicou a primeira lista em outubro de 1983.

O maior número de artistas mencionados na última lista é de nacionalidade britânica, num total de 121 nomes, entre os quais se encontram o novelista Frederick Forsyth, a cantora Shirley Bassey, o cantor Elton John, o grupo de rock Queen e os também cantores Rod Stewart e Rick Wakeman. Cento e três norte-americanos também viola-

ram o boicote cultural, destacando-se entre eles o cantor Ray Charles, o cineasta Milos Forman, a atriz Ann Margaret, o ator Telly Savalas e o cantor Frank Sinatra.

Entre os artistas de outros países também inseridos na lista estão os espanhóis Julio Iglesias e Pedro Soler (guitarrista), a portuguesa Amália Rodrigues (cantora), a italiana Laura Antonelli (atriz), a alemã Elke Sommer (atriz) e o costureiro francês Pierre Cardin. Do Brasil, são mencionados os pianistas Arnaldo Cohen e Vanya Elias-Jorge.

Treze nomes foram excluídos da lista de 83 por terem desistido de apresentações programadas para a África do Sul. Mas, em compensação, 21 artistas haviam programado *shows* e concertos em 1984 e 16 para 1985.

A lista não implica sanções contra os nomes mencionados mas o Centro contra o *Apartheid* pede a todos os grupos e movimentos anti-racistas que exerçam pressões sobre os artistas convidados para visitar a África do Sul, ou boicotem apresentações daqueles que já atuaram perante platéias racistas.

BRASIL: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE LITERATURA NEGRA



Um seminário denominado "Perfil da Literatura Negra — Mostra Internacional de S. Paulo" foi realizado no mês de maio passado, nessa cidade.

Esse seminário, segundo indicaram os organizadores, teve como objetivo promover debates entre autores e estudiosos da literatura e das ciências sociais, nacionais e internacionais, preocupados com as implicações culturais da problemática racial.

Para os seus organizadores, a literatura negra, como "visão de negros ou brancos voltada para a problemática e vivência do negro", nunca foi objeto de reflexão profunda, que permitisse à sociedade brasileira tomar consciência dela.

Acrescentam os organizadores do referido seminário: "O personagem negro na literatura brasileira é sempre folclorizado, tal como em todos os meios de comunicação, fato que demonstra a evidência da necessidade de colocar a questão do negro sob um ângulo mais sério, que represente verdadeiramente a atual situação e visão do negro".

Foi nessa perspectiva que a Secretaria Municipal de Cultura de S. Paulo decidiu reunir escritores nacionais e estrangeiros, para discutirem a respeito da literatura negra.

Além do Brasil, mais 16 países participaram do seminário: Angola, Costa do Marfim, Senegal, Moçambique, Nigéria, Zaire, Togo, Gana, Cabo Verde, Guiné-Bissau, EUA, Venezuela, Colômbia, Haiti, Guadalupe e Martinica.

Entre as personalidades presentes, destacaram-se os conhecidos Bernard Dadié (romancista e poeta costa-marfinense) e Sembene Ousmane (romancista, contista e diretor de cinema senegalês).

Angola fez-se representar pelo poeta, contista e novelista Manuel Rui Monteiro (a ser editado em breve pela "Atica") e pelo jovem escritor Adriano Botelho de Vasconcelos.

Revistas do 3º Mundo

SOCIALISMO Y PARTICIPACION – Nº 29 – Editada pelo Centro de Estudios para el Desarrollo y la Participación, em Lima. Temas principais: debate sobre Nação, Estado e classe nos



anos 80, o setor agropecuário e a integração latino-americana, a evolução da igreja rumo à libertação, a condição da mulher no Estado incaico, a influência anarquista no Apra e a questão das cooperativas agrícolas. *Cedep, Apartado 11701, Lima 11, Peru.*

ANDES – É publicada pelo Instituto de Estudos Contemporâneos de Santiago, Chile. Contém artigos de aprofundamento teórico sobre a institucionalização do regime militar chileno, o "prussianismo" nas forças armadas



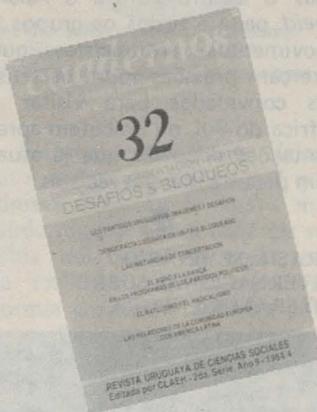
chilenas, os movimentos de massas democráticos no século 19 e uma historiografia do fenômeno

82 - terceiro mundo

nacionalista no país. *Instituto de Estudios Contemporâneos, San Antonio 378, Of. 911, 9º Piso, Santiago, Chile.*

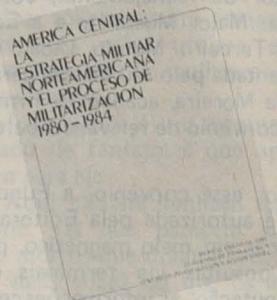
AMÉRICA LATINA/INTERNACIONAL – março 85 – Editada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em Buenos Aires. Analisa de forma detalhada as relações internacionais da Argentina, Brasil e México. Nos casos argentino e brasileiro, é dada uma atenção especial às perspectivas que surgem após a redemocratização nestes dois países. Já o México é estudado a partir de sua posição no Grupo de Contadora. *Flacso - Federico Lacroze 2097 Casilla 145 Suc. 26 - 1426 Buenos Aires, Argentina.*

CUADERNOS Nº 32 – Editada pelo Centro Latino-Americano de Economia Humana, em Montevideu. Contém artigos sobre o



sistema político uruguaio, os principais partidos, as relações da agricultura e dos bancos com as organizações partidárias e a influência da Comunidade Econômica Européia na América Latina. Além disso, publica um estudo sobre dois movimentos políticos: o radicalismo e o *batllismo*. *CLEH - Cuareim 1220 - Montevideu - Uruguai.*

BOLETIN DE ANALISIS – Nº 1 – Editado pelo Centro de Investigações e Ação Social, no



México. Em seu primeiro exemplar bimensal se concentra na análise da política interna norte-americana no segundo mandato de Ronald Reagan, bem como da ação diplomática do Departamento de Estado na América Central. O Centro publicou simultaneamente um "Caderno de Trabalho" (de nº 4), sobre a estratégia militar norte-americana e o processo de militarização da América Central entre 1980 e 1984. *Cinas - Apartado Postal 11-589 C. P. 06100, México D. F.*

REPORT ON THE AMERICAS – Volume 18, nº 6 – Editada pelo North America Congress on Latin America (Nacla) e tem como assunto mais importante uma série de reportagens sobre a situação em Granada depois da invasão norte-americana. O autor do principal artigo é Fred Halliday, um professor da London School of Economics que já escreveu cinco livros sobre problemas do Terceiro Mundo. Também estão incluídos neste número temas como a situação econômica no Caribe, as eleições uruguaias, a crise econômica na Bolívia e as negociações entre governo e guerrilha em El Salvador. *Nacla - 151 West 19th Street, New York, NY 10011.*

TRABIL NANI

Centro de Investigaciones y Documentación de la Costa Atlántica (CIDCA), Manágua, Nicaragua, 1984. 76pp.



A situação dos povos indígenas da Costa Atlântica da Nicarágua tem sido um assunto de grande controvérsia por parte dos opositores da revolução sandinista e, inclusive, confunde muitos dos seus simpatizantes. Essa situação foi cuidadosamente analisada e esclarecida em *Trabil nani*, um relatório recém-publicado pelo Centro de Pesquisas e Documentação da Costa Atlântica (CIDCA) nicaraguense.

Trabil nani significa "muitos problemas" em misquito, idioma do principal grupo indígena do litoral atlântico. O relatório não só descreve esses problemas como também explica suas raízes históricas e como se tornaram mais complicados em consequência da guerra dos Estados Unidos contra esse país centro-americano.

O estudo é o resultado de dois meses de pesquisas de campo sobre as constantes acusações de que o governo da Nicarágua viola sistematicamente os direitos humanos dos misquitos. Pesquisadores desse Centro autônomo entrevistaram habitantes de 30 comunidades indígenas, religiosos da área, funcionários do governo e militares. Suas conclusões desmentem com clareza as acusações da administração Reagan sobre a suposta "política de genocídio" sandinista. Entretanto, são apontadas algumas violações que constituem casos isolados, individuais.

A extraordinária contribuição de *Trabil nani*, no entanto, não é unicamente a documentação de suas conclusões, mas também o esforço de colocar os "muitos problemas" da região num contexto histórico e contemporâneo apropriado.

A seção sobre os antecedentes históricos apresenta um panorama sobre a composição étnica da área e uma breve história da região. A organização e as atividades contra-revolucionárias são enfocadas desde o seu início assim como são examinadas as conquistas e as debilidades da política governamental. A recompilação de dados, mês a mês, sobre a agressão contra-revolucionária contra as comunidades da Costa Atlântica, desde o final de 1981 até princípios de 1984, apresenta evidências surpreendentes do terror que assola a região.

A seção sobre os antecedentes históricos apresenta um panorama sobre a composição étnica da área e uma breve história da região. A organização e as atividades contra-revolucionárias são enfocadas desde o seu início assim como são examinadas as conquistas e as debilidades da política governamental. A recompilação de dados, mês a mês, sobre a agressão contra-revolucionária contra as comunidades da Costa Atlântica, desde o final de 1981 até princípios de 1984, apresenta evidências surpreendentes do terror que assola a região.

(CIDCA - Centro de Investigaciones y Documentación de la Costa Atlántica, aptd. A.189, Managua, Nicaragua)

OS DONOS DA TERRA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Alfredo Wagner B. de Almeida e outros. Codecri/Ibase, Rio de Janeiro, 1984. 103pp.

A questão da terra está no centro dos problemas brasileiros. Este é hoje um país onde 70% da população se concentram nos grandes centros urbanos, em larga medida, porque 70% das terras estão em mãos de uma minoria, os "senhores da terra". Os dados sobre a estrutura agrária compõem o primeiro capítulo do livro.

O sistema de propriedade das terras se insere na história econômica, social e política do Brasil. Através da violência e da lei, concentrou-se a propriedade da terra, das sesmarias até as modernas empresas agrícolas de hoje.

As lutas dos trabalhadores do campo e as brechas abertas na legislação abrem caminho para a Reforma Agrária. Este é o tema do segundo capítulo.

Frente às pressões transformadoras que emergem das lutas pela terra, o governo federal tenta combater o mal pelo seu efeito, mesmo conhecendo as causas. As políticas do governo são analisadas nos capítulos 3 e 4.



Da contradição entre o monopólio da terra e a marginalização de milhões de seres humanos, só pode nascer a luta pela Reforma Agrária. E esta é a convocação do último capítulo.

Este livro é, portanto, segundo seus editores, "uma pequena contribuição à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, sem a qual poderemos um dia ser até uma nação poderosa, mas jamais um país democrático e justo".

(Ibase, Rua Vicente de Souza, 29 - 22251 - Rio de Janeiro, RJ)

Comunicação

	Certo	Errado	
1.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Não há necessidade de censura para sancionar publicações adversárias
2.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	As ditaduras são inimigas mortais dos meios de comunicação
3.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Os meios de comunicação nas mãos das ditaduras moldam a opinião pública
4.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	A imprensa alternativa (semanários, boletins mimeografados) tem importância marginal, diante do enorme poder da grande imprensa e dos meios eletrônicos
5.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	A eliminação da censura fortalece a imprensa alternativa
6.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	A imprensa alternativa deve recorrer a tecnologias artesanais para manter seu caráter popular
7.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Os partidos políticos necessitam de meios de comunicação próprios para ampliar seu eleitorado
8.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Na democracia, a audiência e a circulação são quem decide a sorte de um programa ou de uma publicação
9.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Num regime democrático, o governo não controla a imprensa
10.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Só as democracias podem promover a democratização da informação
11.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Mesmo querendo, é difícil mudar o conteúdo dos meios de comunicação, porque não há fontes alternativas de notícias e programas

Paradoxos sobre políticas alternativas

Democracia e liberdade de imprensa: esses conceitos encerram mitos que dificultam uma análise correta do seu conteúdo

1 Falso. As ditaduras do Cone Sul latino-americano têm-se caracterizado por sua aversão a alguns meios de comunicação, os quais fecharam, censuraram e reprimiram de mil maneiras, bem conhecidas por todos.

* Este artigo, de Roberto Remo Bissio, se baseia em uma palestra apresentada pelo autor no seminário "Comunicação e democracia no Cone Sul" (Montevideu, março de 1985).

Ao mesmo tempo, talvez para oferecer circo àqueles que não ganhavam pão, os regimes de "segurança nacional" iniciados no Cone Sul com o golpe de 1964 no Brasil, apoiaram a revolução tecnológica dos meios de comunicação, introduziram a cor nos aparelhos de televisão, se interligaram, via satélite, com os grandes centros irradiadores da indústria cultural, abriram novos espaços à iniciativa privada nas

ondas eletromagnéticas (FM e UHF).

O setor de comunicações foi um dos de maior crescimento econômico nos últimos vinte anos no Brasil e, provavelmente, algo parecido acontece no Chile e Argentina.

Pode-se argumentar que isso se deve, em grande parte, à revolução científico-tecnológica e que a mesma coisa teria acontecido sem o autoritarismo. Mas a verdade é que as ditaduras favoreceram a absorção de emisoras locais por parte de grandes cadeias como a Rede Globo brasileira, privilegiaram a grande imprensa em sua concorrência com os jornais locais ou do interior, permitiram a expansão das empresas jornalísticas para o campo da especulação financeira ou imobiliária (para citar apenas aqueles setores onde melhor

se percebe o impacto do controle da informação), alimentaram com créditos a computadorização dos jornais...

Favores que quase sempre são pagos com silêncio, complacência, bajulação ou cumplicidade por omissão.

2. Falso. Não satisfeitos em abafar qualquer voz opositora e neutralizar ou "cooptar" a maioria dos meios que sobreviveram, os regimes de segurança nacional gastaram milhões de dólares contratando as mais caras agências norte-americanas de publicidade para promover sua imagem e criar slogans com o famoso "Brasil: ame-o ou deixe-o".

Eles e nós acreditávamos inocentemente no poderio dos meios de comunicação na modelagem da opinião pública. A 30 de novembro de 1980, um grupo de uruguaios exilados, participantes de uma mesa-redonda, no México, explicava aos telespectadores que não deviam acreditar no resultado do plebiscito¹, pois este estava condicionado pela avalanche de propaganda oficial, quase ao mesmo tempo em que os primeiros resultados da apuração

¹ Refere-se ao plebiscito no qual a maioria do povo uruguaio rejeitou a proposta do governo militar de fazer reformas na Constituição do país.

eram estrondosamente divulgados nos telex.

Os sociólogos algum dia explicarão esse "Não" histórico e esclarecerão como Perón chegou ao poder com todos os meios de comunicação contra ele e foi deposto com todos os meios de comunicação a seu favor. Contentemo-nos agora em comprovar que o poder dos meios de comunicação sobre a opinião pública é — por sorte — limitado.

3. Falso. A importância de um meio de comunicação não se mede apenas pelo seu volume de audiência.

As ditaduras do Cone Sul começaram com um rígido controle e censura sobre todo tipo de expressão de idéias. Ao final de certo tempo (por pressão internacional ou porque se sentissem muito seguras), as ditaduras relaxam o controle sobre os meios de comunicação considerados menos importantes. Passam, assim, a usufruir de certa liberdade o teatro, o cinema e os músicos populares, que se tornam a voz dos que não têm voz. Depois, vêm os semanários, fundamentais para a classe política, enquanto o controle continua restrito ao rádio e à televisão, que chegam a todo o povo.

O humor se torna o baluarte

da resistência ("Pasquim", "Satiricón" ou "El Dedo").

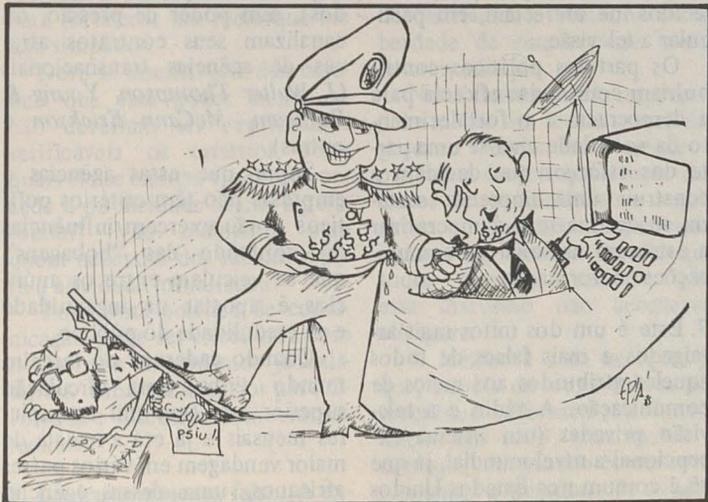
E são estes meios de comunicação, mais audaciosos, que criam espaço para os demais. Se uma forma de expressão, uma maneira de dizer as coisas consegue passar sem censura pelo controle oficial, outros irão imitá-la e a onda pode chegar aos meios de comunicação de alcance nacional, conseguindo assim um impacto real sobre todo o país.

Não há estudo sobre a democratização brasileira que deixe de mencionar o importantíssimo papel da imprensa "nânica" e é por demais conhecido o papel dos semanários e das rádios no Uruguai.

4. Lamentavelmente falso. É paradoxal que os meios de comunicação alternativos, os que mais sofreram os efeitos da censura e os que mais a combateram, sejam os primeiros a desaparecer quando a censura deixa de existir. Esta foi, pelo menos, a experiência do Brasil e do Peru, para citar só dois exemplos.

Ao desaparecer a censura e abrandar-se a autocensura (muito mais eficaz que a repressão explícita), a grande imprensa começa a abordar todos os temas, imitando inclusive as experiências bem-sucedidas da imprensa alternativa. E ao fazê-lo, com muito mais recursos técnicos e, às vezes, maior competência profissional, tira os meios de comunicação alternativos de sua posição privilegiada de serem os únicos a quem se pode recorrer para se saber como andam os sindicatos, o que pensa a oposição ou o que acontece na área cultural.

Sem estrutura empresarial nem apoio publicitário, a imprensa alternativa perde posições e gradualmente desaparece. Em 1979, havia mais de cem semanários políticos no Brasil, com uma circulação conjunta de quase meio milhão de exemplares. Hoje, tem apenas um semanário



rio de informação predominantemente política com circulação nacional ("Jornal do País") e o "Pasquim" publica uns dez mil exemplares, enquanto que nos "bons tempos" da ditadura de Medici vendia cem mil por semana.

Uma perda lamentável, não só por razões nostálgicas, mas também pelos valores informativos que desaparecem. É que a imprensa alternativa não é assim considerada porque reflita uma opinião divergente do governo, mas porque expressa uma divergência básica quanto aos agentes da informação, os sujeitos da notícia, o conteúdo da mensagem, os procedimentos para transmiti-la e a forma de se organizar para realizá-la.

5. Um mito tão falso quanto perigoso, que é a causa de muitos fracassos de experiências alternativas de comunicação. Segundo a famosa frase do "carnavalesco" brasileiro Joãozinho Trinta, "só os intelectuais gostam da miséria; o povo gosta do luxo". O tema é polêmico, mas em todo caso não é verdade que uma publicação tenha que ser mal impressa a mimeógrafo para ser popular. Pelo contrário, as novas tecnologias de comunicação colocam nas mãos dos sujeitos diretos (cooperativas, sindicatos, associações de moradores) a possibilidade de elaborar a preços reduzidos suas próprias mensagens e divulgá-las por suas próprias rádios de alcance local ou seus próprios circuitos de vídeo-cassete.

No Brasil, são os grandes oligopólios da comunicação que até agora têm impedido, por exemplo, a aprovação de uma lei que permita atribuir frequências de rádio de alcance limitado e sem interesse comercial a associações de moradores ou a favelados.

Isso não quer dizer que qualquer tecnologia nova deva ser incorporada, nem que se desconheçam os efeitos nocivos

da forte dependência que a microeletrônica e a teleinformática produzem ao serem utilizadas em grande escala pelos conglomerados financeiros, corpos repressivos ou os meios de comunicação de massas aliados às transnacionais. Trata-se, apenas, de prevenir contra a rejeição em bloco de qualquer inovação e contra a tese de que o Terceiro Mundo deve continuar pobre para ser feliz, que nossos índios devem continuar descalços e famintos para não perderem a autenticidade cultural.

6. Também falso, ainda que os próprios partidos geralmente pensem o contrário e atribuam valor de fetiche à palavra escrita em detrimento da imagem eletrônica. Como já vimos, o poder dos meios de comunicação no sentido de fazer com que alguém troque de opinião é muito limitado. A imprensa partidária é muito mais uma ferramenta interna para reforçar convicções já adquiridas ou com funções pedagógicas, do que um meio de expandir a influência política em campanhas eleitorais.

Leonel Brizola ganhou as eleições do Rio de Janeiro sem contar com um só meio de comunicação próprio, aproveitando ao máximo os escassos espaços que os meios de comunicação estabelecidos lhe ofereciam, em particular a televisão.

Os partidos políticos contribuiriam com muita eficácia para a democracia e o fortalecimento da sociedade civil se uma parte dos esforços que dedicam a construir uma imprensa sectária se destinasse a democratizar a estrutura nacional de comunicações e informação.

7. Este é um dos mitos mais arraigados e mais falsos de todos aqueles atribuídos aos meios de comunicação. A rádio e a televisão privadas (um sistema excepcional a nível mundial, já que só é comum nos Estados Unidos

e América Latina), vivem de publicidade. E no caso de jornais e revistas, o preço que o leitor paga dá apenas para custear o papel.

Como destaca Adolfo Aguilar Zinger, do Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Terceiro Mundo (Ceestem, México), "do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas prestadoras de serviços. Os serviços que vendem são o espaço e o tempo de transmissão para mensagens publicitárias..."

Lord Thompson, proprietário de jornais diários britânicos, confessou isso com ironia, em sua famosa definição de *notícia*: "as bobagens com que se preenchem os espaços entre os anúncios".

Se a publicidade paga os meios de comunicação e o cliente sempre tem razão, o poder de decisão final está nas mãos de quem controla a publicidade, ou seja, o governo e um bom número de empresas transnacionais. Em 22 jornais latino-americanos pesquisados em 1980 por Rafael Roncagliolo e Noreen Janus, as empresas transnacionais ocupavam 31% do espaço publicitário (em alguns casos, a proporção chegava a 50%). E os anúncios locais são em grande parte pequenos e dispersos (classificados), sem poder de pressão, ou canalizam seus contratos através de agências transnacionais (*J. Walter Thompson, Young & Rubicam, McCann Erickson* e outras).

Supor que essas agências e empresas não têm critérios políticos e não exercem influências no conteúdo das "bobagens" que se veiculam entre os anúncios é apostar na ingenuidade e na credulidade do público.

Quando cadernos do terceiro mundo tinha uma circulação superior aos cem mil exemplares mensais e já era a revista de maior vendagem em vários países africanos, uma dessas agências

foi contactada para oferecer a nossa revista como veículo publicitário de empresas brasileiras interessadas em exportar para a África. Descobrimos ali que não figurávamos na lista dos mídias da agência. Como é possível termos passado despercebidos? "É que para nós os periódicos políticos não são mídias", nos responderam. Sem comentários.

8. Este mito é tão falso quanto o anterior. E em grande parte pelos mesmos motivos. O Estado aumentou sua participação econômica em todo o Cone Sul na última década, em vez de diminuí-la, como queriam os "Chicago Boys".

Em consequência, uma parte considerável — talvez a maior — dos contratos publicitários estão em mãos do Estado e suas empresas. Além, naturalmente, dos orçamentos das campanhas de promoção, editais e anúncios oficiais, etcétera, e etcétera.

Como se isso não bastasse, o governo decide sobre a concessão de ondas eletromagnéticas, subsídios ao papel, isenção de impostos e, às vezes, tem poder para fixar os preços de venda. Não precisa exercer a tão odiosa censura para eliminar qualquer publicação hostil, nem recorrer a procedimentos ilegais para fortalecer um meio que lhe seja simpático.

Deve-se discutir se é democrático que esse poder exista, se não deveriam ser explícitos e verificáveis os critérios pelos quais ele se exerce. Como se concede a publicidade oficial e para-estatal? Vão realmente para quem necessita dos subsídios para a atividade jornalística?

Toda uma política de comunicação pode ser executada com o uso dos mecanismos já existentes. Uma razão maior para divulgá-la e discuti-la democraticamente.

9. Lamentavelmente falso. A ex-
1985 — Junho — nº 79

periência mais séria e radical de democratização da imprensa na América Latina foi empreendida em 1974 pelo governo militar de Juan Velasco Alvarado, no Peru, que desautorizou todos os jornais de circulação nacional e os colocou em mãos dos setores populares organizados: camponeses, trabalhadores urbanos, artesãos, profissionais liberais, cooperativistas, educadores etc.

Os jornais, com nova orientação, foram mais criativos, polêmicos e pluralistas e tiveram maiores índices de vendas que em qualquer período anterior ou posterior. A reforma foi frustrada com a queda de Velasco em 1975, mas serviu para demons-



Não há necessidade de censura para sancionar publicações adversárias

trar que a imprensa livre não é necessariamente sinônimo de liberdade de empresa nos meios de comunicação.

Naturalmente, nada impede — pelo menos em teoria — que um governo democrático estude o problema da democratização dos meios de comunicação e legisle sobre a questão. Registremos apenas em tom de desafio que todos devemos assumir, que essa discussão não aconteceu até agora.

O México é uma exceção, já que, depois de longo debate democrático, reformou sua Constituição em 1979, para incluir o direito à informação como complemento à liberdade de expres-

são. Porém, mais de cinco anos depois, esse direito continua sem regulamentação legal, portanto, sem existência prática.

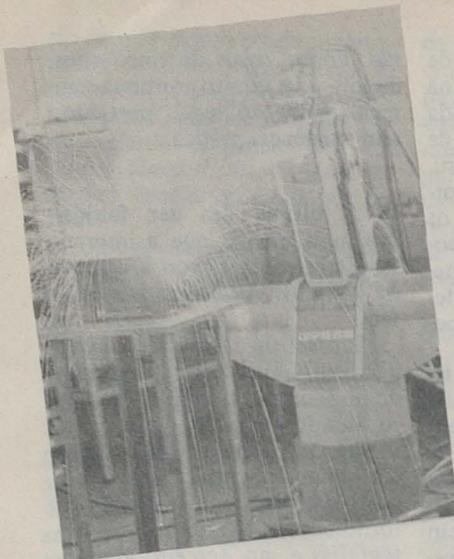
10. A última das dez falsidades mais usuais, que a imprensa estabelecida elevou à categoria de mitos. As alternativas existem.

A nível de informação internacional, há mais de 80 agências de imprensa nacionais do Terceiro Mundo e um *pool* que as interliga. Já existe a Alasei, Agência Latino-Americana para Serviços Especiais de Informação; há fornecedores alternativos de fotografias e, no Terceiro Mundo,

se produzem anualmente mais filmes que nos Estados Unidos e Europa Ocidental juntos.

A nível local, a criatividade está aí.

O que falta é decisão política para recorrer a essas opções e resistir ao *dumping* de produtos da indústria cultural norte-americana, muito mais pernicioso que o irrisório *dumping* de sapatos brasileiros ou tecidos uruguaios sobre o mercado dos Estados Unidos, do qual são acusados os novos governos no exato momento em que ambos os países precisam exportar mais, para consolidar a democracia que tanto tem custado reconstruir. (Roberto Remo) ●



Documento

Desenvolvimento e dependência

As contradições do processo de industrialização numa conjuntura internacional crítica

Muto Ichiyo*

Um traço marcante da atual crise do capitalismo é que, ao contrário da grande depressão de 1929, não provocou a estagnação financeira de todos os países do Terceiro Mundo. Os chamados NICs (*Newly Industrialized Countries* — países recém-industrializados) continuaram a crescer em termos de PNB (Produto Nacional Bruto), gerando contradições peculiares ao crescimento em tempos de crise. No período de 1970-77, a taxa de crescimento anual dos 11 NICs do mundo variou de 17% na Coreia do Sul a 6,2% no México. Na Ásia, os NICs, assim definidos pelas Nações Unidas, apesar de irregularidades e de altos e baixos, continuaram, de modo geral, a registrar um crescimento relativamente alto do PNB durante os últimos dez anos de crise. No período 1971-80, a ta-

xa média de crescimento dos países da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) foi de 6%, enquanto que a dos Estados Unidos não passou de 2,9% e a do Japão ficou em 4,5%.

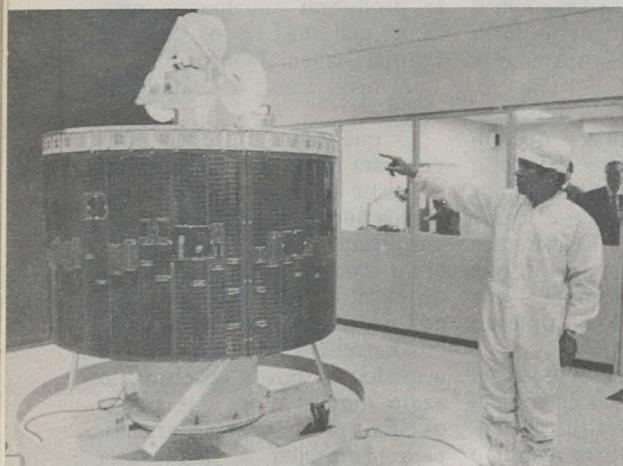
Os investimentos norte-americanos no exterior aumentaram nos anos de crise, provocando a exaustão de recursos nos EUA. Caso idêntico ocorreu no Japão no mesmo período. Essa tendência, iniciada antes da crise do petróleo de 1973, prolongou-se durante o período da crise econômica. Em 1966-77, os investimentos diretos dos Estados Unidos em outros países capitalistas avançados aumentaram 2,6 vezes, ao passo que os investimentos na Coreia do Sul aumentaram 12 vezes, em Cingapura nove vezes e em Hong-Kong e Formosa quatro vezes.

No caso do Japão, os investimentos diretos no exterior aumentaram 4,5 vezes em relação a 1972, atingindo em 1983, 53 bilhões de dólares. Embora atualmente os investimentos japoneses se dirijam cada vez mais para os Estados Unidos e Europa a fim de substituir exportações, ainda assim apresentam a característica notável de que 58,2% deles estão no Terceiro Mundo, sendo a metade desse total na Ásia, em grande contraste com os 34,7% dos EUA e os 17,6% da Alemanha Ocidental.

Expansão deliberada de capitais

Em 1979, os Estados Unidos absorveram 41% das exportações de manufaturados dos NICs. No

* Pesquisador do *Pacific Asia Resource Center* de Tóquio. O artigo é um resumo do trabalho apresentado pelo autor no seminário sobre "Desenvolvimento e crise no Terceiro Mundo", realizado em Penang (Malásia — nov. 1984), com o patrocínio da *Consumers' Association of Penang*.



O incremento dos capitais japoneses no Terceiro Mundo foi promovido de forma deliberada

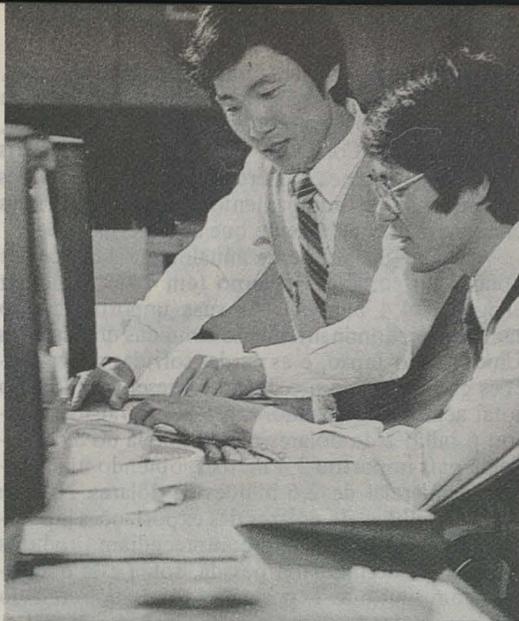
caso japonês, a expansão de capitais em países do Terceiro Mundo foi promovida deliberadamente, como parte do programa governamental e empresarial de reorganização da estrutura industrial. A intenção é concentrar no Japão indústrias com uso intensivo de *know-how* e tecnologia, e transferir para o exterior suas atividades vulneráveis a crises, com uso intensivo de mão-de-obra "suja" e onde há pouco valor acrescentado.

Esta estratégia tem múltiplas implicações. O Japão deseja adquirir suas matérias-primas na Ásia e investe para esse fim. O desenvolvimento da produção de gás na Indonésia é um caso típico. Além disso, o Japão vem estabelecendo sua base externa para suprimento das matérias-primas industriais de que precisa. O projeto de alumínio de Asahan (também na Indonésia), bem como um projeto semelhante no Brasil, devem voltar-se principalmente para o consumo de alumínio no Japão, numa época em que a produção japonesa deste metal deixou de ser lucrativa devido ao alto custo da eletricidade local.

Em terceiro lugar, a indústria japonesa, operando através de *joint-ventures* nos NICs da Ásia, utiliza-os como base produtiva de exportações de manufaturados para os Estados Unidos e Europa. Ao contrário dos EUA, o Japão compra somente 9% dos produtos manufaturados dos NICs, o que indica que estes são usados para promover as exportações de empresas japonesas para outros países industrializados avançados. Há também fortes investimentos nos mercados locais, e atualmente a indústria siderúrgica japonesa vem promovendo a exportação de usinas siderúrgicas, por exemplo, como forma de lucrar com o licenciamento e assim compensar o baixo preço dos seus produtos.

Neste contexto, a industrialização de uma série de países do Terceiro Mundo vem progredindo exatamente em virtude de dificuldades de acumulação nos países de origem das transnacionais.

Na região do Pacífico, um acordo econômico triangular entre Estados Unidos, Japão e países recém-industrializados da Ásia (inclusive todos os países da Asean) deu lugar a um rápido desenvolvimento capitalista em toda a região através da industrialização. Uma vez iniciado, este processo ganha ímpeto, atraindo maior volume de capital de todas as fontes. Além disso, a China aderiu ao acordo como membro associado. Exatamente em virtude de sua grande heterogeneidade, esta região oferece novas oportunidades de desenvolvimento e surge como a mais promissora fronteira para a acumulação mundial de capital. Assim, os Estados Unidos declararam inaugurada a era da bacia do Pacífico. O comércio entre o Pacífico e os EUA ultrapassou em 16 bilhões de dólares o comércio entre a potência norte-americana e a Europa em 1981.



A indústria japonesa utiliza os NICs como base para a exportação de produtos manufaturados

Este processo tem características peculiares, resultantes do fato de que o desenvolvimento ocorre em circunstâncias de crise capitalista e no contexto do Terceiro Mundo. Entre as características comuns à maioria dos NICs asiáticos estão: 1) uma economia interna quase que completamente determinada por fatores externos; 2) regimes autoritários; 3) a superexploração e negação dos direitos dos trabalhadores e a pauperização da população do campo, e 4) uma acumulação local de capitais em moldes determinados pela estrutura geral de dependência.

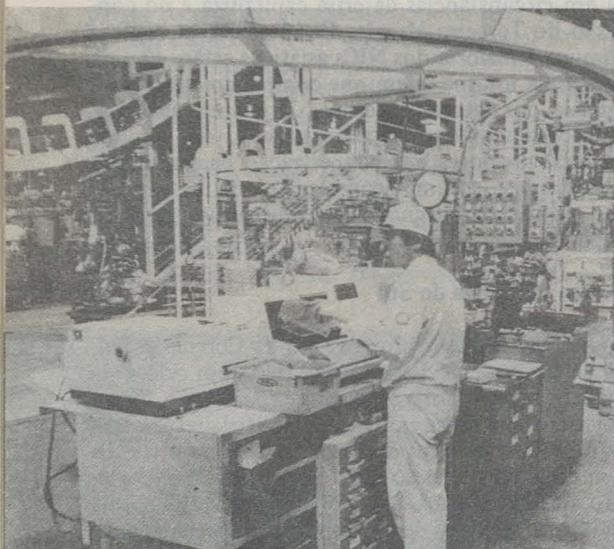
O caso da Coreia do Sul

A política básica do governo da Coreia do Sul, desde a época de Park Chung Hee, tem sido a da industrialização voltada para as exportações. Como consequência dessa política, a industrialização tem sido promovida com dinheiro estrangeiro e o PNB tem crescido graças ao rápido aumento da exportação. De certa forma, esta política tem sido bem-sucedida, no sentido de que aumentou a participação das indústrias pesadas e químicas na economia sul-coreana, e aumentou a participação de produtos da indústria pesada nas exportações.

Este modelo de desenvolvimento, porém, tornou a Coreia do Sul extremamente dependente do mercado externo: a participação das exportações no PNB sul-coreano tem permanecido constantemente acima de 30%. As exportações sul-coreanas são predominantemente destinadas aos Estados Unidos e ao Japão (51,4% em 1981) e, assim, estão sujeitas às condições e políticas econômicas destes

seus dois principais parceiros comerciais. Há anos, as exportações vêm mantendo uma alta taxa de crescimento (30% em 1977 e 28% em 1978), mas, ainda assim, a Coréia do Sul tem sofrido déficits crônicos na balança comercial, pois as importações de maquinaria, equipamentos e matérias-primas crescem mais rapidamente que as exportações.

A Coréia do Sul perde anualmente 2 bilhões de dólares no comércio externo (em 1979, o déficit chegou a 4,4 bilhões). As suas importações são também predominantemente oriundas dos Estados Unidos e do Japão, e as perdas sofridas nas transações comerciais com o Japão representam 70% do total acima mencionado. Em 1983, o Japão exportou 6 bilhões de dólares para a Coréia do Sul e daquele país importou 3,4 bilhões, obtendo um superávit comercial de 2,6 bilhões de dólares. Note-se que 4,7 bilhões de dólares das exportações japonesas para a Coréia do Sul compreendiam produtos químicos e de indústria pesada, soma esta que excedia em muito as exportações totais da Coréia do Sul para o Japão naquele ano. Quanto mais a Coréia do Sul se industrializa a fim de exportar, mais o Japão registra superávits comerciais na sua balança com esse país, fornecendo-lhe maior quantidade de bens industriais.



J.P. Laifon/Sygnia

O tipo de industrialização da Coréia do Sul aumenta a sua dívida externa

Para compensar o que perde em seu comércio com o Japão, a Coréia do Sul promove campanhas de exportação para os Estados Unidos, os quais reagem criando barreiras comerciais e forçando os coreanos a comprarem mais produtos agrícolas. Isto torna a Coréia do Sul dependente dos alimentos que recebe dos Estados Unidos, e simultaneamente debilita a agricultura coreana.

Desenvolver para exportar mais

O desenvolvimento industrial para a promoção de exportações foi feito com empréstimos e investimentos estrangeiros. Dos investimentos feitos em 1980, a poupança interna contribuiu com 68,4% e o capital estrangeiro com 31,6%. Note-se que até 1962, a ajuda norte-americana costumava contribuir com 80% da formação de capital fixo; esta proporção, porém, diminuiu gradualmente para 47,7% em 1962-66, para 39,8% em 1967-71 e para 20,9% em 1971-76. Mas recentemente a tendência mudou. Também neste aspecto há um predomínio absoluto dos Estados Unidos e do Japão.

Dos empréstimos que entraram na Coréia do Sul a partir de 1959, num total de 31 bilhões de dólares, 31% vieram dos EUA e 15% do Japão. Se acrescentarmos os empréstimos do Banco Mundial e do FMI, os empréstimos dos Estados Unidos e de fontes dominadas por aquele país, observa-se que representam mais da metade do total recebido pela Coréia do Sul. Em termos de investimentos diretos, o Japão encabeça a lista com 51,2% do total de investimentos estrangeiros, seguido pelos 24,4% dos Estados Unidos.

O Japão controla 616 das 835 empresas sul-coreanas de capital estrangeiro. O capital norte-americano foi empregado principalmente em indústrias de petróleo, automóveis, eletricidade e fertilizantes, ao passo que o capital japonês encontra-se em indústrias têxteis, de confecções e elétricas, todas elas áreas de exportação altamente competitivas da indústria coreana. A alta lucratividade destes investimentos foi francamente confessada por um ex-funcionário do Departamento de Estado norte-americano. Ele disse que a Coréia do Sul vinha dando o mais alto retorno do mundo para investimentos norte-americanos: 50% ao ano.

É claro que este tipo de industrialização tende a aumentar a dívida externa do país. Contudo, se o aumento da dívida é contrabalançado por um aumento das exportações e da taxa de crescimento do PNB, a situação é controlável. Não foi isso, porém, o que aconteceu com a Coréia do Sul.

A dívida externa da Coréia do Sul passou de 8,5 bilhões de dólares em 1975 para 20 bilhões em 1979, crescendo para mais de 30 bilhões em 1981 e ultrapassando os 40 bilhões de dólares em 1983. A relação dívida externa/PNB cresceu também de 30,3% em 1978 para 56,4% em 1982. Incluindo-se os empréstimos a curto prazo, a dívida total sul-coreana montava a 44,2 bilhões de dólares já em 1982, representando 67% do PNB e o dobro do total de exportações do ano anterior. Em 1984, a dívida já correspondia a mil dólares per cápita.

A situação vem se agravando em virtude das perdas crônicas sofridas. Conseqüentemente, a Coréia do Sul tem de tomar cada vez mais emprésti-



James A. Cook



Estádio para os Jogos Olímpicos na Coreia do Sul

As firmas exportadoras são subsidiadas pelo governo

mos para pagar o serviço da dívida, tornando-se o quarto maior país devedor do mundo, depois do México, Brasil e Argentina.

Foi através deste mecanismo de dependência que a Coreia do Sul conseguiu realizar seu supercrescimento (o PNB do país cresceu 147,9 vezes entre 1960 e 1980).

A concentração do poder econômico

Este processo levou à formação de monopólios locais. Em 1982, as 30 maiores empresas coreanas eram responsáveis por 60% do PNB do país. Somente as vendas do grupo *Samsung* equivalem a 7,8% do PNB ou 5,1% do orçamento nacional coreano. Elas são o principal esteio da indústria de exportações da Coreia do Sul. As grandes empresas de exportação foram subsidiadas pelo governo sob a forma de taxas preferenciais de juros sobre empréstimos. Em 1970, a taxa de juros para as indústrias de exportação era de 3,5% quando a taxa de juros geral era de 26%. Embora essa diferença diminuísse mais tarde, continuaram a beneficiar-se de uma taxa de juros preferencial de 12% versus 17% para as indústrias comuns em 1982.

Graças a este e outros incentivos governamentais, as indústrias-chaves da Coreia do Sul, tais como siderurgia e construção naval (e, dentro em breve, a indústria automobilística), conseguiram penetrar agressivamente no mercado mundial, criando crescentes conflitos com países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Por um lado, a Coreia do Sul tem de aumentar suas exportações à razão de mais de 20% ao ano, do contrário entrará em colapso. Por outro lado, esse tipo de supercrescimento na área de exportação é política e economicamente impossível. O dilema sul-coreano mostra para onde leva o crescimento à base da industrialização voltada unicamente para as exportações.

Superexploração dos trabalhadores

Este modelo de desenvolvimento, perpetuando a dependência e gerando o capitalismo monopolista dentro do país, baseia-se na superexploração dos trabalhadores coreanos sob um controle estatal incrivelmente rígido. No país onde serão realizados os próximos Jogos Olímpicos, os trabalhadores são sujeitos a condições terríveis. O salário médio do trabalhador coreano é de apenas 27% do salário médio nos Estados Unidos. As mulheres — que representam perto de 40% da força de trabalho da Coreia — recebem somente 45,3% do salário dos homens. Um estudo realizado pela Federação de Sindicatos Coreanos em 1982 revelou que as mulheres operárias recebem um salário de cerca de 100 mil *won* (equivalentes a 130 dólares), sendo que 21% delas recebem de 60 a 70 mil *won* (78-91 dólares) por mês. E estas cifras incluem o pagamento de horas extras.

Em 1983, 199 empresas industriais e comerciais registradas na bolsa sul-coreana tiveram um aumento de 58% em seus lucros líquidos em comparação com o ano anterior, enquanto a produtividade da mão-de-obra tinha aumentado em 13,2%. No entanto, o salário médio dos trabalhadores aumentou em somente 6,84%, incluindo-se as horas extras.

O número de horas extras trabalhadas é extremamente alto e continua a aumentar. Em 1982, a semana média do trabalhador sul-coreano era de 58 horas (9,3 horas por dia), em comparação com



A falta de movimentos sindicais, por expressa proibição de um governo repressivo, leva à superexploração dos trabalhadores



Chip Hires/Gamma

51,6 horas em 1980 e 53,7 horas em 1981. Em 1983, o total anual de horas de trabalho na Coreia do Sul aumentou para 2.713. (Citando estes números, um grupo cristão coreano afirmou que os trabalhadores desse país são forçados a trabalhar, por ano, 100 dias de oito horas, a mais que os trabalhadores norte-americanos.¹)

A raiz fundamental dessa situação que sofrem os trabalhadores sul-coreanos é a política opressora do governo e a falta de movimentos sindicais. Em 1981, o governo sul-coreano impôs nova legislação trabalhista que proibia "intervenção" em assuntos trabalhistas por "terceiros" (os trabalhado-

¹O salário baixo força os trabalhadores a fazer mais horas extras, e a proibição da atividade sindical os priva de meios de manifestarem seu protesto. Tirando proveito dessa situação, a administração das empresas obriga-os a trabalhar 12 horas e, às vezes, até 18 horas por dia. O estudo mencionado acima cita casos de firmas que fecharam os portões para manter lá dentro as operárias ou forçaram-nas a trabalhar durante toda a noite, fazendo com que elas se levantassem, vez por outra, para cantar a fim de evitar o sono.

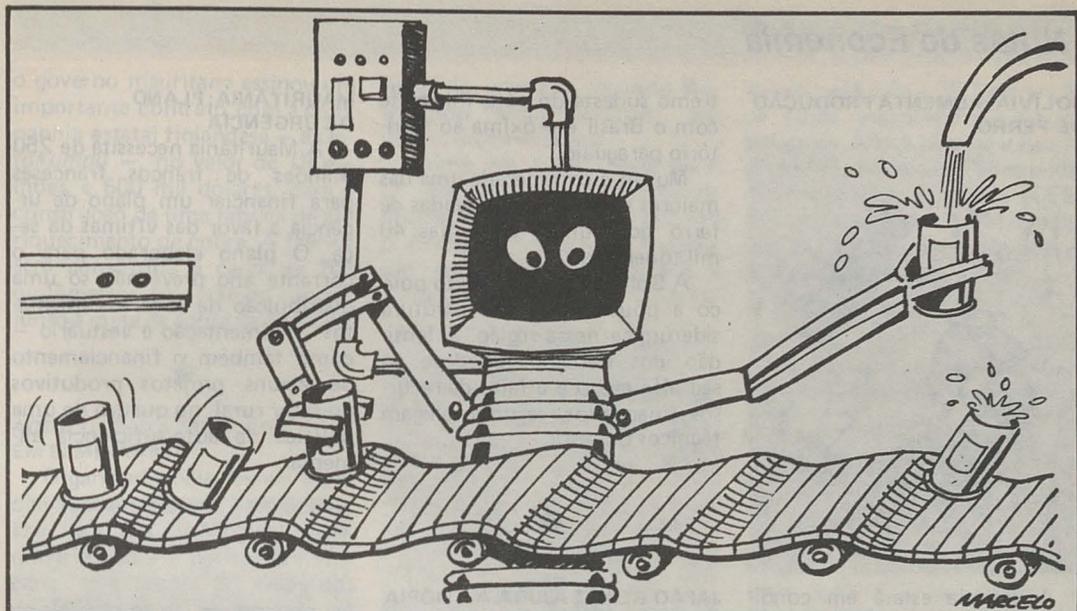
res de uma fábrica não podem entrar em contato com os de outra, para coordenação de atividades sindicais), e assim pôs fim ao movimento trabalhista democrático. Centenas de líderes sindicais e ativistas religiosos foram presos, e muitos deles foram colocados em listas negras que circulavam entre as fábricas de todo o país para que não fossem readmitidos. Sob esse sistema, o total de membros sindicalizados diminuiu de 1 milhão 200 mil em 1979 para 840 mil em 1982, e todos os sindicatos atuais só existem nominalmente.

A superexploração e a repressão necessárias para manter tal situação em benefício do crescimento econômico e da promoção de exportações criam uma situação insuportável para os trabalhadores. Desafiando a rígida proibição do governo, explodem conflitos de vez em quando, nos quais os trabalhadores recorrem a formas mais incisivas de ação. Por outro lado, os estudantes, grupos religiosos e intelectuais organizam-se e atuam com frequência e, em escala cada vez maior, para exigir o estabelecimento da democracia, criando uma situação potencialmente explosiva nesse país-modelo do desenvolvimento capitalista dependente.

Japão: controle mais sutil

No verso da medalha está a situação japonesa, na qual o governo e as grandes indústrias colaboram para construir o "desenvolvimento à base de tecnologia e de investimentos no exterior". O Japão poderia se manter na base da exportação de capital e concentrar-se em indústrias de alta tecnologia, informática, serviços e, na área de equipamentos pesados, na fabricação de armamentos. Segundo o governo japonês, como a segunda maior potência econômica do mundo, o Japão deve ter voz mais ativa na política mundial. Para isso, sempre segundo o seu governo, deve fazer parte do Ocidente, desempenhar seu devido papel militar dentro da estratégia global dos EUA, rearmar-se mais rapidamente e voltar a ser o "grande irmão" da Ásia.

Lá, também, o elemento chave é *como* os grupos governantes mantêm os trabalhadores sob controle. Até agora, o esquema vem sendo posto em prática de forma bastante sutil: o velho movimento trabalhista militante, *Sohyo*, cedeu lugar a um grande movimento trabalhista de direita, integrado às indústrias, chamado *Zenmin Rokyo*; o conceito de classes foi eliminado e substituído pela colaboração entre empregados e patrões; e a rede estatal de vigilância e controle foi ampliada para abranger todos os cidadãos. O conformismo se alastra e os dissidentes são impiedosamente reprimidos nas grandes fábricas, primeiro, usando o recurso de colocá-los no ostracismo e, depois, a violência.



A doença do imperialismo

A mudança para indústrias de alta sofisticação ou ramos não industriais “de alta qualidade” vem aos poucos minando a base interna do capitalismo japonês, que era o alicerce do crescimento no período anterior à crise. Os sinais da doença do imperialismo, observados por J.A. Hobson na Grã-Bretanha na virada do século, voltam a surgir no Japão de hoje.

A sociedade japonesa vem gradualmente decaindo. Essa decadência assume várias formas sutis. Nas escolas, o ensino é cada vez mais desumanizado, à medida que os comitês escolares e os professores impõem uma disciplina fútil aos alunos (como, por exemplo, o comprimento das saias, que é medido com uma régua por professores, que se postam junto ao portão de entrada das escolas). O consumismo insufla um mórbido desejo material nas pessoas e as leva a recorrer a usurários agiotos, os quais são apoiados pelos grandes bancos que, por sua vez, lhes fornecem dinheiro.

Por trás das aparências, há a nova proletarianização das massas. A atual reorganização industrial concentra-se em ramos nos quais há uso intensivo de capital e tecnologia, tais como indústrias nucleares e outras ligadas à “nova energia”, indústrias aeronáutica e espacial, de semicondutores especiais, fibras óticas, cerâmica e outros materiais modernos, e de processamento de informações. Os computadores e robôs vêm rapidamente substituindo a mão-de-obra humana nessas indústrias, ao passo que se criam empregos novos, simples e “sujos”. As usinas nucleares exigem apenas um

pequeno número de operadores; mas, para reparos e manutenção, trabalhadores diaristas são empregados aos milhares para executarem tarefas perigosas e mal pagas, expostos à radiação.

A tendência hoje dominante é dividir os processos industriais, entregando cada segmento a subcontratantes, firmas nas quais os empregados trabalham em condições abaixo dos padrões aceitáveis. Mulheres em regime de meio expediente vêm rapidamente substituindo os trabalhadores de tempo integral, depois da recessão de 1974-76 na qual um milhão de trabalhadores do sexo masculino perderam seus empregos. Estas massas de trabalhadores ficam totalmente fora do sindicalismo tradicional (que hoje é de direita), o qual reúne menos de 30% dos trabalhadores japoneses, a grande maioria dos quais é ignorada, alienada e isolada como indivíduos.

Este é o outro lado da moeda no processo de desenvolvimento dependente que se observa em outros países asiáticos. Embora o capitalismo japonês mantenha sua hegemonia econômica sobre outros países da Ásia, não cria um paraíso para os trabalhadores japoneses.

A internacionalização do capital provocada pela crise mostra que o capitalismo é um sistema a ser superado. O modelo de desenvolvimento dependente torna dramática esta necessidade aos olhos de milhões de pessoas. Mesmo nos países de origem das transnacionais, a mesma necessidade existe e vem-se intensificando, embora lá não chegue a ser sentida claramente pelo povo em virtude do sofisticado mecanismo de mistificação instalado na sociedade. ●

Notas de Economia

BOLÍVIA: AUMENTA PRODUÇÃO DE FERRO



A Bolívia estará em condições de produzir e exportar um milhão de toneladas de concentrados de ferro em 1986, garantiu o ministro de Mineração e Metalurgia, Luis Pommier.

O ministro disse que a produção correspondente a 1985 será de 100 mil toneladas, destinadas à exportação para a Argentina, cujo comprador é a empresa estatal *Fabricaciones Militares*.

Ele acrescentou que existe a certeza de multiplicar por dez essa produção no decorrer de um ano e vendê-la a países vizinhos, basicamente a Argentina.

Pommier também declarou que a produção de concentrados de ferro poderia ser incrementada em porcentagens ainda maiores, mas que a falta de definições governamentais em assuntos de política siderúrgica e do financiamento necessário para a montagem de uma nova usina atenta contra essa possibilidade.

Finalmente, ele informou que a empresa siderúrgica estatal, a *Sidersa*, tem acumuladas atualmente 50 mil toneladas de concentrados de ferro que devem ser exportados para a Argentina.

O ferro explorado pela Bolívia provém das jazidas do Mutun, uma extensa serra situada no ex-

tremo sudeste do país, limítrofe com o Brasil e próxima ao território paraguaio.

Mutun é considerada uma das maiores reservas comprovadas de ferro do mundo, com suas 40 mil toneladas.

A Bolívia está montando pouco a pouco uma infra-estrutura siderúrgica nessa região. A lentidão dos trabalhos obedece ao seu alto custo e à falta de recursos financeiros, segundo alegam técnicos do setor.

JAPÃO REDUZ AJUDA À ETIÓPIA

O Japão decidiu reduzir a ajuda que inicialmente se propusera a fornecer à Etiópia, em consequência da seca que esse país tem sofrido. O governo japonês tencionava prestar assistência à Etiópia nomeadamente na perfuração de poços artesianos por especialistas japoneses, que permitissem fornecer água potável aos habitantes da região de Asos, no oeste do país. No entanto, essa manifestação de intenções por parte do Japão caiu no desagrado da administração norte-americana que pressionou, por via diplomática, o governo nipônico.

Apesar dos protestos do pessoal japonês que já se encontrava na Etiópia trabalhando nas zonas mais afetadas pela seca, Tóquio aderiu à campanha norte-americana de chantagem econômica contra os países africanos, que optam por soluções políticas que não são do agrado da administração Reagan. Os Estados Unidos não conseguiram, contudo, que o Japão reduzisse a zero o seu apoio e a ajuda alimentar vai se traduzir em um milhão de dólares em trigo, que será concedido através do Programa Alimentar Mundial.

MAURITÂNIA: PLANO DE URGÊNCIA

A Mauritânia necessita de 250 milhões de francos franceses para financiar um plano de urgência a favor das vítimas da seca. O plano elaborado para o corrente ano prevê não só uma distribuição de socorros imediatos — alimentação e vestuário — como também o financiamento de alguns projetos produtivos no setor rural, no quadro de uma política de auto-suficiência alimentar.



Durante o ano passado, o país registrou um déficit em trigo avaliado em 142 mil toneladas, mais elevado que o verificado em 1983. Além das quebras registradas na produção agrícola — particularmente os cereais — a seca, que vem assolando há longos anos essa região do Saara, tem provocado a morte de milhares de dromedários — animal que tradicionalmente é de decisiva importância na economia familiar das populações que habitam a região.

No plano da indústria extrativa, — responsável por cerca de 90% das suas exportações — o governo de Nouakchott procura reduzir a dependência do ferro e, em particular, do verdadeiro pulmão econômico do país: as minas de Zouerat. Recentemente,

o governo mauritano assinou um importante contrato com a companhia estatal finlandesa — a *Ou-tokumpu* —, no valor de 18 milhões e 600 mil dólares, para a construção de uma fábrica de enriquecimento de cobre. A fábrica será construída a cerca de 260 quilômetros ao norte da capital, junto à mina de cobre de Akjoult.

AGRICULTURA AFRICANA EM SEMINÁRIO

Organizado pelo Banco Mundial realizou-se, em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, um seminário sobre a agricultura africana, que reuniu 50 delegados de 16 países do continente. O objetivo do Seminário consistiu em fornecer aos altos funcionários da África Oriental e Ocidental a possibilidade de comparar as diversas políticas no terreno agrícola, concretamente, a seleção das sementes pela sua resistência e rendimento e os meios de reduzir o custo dessas investigações bem como da sua aplicação.

CARIBE: FUTURO ECONÔMICO SOMBRIO

As perspectivas para os países da região caribenha para este ano se apresentam sombrias, segundo duas organizações que estudaram o desempenho econômico da região.

Em seu relatório anual, o Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) advertiu que não se podem esperar avanços econômicos significativos este ano. O relatório indica que a recuperação econômica nos Estados Unidos estimulou, em 1984, o crescimento da região do Caribe. No entanto, observa o documento, o ritmo de crescimento nos Estados Unidos poderia ser

reduzido este ano, quando Washington tenta controlar seu déficit orçamentário.

Como em 1984, "este parece que será um ano cheio de problemas", avisou por sua vez o diretor executivo da Associação do Caribe de Indústria e Comércio (CAIC), Pat Thomp-



son, na abertura de uma reunião da organização em maio passado. A CAIC é um organismo integrado por diferentes setores privados do Caribe de fala inglesa.

Embora, em 1984, as economias dos Estados da região mostrassem sinais de recuperação modesta em termos do crescimento real do PIB, outras variáveis econômicas continuaram dando mostras de uma tendência desfavorável.

"Em média, a inflação permanece baixa, comparada à dos anos anteriores, mas o desemprego — oficialmente entre 15% e 20% — continua elevado e em numerosos casos está aumentando", declarou Thompson.

ANGOLA ASSINOU CONVENÇÃO DE LOMÉ

Angola assinou, no dia 30 de abril passado, em Luxemburgo, a

sua entrada para a 3ª Convenção de Lomé, organismo que agrupa países da África, Caribe e Pacífico (ACP), aos quais a Comunidade Econômica Européia (CEE) dá um tratamento preferencial nas suas relações econômicas e trocas comerciais.

Angola torna-se assim o 66º membro a aderir à Convenção de Lomé, da qual já participam todos os países independentes da África.

A assinatura do documento aconteceu por ocasião da reunião dos ministros das Relações Exteriores da CEE em Luxemburgo. A Convenção foi assinada pelo secretário de Estado da Cooperação, Carlos Fernandes, na presença de Giulio Andreotti, ministro italiano das Relações Exteriores e presidente em exercício do Conselho de Ministros dos "Dez".

A Convenção de Lomé prevê um sistema de cooperação nos mais diversos campos, tais como cooperação industrial, investimentos, relações sócio-culturais e desenvolvimento das trocas comerciais.

A Convenção prevê ainda uma assistência financeira a projetos e programas, em favor do desenvolvimento agrícola, da luta contra a seca e assistência aos refugiados.

NOVO PRESIDENTE DO BAD

Babacar Ndiaye, do Senegal, foi eleito o novo presidente do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento).

Ndiaye, que substituiu Willa Mung Mba, presidente do BAD desde 1980, tem 48 anos de idade e é funcionário desse banco desde 1966, dois anos depois da sua formação superior em Toulouse (França).

Humor

PRIMEIRO, DUARTE, VOCÊ MOSTRA ESSAS
ARMAS COMO PROVA DO TRÁFICO
SANDINISTA. DEPOIS, VOCÊ DA'
A METADE AOS "CONTRA", E
FICA COM A OUTRA METADE, Q.R.?



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.